



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE

ALISSON DIÔNÍ GOMES

CONQUISTA DA TERRA: CANAÃ, A LIGA DOS CAMPONESES POBRES EM RONDÔNIA E  
A PERSPECTIVA DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO CAMPO

PORTO VELHO  
2014

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE

CONQUISTA DA TERRA: CANAÃ, A LIGA DOS CAMPONESES POBRES EM  
RONDÔNIA E A PERSPECTIVA DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO CAMPO

ALISSON DIÔNÍ GOMES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

PORTO VELHO  
2014

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES**

Gomes, Álisson Diôni

G6331i

Conquista da Terra: Canaã, a Liga dos Camponeses Pobres em Rondônia e a Perspectiva da Transformação Social no Campo / Álisson Diôni Gomes, 2014. 150f.: il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Fundação Universidade Federal de Rondônia . Núcleo de Ciências Exatas e da Terra, Porto Velho, 2014.

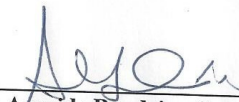
1. Liga dos Camponeses Pobres 2. Luta de classes 3. Questão agrária 4. Capitalismo burocrático 5. Revolução Agrária I. Universidade Federal de Rondônia. Núcleo de Ciências Humanas II. Título.

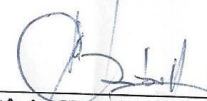
Bibliotecária Responsável: Miriã Veiga Santana CRB11/947

ALISSON DIÔNÍ GOMES

**"CONQUISTA DA TERRA: CANAÃ, A LIGA DOS CAMPONESES POBRES EM  
RONDÔNIA E A PERSPECTIVA DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO CAMPO".**

Comissão Examinadora

  
\_\_\_\_\_  
**Dra. Arneide Bandeira Cemin**  
**Orientadora**  
**Fundação Universidade Federal de Rondônia**

  
\_\_\_\_\_  
**Dr. Antônio Cláudio Barbosa Rabello**  
**Membro**  
**Fundação Universidade Federal de Rondônia**

\_\_\_\_\_  
**Dr. Wilson José Barp**  
**Membro**  
**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

\_\_\_\_\_  
**Dr. Artur de Souza Moret**  
**Suplente**  
**Fundação Universidade Federal de Rondônia**

Porto Velho, 27 de Março de 2014.

Resultado: APROVADA

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a todos aqueles que diariamente se colocam no sentido de lutar contra as injustiças que permeiam a sociedade em que vivemos e que, neste contexto, se propõem, de forma honesta e sincera, a construir, em conjunto com as massas trabalhadoras, um horizonte de transformação visando dar um fim a estas injustiças. Em um caráter mais específico, dedico aos camponeses que diariamente se colocam em luta pela terra, não apenas na Área Revolucionária Canaã, mas em qualquer lugar em que se processe a luta pela terra. Aos camponeses do Canaã uma saudação especial, por terem sido um importante elemento para a construção deste trabalho, não apenas do ponto de vista da generosa recepção que me ofereceram e da também generosa disposição que tiveram em nos fornecer os dados empíricos de que necessitávamos, mas, sobretudo, pela motivação concreta que me deram, em conjunto com os demais companheiros de luta, para levar adiante o trabalho que me propus a construir.

Em especial, quero deixar uma dedicatória aos camponeses Élcio Machado e Gilson Gonçalves, brutalmente assassinados em 2009 a mando de um grileiro de terras da região de Buritis. A estes companheiros quero deixar registrada esta homenagem, na certeza de que o sangue vertido por eles é uma das sementes da nova sociedade que aos poucos vamos construindo.

## Agradecimentos

Muito embora neste trabalho conste que sua autoria provem deste estudante que se busca cientista, é no mínimo injusto dizer que este trabalho seja propriamente *seu*.

Como toda atividade humana, sua construção não se dá sem que outras pessoas estejam, de um modo ou de outro, envolvidas no processo, seja cooperando diretamente, seja motivando, seja simplesmente torcendo para que tudo dê certo. A eles e elas devo estender os meus mais sinceros e devotados agradecimentos.

De início, devo agradecer à figura da minha noiva, Daniele Severo da Silva – Dani –, pelo seu profundo companheirismo diante da tarefa de construção deste trabalho. Devo agradecer pelas revisões que eventualmente lhe pedi para fazer em partes do texto para verificar se não estava perdendo o foco do fenômeno em estudo e, situações nas quais fez a revisão sem hesitar, bem como sua imensa paciência quando terminei me deixando tomar pelo estresse em momentos em que algumas dificuldades terminaram por saturar meus neurônios. Agradeço, sobretudo, por me fazer acreditar na força do amor e na sua capacidade de construir uma das coisas mais ternas que se pode conceber no homem: uma família e, posteriormente, nossos filhos, que orgulhosamente buscaremos guiar no caminho da humildade e da honestidade e, sobretudo, na profunda vontade de se guiar pelos caminhos do povo e da construção de uma nova sociedade ao longo de suas vidas.

À minha família, sobretudo à minha mãe, Antônia Gomes Sussuarana e aos meus irmãos Meiry (*in memorian*), Marly, Marcos, Mauro, Marleide, Marcia, Junior, Elaine, Marcio e Marcilane, pelo constante apoio e por terem sempre sido exemplos a serem seguidos em termos de honestidade e senso de dignidade no trato com as pessoas com as quais tenho de me relacionar em minha vida. Também à família de Dani: seu Jorge, dona Socorro, Daianne, Dinho, Djeimeson, Deisiane e Djohana, pelas mesmas razões.

A Arneide Bandeira Cemin, orientadora deste trabalho, pela disposição que demonstrou em orientá-lo.

Aos membros da banca de Qualificação, prof. Ari Miguel Teixeira Ott e prof.<sup>a</sup> Marilsa Miranda de Souza, e da banca de Defesa desta dissertação, prof. Wilson Barp e prof. Antonio Claudio Rabello, pelos aperfeiçoamentos que me permitiram por meio de suas inestimáveis contribuições.

Aos professores e companheiros de luta Marilsa Miranda de Souza e Marcio Marinho

Martins, por todo o apoio que têm me prestado ao longo do processo de construção deste trabalho, e, sobretudo, pelo exemplo de pessoas honestas e firmemente dedicadas às causas do povo, exemplo esse que sempre me estimula a continuar seguindo neste caminho de luta por uma nova sociedade fundada na justiça social e no fim da exploração do homem pelo homem.

Ao professor Mário Roberto Vênere, do Departamento de Educação Física da UNIR, pela sua inestimável ajuda quando das transcrições das entrevistas realizadas em campo, uma ajuda que me economizou consideráveis horas de trabalho.

Ao professor Ari Miguel Teixeira Ott, por também ter sempre depositado sua confiança em meu trabalho e pelas imensas contribuições que têm me dado ao longo de meu processo de formação.

À professora Márcia Meirelles de Assis, pelo apoio que têm me prestado nestes últimos tempos, sobretudo pela disposição que demonstrou em aceitar a orientação de meu Trabalho de Conclusão de Curso das Ciências Sociais, bem como pela autonomia que meu deu quando da construção deste Trabalho.

Aos companheiros de militância que sempre têm servido de inspiração e de mostra da importância da continuidade da nossa luta: Vinicius Ortigosa, por sua tenaz e perseverante defesa do caminho da luta popular, expressa sobretudo em sua prática quotidiana, e que serve sempre como um importantíssimo exemplo para todos os que seguem por este caminho; Ricardo Abreu, pela amizade e pelas brincadeiras que sempre alegravam nosso quotidiano quando de nosso período de militância direta junto ao Movimento Estudantil; Ricardo Bagatini, pela referência que serviu a todos nós em nosso período de militância direta; Filipe Miranda, pela amizade de uma década que já temos e pelo fato de ter me aberto esta vereda da busca pela construção de uma nova sociedade; Daniel, pelo companheirismo, pela amizade e pelo *heavy metal*; Keitty e Aedjota, pela sua firme dedicação à luta; Dione, pelo seu espírito de combatividade, um fator de admiração e de inspiração; e, finalmente, aos companheiros que vêm levantado ao alto a bandeira do Movimento Estudantil Combativo nestes últimos tempos: Joice, Luana, Rafael Rodrigues, Jéssica Paula, Erivan, Rosa, Madson Marcio Jr. e demais.

Aos colegas do Curso de Ciências Sociais da UNIR, por todas as vivências, discussões e aprendizagens que tivemos ao longo de nossa formação, sobretudo a Maria da Saúde, Rogério Pantoja, Rafael Ademir, Shirley, Ângelo, Hécio, Adir, Jéssica Paula e Jéssica Gatelli, Leonardo, Filipe Rodrigues, Aderson, Sebastião, Aline, Arlete, Marcelo, Yedda, Édila e

Marcelene.

Aos colegas da turma 2011 do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente: Luciane, Luiz, Ricardo, Lúber Kátia, Raica, Daiana, Carol, Anderson – vulgo “Jaca” – Jhonatan, Sari, Elmir, Joana, Sâmia, Juci, Aurení, Valéria e Luana, por todas as vivências, discussões, aprendizagens e aperreios coletivos que vivenciamos ao longo de todo o Curso.

Aos professores do Departamento de Ciências Sociais, bem como do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, por todo o apoio prestado e por toda a confiança que têm demonstrado em mim ao longo destes Cursos de Bacharelado em Ciências Sociais e Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente e, sobretudo, por tudo o que pude aprender com eles ao longo desta caminhada que venho trilhando. Agradeço especialmente aos professores Adilson Siqueira de Andrade, Ari Miguel Teixeira Ott, Maria Berenice Alho da Costa Tourinho, Jorge Luiz Coimbra de Oliveira, Arneide Bandeira Cemin, Marcia Meirelles de Assis, Estevão Rafael Fernandes, José Lopes do Nascimento (*in memoriam*), Luiz Fernando Novoa Garzon, Antônio Barbosa de Oliveira e Vinicius Valentin Raduan Miguel, estes do Departamento de Ciências Sociais, e Antônio Claudio Rabello, Sinclair Mallet Guy Guerra, Artur de Souza Moret, Carolina Rodrigues da Costa Dória, Wanderlei Maniesi, Wanderlei Bastos e Ângelo Manzatto, estes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Aos colegas de trabalho com os quais me deparei ao longo do percurso formativo deste Mestrado, na Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia: Paulo Junior de Jesus Peres, Kelly Cristina Sena, Ricardo Vilarim David, Alex Sander da Silva Morong, Tiago Souza Lima, Paulo Jorge Ferreira do Nascimento Junior, Jorge Willians da Silva Batista, Devis Alves, Tiago Bruno Toffaneto, Marcos Rodrigues, Bruno da Silva Pinheiro e Ezequiel Barroso; e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia: Lady Day Pereira de Souza, Letícia Pivetta, Mariela Mizota Tamada, Milcíades Alves de Almeida, Maria Ivanilse Calderon Ribeiro, Sara Luize Duarte, Luis Fernando Bueno, Andre Mejia Camelo, João Batista de Aguiar, Ronilson de Oliveira, Cristiano Polla Soares, Eloi Jesus de Brito, Jonimar Silva Souza, Rafael Nink de Carvalho, Anabela Aparecida Barbosa, Sônia Carla Gravena Candido da Silva, Francirley Costa de Araujo, Edgar Melo, Francisco Magalhães de Lima, Ruth Aparecida Viana, Miguel Fabricio Zamberlan, Oreane Carvalho, Jana Aparecida, Ivanilson Parente da Silva, Reginaldo Martins da Silva de Souza, Erick Castro, Tiago Lins de



Lima, Domingos Perpetuo Alves Soares, Sabrina Feliciano, Xênia de Castro Barbosa, Marcos Aparecido Atilio Mateus, Ênio Gomes da Silva, Maria Rita Berto de Oliveira, Macário da Silva Feitosa, Rodrigo Moreira Martins, Rosália Aparecida da Silva, Rafael Pitwak Machado Silva, Fernando Dall' Ignia e Uílian Nogueira Lima (“Tira esse pé do chãããã, Doooca!”), por todas as aprendizagens que pude obter por meio da convivência que tive com os mesmos. Em especial à colega bibliotecária Miriã Veiga Santana, por ter se prontificado de imediato a produzir a ficha catalográfica deste trabalho.

Aos amigos, cuja presença é fundamental em nossas vidas: Giovanni, pelo seu grande exemplo de pessoa dedicada aos seus estudos, e que me serve como uma grande fonte de inspiração, bem como a toda a sua família: Maiara, sua esposa, pela excelente pessoa que é; a pequena Giuliana, filha deste maravilhoso casamento; seus pais, seu Gilberto e dona Dalva, pelas ótimas pessoas que também são; e seus irmãos: Paula, esta grande amiga que hoje também começa a viver a condição de mãe; e Pedro, também uma excelente pessoa. Delcleciano – mais conhecido como Del, pela sua amizade de mais de sete anos, e pela ótima pessoa que é. Por fim, ao grande amigo Felipe Lopes do Nascimento, que, embora tenha tido de voltar à sua terra natal – São Paulo – não deixo de lhe reservar minha amizade e meu carinho.

Agradeço, por fim, a todos aqueles que, mesmo não tendo sido citados aqui, contribuíram, de forma direta ou indireta, para que este trabalho pudesse se materializar. Ressalto, neste contexto, que todo e qualquer mérito deste trabalho devo sobretudo a estas pessoas. Ao mesmo tempo, sublinho que qualquer falha ou imprecisão porventura existentes nele são pura e simplesmente responsabilidade deste estudante que lhes escreve, ficando ele à inteira disposição para discutir qualquer crítica que porventura lhe caiba, e, em sendo correta a crítica, para assumir, humildemente, a devida auto-crítica em relação ao erro cometido.

*“Nada no mundo é impossível para quem se atreve a escalar as alturas” (Mao Tsetung).*

*“É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho, de observar com atenção a vida real, de confrontar a observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossas fantasias. Sonhos, acredite neles.” (Vladimir Lênin)*

*“Sabe, agora compreendo melhor o simbolismo da bandeira Palestina estendida pelos camponeses na escola durante minha visita. A princípio me pareceu uma homenagem aos meus anos me solidarizando com o povo palestino. Mas se a gente pensar bem, os palestinos e os camponeses pobres do interior de Rondônia guardam grandes semelhanças entre si. Eles lutam pela terra, enfrentam inimigos poderosos e não baixam a cabeça nunca. Aqueles que vencem a floresta amazônica, suas onças, suas malárias e as emboscadas de pistoleiros merecem, com todo mérito, serem chamados de 'Os Palestinos da Amazônia'” (Carlos Latuff, célebre cartunista constantemente envolvido com temas vinculados às lutas dos povos ao redor do mundo).*

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a atuação da Liga dos Camponeses Pobres (LCP), a partir de suas atividades na Área Revolucionária Canaã, localizada na região o Município de Ariquemes, área essa que abriga 126 famílias, de acordo com a LCP. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas com dezenove camponeses residentes na área e sua interpretação foi realizada com base no materialismo histórico-dialético. O trabalho permitiu o entendimento de que a atuação da LCP e dos camponeses que atuam em conjunto com ela permitem a abertura de uma perspectiva no sentido da possibilidade da superação da sociedade capitalista de modo a se construir um modelo de sociedade fundado nas necessidades humanas e no fim da exploração do homem pelo homem: uma sociedade orientada pelo modo de produção socialista.

**Palavras-chave:** Liga dos Camponeses Pobres; Luta de classes; Questão Agrária; Capitalismo burocrático; Revolução Agrária.

### **ABSTRACT**

This work means to analyse the actuation of the League of the Poor Peasants (LCP), parting from its activities in the Revolutionary Area Canaã, located in the region of the Ariquemes city. According to LCP, the area has 126 families. The data were obtained through interviews with nineteen peasants from the area and their interpretation was done with the historical and dialectical materialism. The work allowed us the understanding that the actuation of the LCP and the peasants working with it open a perspective for the possibility of overcoming of the capitalist society, for the construction of a society model based on the human necessities and in the end of the exploitation of the man by the man: a society oriented by the socialist mode of production.

**Key words:** League of the Poor Peasants; Classes struggle; agrarian question; bureaucratic capitalism; Agrarian Revolution.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Ilustração 1:</b>	Instrumentos utilizados por camponeses em Canaã.....	74
<b>Ilustração 2:</b>	Lavoura de um dos camponeses de Canaã.....	83
<b>Ilustração 3:</b>	A ocupação da ponte em Jarú, em 2012.....	85
<b>Ilustração 4:</b>	Pistoleiros a serviço do latifúndio em Seringueiras.....	87
<b>Ilustração 5:</b>	A estrada construída pelos camponeses em Canaã.....	97
<b>Ilustração 6:</b>	Camponeses que tombaram na luta pela terra.....	103
<b>Ilustração 7:</b>	O Sr. Gerolino Nogueira.....	109
<b>Ilustração 8:</b>	Charges de Carlos Latuff aos camponeses.....	118
<b>Ilustração 9:</b>	A Feira da Revolução Agrária.....	121
<b>Ilustração 10:</b>	A casa de um dos camponeses de Canaã.....	123

## LISTA DE ABREVIATURAS

ASPROCAN – Associação dos Produtores Rurais do Canaã  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CECAC – Centro Cultural Antônio Carlos Carvalho  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
GAM – Grupo de Ajuda Mútua  
GISAS – El Capitalismo Burocrático en la Explicación del Subdesarrollo y el Atraso Social  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
LCP – Liga dos Camponeses Pobres  
MCC – Movimento Camponês Corumbiara  
MEPR – Movimento Estudantil Popular Revolucionário  
MFP – Movimento Feminino Popular  
MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
NAP – Núcleo dos Advogados do Povo  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PSD – Partido Social Democrático  
PIN – Programa de Integração Nacional  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PT – Partido dos Trabalhadores  
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
UDN – União Democrática Nacional  
UNIR – Universidade Federal de Rondônia

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
 <b>CAPÍTULO 1 - “... MAS O QUE IMPORTA É TRANSFORMAR”: O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E A INTERDISCIPLINARIDADE.....</b>	 <b>22</b>
1.1. Introdução.....	22
1.2. A gênese histórica e os fundamentos do materialismo histórico-dialético.....	22
1.3. A postura do sujeito produtor de conhecimento no materialismo histórico-dialético.....	27
1.4. Cientificidade e interdisciplinaridade no materialismo histórico-dialético.....	29
 <b>CAPÍTULO 2 - UM CAPITALISMO ENGENDRADO DE FORA: A FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL BRASILEIRA A PARTIR DA TESE DO CAPITALISMO BUROCRÁTICO.....</b>	 <b>33</b>
2.1. Introdução.....	33
2.2. Gênese histórica e características fundamentais do capitalismo burocrático.....	32
2.3. O Brasil e o capitalismo burocrático.....	39
2.3.1. Os primórdios do capitalismo brasileiro.....	39
2.3.2. A formação de uma burguesia nacional.....	45
2.3.3. Capitulação e conversão em burguesia burocrática.....	49
2.3.4. Delineamentos atuais do capitalismo burocrático no Brasil.....	51
2.4. Capitalismo burocrático, revolução e campesinato.....	57
2.4.1. Aspectos gerais.....	57
2.4.2. A luta de classes no campo brasileiro entre os fins do século XIX e o século XXI.....	58
2.4.3. O problema da terra na fronteira agrícola e o surgimento da Liga dos Camponeses Pobres.....	61
 <b>CAPÍTULO 3 - NO CAMINHO RUMO À TERRA PROMETIDA: CANAÃ E A LUTA DOS CAMPONESES PELA TERRA.....</b>	 <b>65</b>

<b>3.1. Introdução.....</b>	<b>65</b>
<b>3.2. O campo e a coleta dos dados.....</b>	<b>65</b>
<b>3.3. O perfil dos camponeses residentes em Canaã.....</b>	<b>69</b>
3.3.1. As origens e as razões da vinda para Rondônia.....	70
3.3.2. O encontro com Rondônia e as trajetórias de vida.....	71
3.3.3. A propriedade da terra, a relação dos camponeses com ela e as significações construídas a seu respeito.....	76
3.3.4. A relação com o Estado, a luta pela terra e a proposta da Revolução Agrária.....	82
3.3.5. Vida e luta pela terra em Canaã.....	98
3.3.5.1. A tomada e a resistência sobre a terra.....	101
3.3.5.2. Produzindo e transformando o espaço: o momento do relativo estabelecimento sobre a terra.....	119
3.3.5.3. Quando a terra é finalmente alcançada: o momento da conquista da terra.....	127
3.3.6. As transformações provindas da aplicação do caminho da Revolução Agrária.....	129
<b>3.4. O Canaã e a Revolução Agrária.....</b>	<b>131</b>
<b>3.5. Considerações finais.....</b>	<b>135</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>137</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>141</b>
<b>OBRAS CONSULTADAS.....</b>	<b>148</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS COM AS FAMÍLIAS CAMPONESAS.....</b>	<b>149</b>
<b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>150</b>



## INTRODUÇÃO

*“Agora nós vamos p'ra luta,  
A terra que é nossa ocupar,  
A terra é de quem trabalha,  
A História não falha, nós vamos ganhar.”*

De pé, organizados em fileiras, localizados no Ginásio Poliesportivo do *Campus* José Ribeiro Filho da Universidade Federal de Rondônia – mais conhecido como *Tatuzão*, cerca de quatrocentos camponeses encontravam-se, nos idos de Agosto de 2008, concentrados entoando este hino vinculado à luta pela terra.

*“Já chega de tanto sofrer,  
Já chega de tanto esperar,  
A Luta vai ser tão difícil,  
Por mais que demore, vamos triunfar.”*

Este hino, de nome *Conquistar a Terra*, composto por Benedicto Monteiro e posteriormente modificado por Carlos Prexedes, representa, de um modo sintético, a luta de um campesinato que historicamente foi tomando consciência de sua condição de classe e, feito isto, passou a se organizar, por meio de mecanismos que vão se aprimorando ao longo do tempo, com vistas à luta pela posse e uso da terra. Nos dias atuais, este hino é sempre entoado em solenidades e no cotidiano das lutas dos camponeses que se organizam em conjunto com a Liga dos Camponeses Pobres (LCP).

Este movimento social começou a ser organizado a partir do ano de 2000 (MARTINS, 2009). Teve como um elemento de grande importância para a sua conformação o episódio que ficou marcado para a História das lutas camponesas como o *Massacre de Corumbiara*, no qual camponeses que operavam uma ocupação de terras numa fazenda denominada Santa Elina, localizada no município de Corumbiara, em Rondônia, foram vítimas de uma verdadeira operação de guerra arquitetada por um latifundiário daquela região, Antenor Duarte, em conjunto com a Polícia Militar e, de acordo com o que aponta Martins (2009), contando com ativa participação de pistoleiros a serviço do referido latifundiário.

Muito embora tenham resistido à investida que lhes fora feita<sup>1</sup>, os camponeses presentes no episódio terminaram, em virtude das desvantagens nas quais se encontravam em relação aos seus algozes, tombando no combate que se seguiu. O resultado foram 16 mortos, dentre eles uma criança (MARTINS, 2009). Após o combate e feitos os camponeses de prisioneiros, estes foram submetidos a diversas torturas físicas e psicológicas, das quais resultam relatos de situações funestas, dentre as quais a de camponeses que foram obrigados a comer parte do cérebro de companheiros que haviam sido assassinados pelas forças conjugadas da polícia e da pistolagem (*id.*, *ibid.*).

Ocorrido o episódio, organizou-se um novo movimento social de luta pela terra em Rondônia, o Movimento Camponês Corumbiara (MCC), que, a partir de sua fundação, passou a se colocar enquanto herdeiro daquela luta que se processou em Santa Elina. Com o passar do tempo, deu-se uma luta política interna da qual resultou um rompimento de uma parte da direção. As pessoas que romperam com este movimento conformaram a LCP.

A LCP se destaca em relação a outros movimentos sociais de luta pela terra – sobretudo em relação ao MST – em virtude da linha política que segue, e principalmente pela combatividade que imprime às suas ações, bem como pelo fato de se assumir enquanto um movimento social de caráter revolucionário, na medida em que entende que a luta pela terra não poderá ser realizada com êxito sem que se tenha em perspectiva o horizonte da transformação radical das estruturas da sociedade brasileira, no sentido da construção de uma sociedade socialista, a partir do processo que tem sido denominado como a *Revolução Democrática Ininterrupta ao Socialismo*.

Em um campo mais imediato, este movimento social se destaca pela sua própria proposta em relação à luta pela terra. Assim, não nutre expectativas no sentido de que se opere no país uma reforma agrária a partir da iniciativa do Estado. Pelo contrário, entende que a conquista da terra deve ser efetuada pelos próprios camponeses, que devem, por conta própria, tomar as terras do latifúndio, cortá-las entre si e já iniciar o processo da produção nesta terra, sem esperar pelo Estado. Feito isto, devem se organizar para lutar no sentido de se manter na terra para que possam de fato conquistá-la. Esta linha de atuação costuma ser denominada por ativistas e apoiadores da LCP como a *Revolução Agrária*.

---

1 É importante destacar que a operação foi deflagrada em meio à madrugada do dia 09 de agosto de 1995, o que, de acordo com o Monsenhor José Maria, Vigário Episcopal da região de Corumbiara, constitui a operação como ilegal, conforme aponta Martins (2009).

Um outro aspecto que caracteriza a atuação deste movimento é o fato de que ele não *escolhe* as ocupações em que vai atuar ou prestar apoio. Neste sentido, entende que todo camponês tem o direito de se organizar e lutar pela terra, e, havendo alguma tomada de terra da qual não tenha participado no momento de sua realização, não hesita em prestar seu apoio e, mediante pedido de ajuda material na organização e manutenção da tomada depois que ela fora executada, não se exime de prestar esta ajuda.

Este trabalho tem o objetivo de compreender a atuação deste movimento social no Estado de Rondônia, mais especificamente na Área Revolucionária Canaã, localizada na região do Município de Ariquemes. Buscamos, neste contexto, encontrar subsídios que nos levem a encontrar resposta(s) às seguintes perguntas:

1. O que é a Revolução Agrária, proposta por este movimento?
2. De que modo a Revolução Agrária pode nos apontar caminhos para uma transformação radical das estruturas existentes na sociedade brasileira?

No início de 2009, a LCP já se encontrava organizada em sete Estados brasileiros, sendo eles: Rondônia, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Alagoas, Ceará e Pernambuco, por meio de cinco LCPs: (I) A LCP de Rondônia e Amazônia Ocidental; (II) LCP do Norte de Minas; (III) a LCP do Centro-Oeste; (IV) a LCP do Pará-Tocantins; e (V) a LCP do Nordeste. Em Rondônia, a LCP, no ano de 2007, agregava em torno de sua bandeira cerca do triplo de famílias organizadas em torno da bandeira do MST (*op. cit.*, p. 110).

Existe relativamente pouca produção acadêmica tratando da atuação da LCP. Neste sentido, pode-se citar Souza (2006), que trata da luta de camponeses pobres em conjunto com a LCP na região de Jacinópolis, Rondônia, e Souza (2010), que trata de educação no campo, efetuando, ao final do trabalho, uma discussão a respeito da iniciativa da Escola Popular, da qual a LCP é grande entusiasta e que se encontra em operação em diversas áreas de tomada de terra deste movimento social; Souza (2007) trata da questão agrária no Brasil e do surgimento das LCPs, apresentando um breve histórico da LCP do Norte de Minas; Martins (2009) trata do episódio do *Massacre* de Corumbiara – este que é percebido por pelo menos uma parte dos camponeses que o viveram como um combate, e não um massacre, tal como é diversas vezes

noticiado<sup>2</sup> – e do seu papel na conformação da *Liga*, tal como eventualmente é apelidada por ativistas e apoiadores.

Na pesquisa bibliográfica, tratou-se dos seguintes temas:

1. O materialismo histórico-dialético;
2. Formação econômico-social e questão agrária no Brasil. Neste aspecto, cabe uma observação que é o fato de que, quando trabalhamos este tema, o trabalhamos na perspectiva da Tese do Capitalismo Burocrático;
3. Gênese e características da questão agrária especificamente na região amazônica.

Na pesquisa de campo, realizada na Área Revolucionária Canaã, foi utilizada a técnica das entrevistas com vistas à coleta de informações junto aos sujeitos da pesquisa, os camponeses residentes na área.

Este trabalho se guia pelo materialismo histórico-dialético. Tal opção deriva da militância do autor junto ao Movimento Estudantil desde 2006. Esta militância, realizada junto ao Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR), permitiu uma série de vivências que forjaram a opção em desenvolver este trabalho. Em um segundo momento, permitiu o contato com a LCP e sua linha de atuação, o que contribuiu para cimentar a opção teórica e política que aqui está posta, opção essa que se baseia na compreensão da correitude do materialismo histórico dialético e da proposta da Revolução Agrária como vias de, respectivamente, compreender e transformar a realidade na qual nos encontramos inseridos.

O trabalho será composto por três capítulos que, em sua sequência lógica, seguirão um padrão metodológico de se iniciar a exposição tratando dos aspectos mais gerais atinentes ao tema tratado para então ir gradativamente aos aspectos mais específicos e tratar da pesquisa concreta efetivamente realizada. Neste sentido, o trabalho será estruturado de acordo com o que segue:

- O capítulo 1 realizará uma discussão a respeito do método do materialismo histórico-dialético, tratando de seus aspectos fundamentais;

---

2 Para mais informações, Cf. Martins (2009).

- O capítulo 2 tratará da construção histórica da luta pela terra no Brasil. Neste sentido, serão apontadas considerações acerca da formação econômico-social deste país e nas formas pelas quais o campesinato brasileiro historicamente construiu mecanismos de luta pela posse da terra, desde as lutas messiânicas dos fins do século XIX e início do século XX até a conformação da Liga dos Camponeses Pobres;
- No capítulo 3, será realizada a análise das entrevistas realizadas em campo, buscando compreender de que modo os camponeses que vivem diretamente o processo da Revolução Agrária, na Área Revolucionária Canaã<sup>3</sup>, percebem a realidade na qual se encontram envolvidos e de que forma entendem que a luta pela terra e a proposta da Revolução Agrária. Buscaremos analisar as vivências dos camponeses no Canaã e de que modo percebem estes processos enquanto elementos estruturantes de possíveis transformações em suas vidas materiais e dos demais sujeitos sociais com os quais se encontram, de um modo ou de outro, envolvidos. Ao mesmo tempo, serão analisados os aspectos objetivos e subjetivos que circundam as vidas destes camponeses.

E, por fim, serão feitas as considerações finais, em que será apresentada uma síntese do tema estudado ao longo desta pesquisa.

---

3 Por Área Revolucionária são denominadas os locais em que camponeses se encontram em luta pela terra seguindo a proposta da Revolução Agrária.

## **CAPÍTULO 1 – “... MAS O QUE IMPORTA É TRANSFORMAR”: O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E A INTERDISCIPLINARIDADE**

### **1.1. Introdução**

Este capítulo tem por objetivo a realização de uma exposição a respeito do materialismo histórico-dialético e de sua capacidade de compreender e explicar a realidade a partir de uma perspectiva interdisciplinar.

Sua estrutura será organizada de modo que se permita a exposição das seguintes discussões: inicialmente, será apresentado o que vem a ser o materialismo histórico-dialético, buscando, neste sentido, apresentar a sua gênese histórica e as suas estruturas teóricas fundamentais. Posteriormente, serão feitas considerações a respeito da(s) postura(s) que deve(m) ter o(s) sujeito(s) que busca(m) se guiar por esta matriz de pensamento e ação. Feito isto, tratar-se-á, por fim, de se discutir as razões pelas quais o materialismo histórico-dialético é considerado aqui uma matriz de pensamento fundamentalmente interdisciplinar, sendo que, no ensejo, buscar-se-á desmistificar uma falsa ideia que eventualmente é possível encontrar em meio ao ambiente acadêmico: a perspectiva que atribui ou busca atribuir ao materialismo histórico-dialético o rótulo de que este seja uma forma de pensamento de caráter *economicista*. Feito isso, partiremos então para as considerações finais do capítulo.

### **1.2. A gênese histórica e os fundamentos do materialismo histórico-dialético**

O materialismo histórico-dialético pode ser entendido como sendo composto por dois elementos básicos: a sua condição enquanto um modelo de compreensão e explicação da realidade, por um lado, e, por outro, um modelo que busca orientar a *praxis* transformadora desta realidade.

Sua elaboração data de meados do século XIX, em um período histórico marcado pela ascensão do modo de produção capitalista enquanto o elemento predominante da formação econômico-social daqueles países que, neste momento, se encontravam no ápice do desenvolvimento das forças produtivas, mas já apresentavam determinadas contradições no campo de suas relações de produção. Em específico, temos o desenvolvimento de uma classe de portadores de capitais, que historicamente ficou conhecida como a classe dos capitalistas, ou burguesia e, por outro lado, a formação de um massivo proletariado urbano.

Com o desenvolvimento deste processo histórico, estas classes terminam por entrar em estados de conflito, sejam eles abertos, sejam eles latentes, o que vai fazer com que este proletariado em diversos momentos organize lutas com vistas à conquista de direitos em relação à outra classe que se constituía enquanto sua antagonista.

Este movimento dado no processo de produção e reprodução da vida material humana vai gerar correspondências no campo das representações humanas, ou seja, no campo superestrutural, o que se expressa no surgimento de determinados intelectuais que, de uma forma ou de outra, vão intervir neste processo em favor do proletariado. Um destes intelectuais foi Karl Heinrich Marx, de origem alemã, que em conjunto com seu amigo e companheiro de lutas, Friedrich Engels, buscou compreender, em sua essência, os fenômenos que ocorriam no período histórico em que viviam, para que assim pudessem prestar o seu apoio a este proletariado, que tomava características revolucionárias, no sentido de desenvolver estratégias e táticas com as quais pudesse atingir seus objetivos na luta pelo poder. Neste contexto, estes dois intelectuais desenvolveram o método que é objeto da discussão deste capítulo.

O materialismo histórico-dialético pode ser compreendido enquanto uma síntese composta por elementos da dialética desenvolvida por Friedrich Hegel e o materialismo desenvolvido por Ludwig Feuerbach. Sua construção se dá a partir da depuração de determinados aspectos do pensamento destes autores que Marx e Engels entenderam como equivocados e a integração dos elementos supracitados no sentido de se elaborar uma síntese que representasse um conjunto de características que lhe fizessem um modelo teórico capaz de explicar a realidade de forma mais efetiva do que a dos modelos teóricos elaborados por Hegel e Feuerbach (KOSIK, 1995).

Em termos bem sucintos, pode-se dizer que o materialismo histórico-dialético é uma forma de pensamento que entende que a realidade é composta por elementos que, de uma forma ou de outra, encontram-se vinculados e integrados entre si. Em outros termos, tem-se que, neste sistema de pensamento, tudo se vincula e tudo se integra. Assim, a realidade é vista como uma totalidade integrada, que se desenvolve historicamente a partir das relações mais ou menos contraditórias que se dão entre seus elementos componentes ou parte destes. Estas relações são dadas a partir das tendências que se operam no interior destes elementos, tendências essas que por vezes entram em choque, o que faz com que, conforme o devir temporal, novas configurações destes elementos e da própria realidade como um todo venham

a ser produzidas, em uma continuidade ininterrupta. Desta definição, um corolário lógico é o de que esta forma de pensamento pode ser aplicada tanto à compreensão dos fenômenos atinentes às Ciências Naturais quanto àqueles estudados pelas Ciências Sociais. Para os fins deste trabalho, o foco da discussão será direcionado para o campo das Ciências Sociais.

O materialismo histórico-dialético comporta, em sua estrutura, uma concepção do que vem a ser o homem, sendo este visto enquanto uma totalidade histórico-social, dado que, individualmente, não conseguiria reunir as condições necessárias para que fosse possível a sua sobrevivência em meio ao ambiente natural circundante, o que o levaria, neste contexto, a ter sido simplesmente extinto, caso não tivesse se vinculado a outros homens no decorrer desta relação com este ambiente. Assim, torna-se necessário que esteja coligado a outros homens para que sua sobrevivência individual seja garantida. Ao mesmo tempo, com o fluir do tempo, as relações que estes homens estabelecem entre si vão, gradativamente, tomando novas formas e, disto, novas relações vão se desenvolvendo.

Desta concepção derivam os conceitos de produção e reprodução da vida material humana e dos modos de produção e formações econômico-sociais (MARX, 2007; 2011; MARX & ENGELS, 2006; 2007).

O processo de produção e reprodução da vida material humana consiste no processo pelo qual os homens coligam-se e relacionam-se entre si para que, desta forma, possam intervir no ambiente natural circundante de modo a garantir a manutenção das condições necessárias à sua sobrevivência e à sua continuidade enquanto espécie biológica.

No decorrer deste processo, estes homens, em conformidade com as condições objetivas que lhes são postas nas relações estabelecidas com o ambiente natural circundante, constroem mecanismos mais ou menos complexos com vistas a incrementar a sua capacidade de intervenção neste ambiente, sendo que estes mecanismos dizem respeito ao desenvolvimento de técnicas corporais e/ou a aquisição ou desenvolvimento de instrumentos oriundos do ambiente natural circundante. Ao conjunto formado por estes mecanismos e instrumentos dá-se o nome de forças produtivas deste grupo ou sociedade humana, sendo que o grau de desenvolvimento das mesmas em um determinado momento do processo de desenvolvimento histórico-social deste grupo/sociedade dirá respeito à capacidade de intervenção deste(a) junto ao ambiente natural que o(a) circunda.

Ao mesmo tempo, estes homens, quando deste processo de produção e reprodução de sua vida material, estabelecem, entre si, um sistema de relações que, historicamente, atribuem



determinados papéis a determinados homens em meio a este processo, o que faz com que estes homens, em seu conjunto, venham a se organizar tendo por base uma estrutura de estratificação, que se materializa na construção histórica de grupos essencialmente antagônicos, mas ainda assim complementares, denominados *classes*. Estas relações são denominadas, no contexto do materialismo histórico-dialético, pela terminologia de *relações de produção*.

Modo de produção, por sua vez, diz respeito ao sistema conformado pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade humana e pelas relações de produção que nela são estabelecidas. Este conceito está vinculação às formas de propriedade que historicamente se desenvolveram em meio às sociedades humanas, que são:

1. Tribal, associada ao modo de produção denominado como *comunista primitivo*, marcado por um baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas sociais e, por sua vez, relações de produção marcadas pela inexistência de estratificações internas definidas nestas sociedades (MARX & ENGELS, 2006, p. 46);
2. Comunal e estatal, característica das sociedades humanas existentes no período da denominada *Idade Antiga* da história social humana, associada ao modo de produção escravista e marcada por relações de produção baseadas numa sociedade já estratificada em classes, na qual forma-se uma classe de senhores à qual se contrapõe uma classe de escravos, que são responsáveis pela produção direta dos bens necessários à subsistência da sociedade em que se encontravam. A estes sujeitos não é atribuído o direito de dispor livremente de sua força de trabalho;
3. Feudal ou estamental (*ibid.*, p. 48), associada ao modo de produção feudal e fundada em relações baseadas na estratificação de classes em que se forma uma classe de proprietários territoriais, que dominam militarmente uma determinada porção de território e subordinam os camponeses viventes na mesma a uma condição de servidão, impondo-lhes a condição de que devem dispor de uma parcela de sua força de trabalho, de seu produto ou mesmo de algum dinheiro que viessem a auferir – em conformidade com a relação específica que se desenvolve – ao proprietário territorial ao qual encontra-se subordinado; e

4. Capitalista, que associa-se historicamente ao modo de produção homônimo, caracterizado por relações de produção fundadas em uma estratificação de classes que coloca, de um lado, uma classe de proprietários de capitais, que os aplica ao contínuo e ininterrupto processo de produção de mercadorias que caracteriza este modo de produção, e, de outro, uma classe de portadores de força de trabalho, necessária para que este processo de produção de mercadorias possa ser levado adiante. Os portadores de força de trabalho, se de um lado a possuem, que é necessária ao funcionamento da máquina capitalista, de outro têm necessidade de se relacionar com os proprietários do capital, na medida em que isto é uma condição necessária à sua sobrevivência, que não pode mais ser adquirida por meio do estabelecimento de relações diretas com a terra. No novo contexto que lhes é apresentado, ter sua sobrevivência mediada pela existência da categoria *dinheiro*, que é um dos aspectos centrais das sociedades fundadas no modo de produção capitalista.

Não se tem aqui a intenção de dizer que estas formas acima apresentadas constituam elementos hermeticamente fechados do desenvolvimento histórico-social humano ou que se excluam mutuamente, ou ainda que correspondam a etapas que virão a ser atravessadas por *todas* as sociedades humanas. Isto seria ilusório. Longe de se excluírem mutuamente ou constituírem etapas lineares do desenvolvimento histórico destas sociedades, estas formas de propriedade, em determinados momentos, tendem a se encontrar em estado de convivência ou em formas intermediárias entre uma forma e outra, o que vai depender do grau de desenvolvimento das forças produtivas instaladas no ambiente específico em que elas estiverem se processando diretamente.

Esta compreensão de que os modos de produção e formas de propriedade encontram-se, em determinados momentos, em estados de convivência ou em condições intermediárias, nos levam então ao conceito de *formação econômico-social*, sendo que este, por sua vez, vai agregar mais um elemento ao processo que estamos aqui discutindo, que é o elemento *território*, o que vai vinculá-lo ao conceito de *país*. Assim, a formação econômico-social constituirá o sistema composto das formas pelas quais se organiza uma determinada sociedade humana, territorialmente delimitada, no âmbito do processo de produção e reprodução de sua vida material. Em termos mais concretos, pode-se dizer que vai constituir a síntese, no sentido

dialético do termo, dos modos de produção e formas de propriedade que operam em um determinado país.

Os homens, quando produzem e reproduzem a sua vida material, não se limitam a isso. Ao passo que o fazem, constroem um sistema de representações que, ao mesmo tempo que lhes presta suporte na compreensão do ambiente que os circunda, lhes presta suporte também na medida em que os permite desenvolver mecanismos que lhes permitirão uma intervenção mais efetiva sobre o ambiente que os circunda. Por meio da complexidade que adquirem os processos representacionais humanos, torna-se possível o desenvolvimento de novas forças produtivas e de outras relações de produção, bem como os processos de dominação de classe, sendo que estes processos representacionais têm, eles mesmos, uma base de caráter fundamentalmente material.

### **1.3. A postura do sujeito produtor de conhecimento no materialismo histórico-dialético**

Quando se utiliza o materialismo histórico-dialético, é necessária a adoção de certos princípios e critérios.

O primeiro deles consiste naquilo que pode ser resumido na seguinte frase: tudo aquilo que é concreto o é na medida em que é mediado pelo abstrato (KOSIK, 1995). Isto implica dizer que todos os elementos atualmente existentes e disponíveis ao homem não podem ser compreendidos senão quando mediados pelas categorias abstratas historicamente construídas pelos homens com vistas a classificá-los e torná-los compreensíveis. De um ponto de vista prático, isto tem implicações sobre os momentos em que é realizada uma determinada pesquisa. Assim, quando da realização da mesma, a mera observação direta dos fenômenos estudados – sejam eles naturais ou sociais – não permite a devida compreensão dos mesmos. Esta compreensão só pode ser alcançada quando intermediada por categorias de análise que serão tomadas como base para a verificação direta destes fenômenos, e estas categorias, por sua vez, podem ser auferidas a partir do contato com outros sujeitos que, direta ou indiretamente, já estabeleceram contato com o fenômeno estudado, o que normalmente se materializa nas pesquisas bibliográficas prévias à ida a campo. Do contrário, o sujeito que se encontra em determinado momento realizando uma pesquisa sobre um determinado tema ficará restrito, quando da realização deste processo, àquilo que Kosik (*ibid.*) denomina como *pseudoconcreticidade*, o que vai implicar, na prática, na impossibilidade de uma real

compreensão do fenômeno estudado.

O segundo critério que deve ser observado refere-se aos dados obtidos quando da realização de determinada pesquisa. O materialismo histórico-dialético não prescinde da utilização de dados de tipo qualitativo em favor dos de tipo quantitativo ou vice-versa (MARTINS, 2007). No contexto deste método de pesquisa e compreensão da realidade, ambos os tipos de dados podem conversar-se entre si, e ambos constituem elementos complementares no processo de produção do conhecimento. Desta forma, os dados qualitativos e quantitativos não devem ser vistos apenas em si mesmos, mas postos em confronto com as informações teóricas e empíricas existentes a respeito da pesquisa que em determinado momento estiver em execução.

O terceiro critério consiste na postura crítica, devendo se dar no sentido da compreensão dos fenômenos que se venha a estudar e na assimilação de todos aqueles elementos que se mostrem adequados, bem como no descarte, mediante a crítica devidamente fundamentada, daqueles que não se mostrem adequados para tal.

Por fim, o quarto critério se refere à prática do sujeito que busca se pautar no materialismo histórico-dialético no âmbito das Ciências Sociais. Este sistema de pensamento não implica apenas a busca da compreensão da realidade. Deve ir além. Assim, para que um determinado sujeito possa ser de fato considerado como baseado nele, deve buscar aplicar as aprendizagens que adquire com seus estudos à própria realidade na qual se encontra, buscando imprimir nesta aplicação um caráter transformador, sobre esta mesma realidade. O estudo desta linha de pensamento e sua aplicação, no campo teórico, à realidade circundante, levam o sujeito à compreensão dos problemas e contradições que acompanham o modelo de sociedade no qual encontramos-nos inseridos. Assim, a detecção destas contradições apontam, ao mesmo tempo, o caminho de transformação que levará à sua superação. E ao sujeito que estuda e aplica o materialismo histórico-dialético coloca-se esta questão: não basta compreender a fundo a realidade na qual encontra-se inserido. O que importa é tomar este conhecimento como elemento para a fundamentação de uma ação transformadora desta realidade, tal como disse, com outros termos, Marx nas Teses sobre Feuerbach.

Os critérios e princípios do método do materialismo histórico-dialético descritos acima guiaram o caminho que trilhamos nesta pesquisa.

#### **1.4. Cientificidade e interdisciplinaridade no materialismo histórico-dialético**

Entende-se aqui que o materialismo histórico-dialético cumpre com todos os requisitos necessários para ser considerado um método de caráter científico e interdisciplinar.

Sua cientificidade pode ser auferida a partir dos próprios critérios elencados logo acima referentes à postura dos sujeitos que buscam se orientar por este sistema de pensamento.

O materialismo histórico-dialético, conforme posto anteriormente, busca compreender a essência dos fenômenos que toma como foco de estudo e, na busca desta compreensão, busca apreender estes fenômenos a partir da promoção do diálogo entre os dados que consegue obter em campo, sejam eles qualitativos ou quantitativos, e o conjunto do conhecimento já construído a seu respeito, ou ao menos uma parte deste conjunto que permita a sua compreensão. Os novos conhecimentos que serão obtidos a partir destes processos vão constituir essencialmente a síntese dialética das tendências resultantes da aplicação de cada ferramenta disponível no decorrer da pesquisa, no que se inclui as pesquisas bibliográficas e/ou documentais e os dados empíricos eventualmente obtidos em campo.

Sua condição enquanto um método de caráter interdisciplinar vai derivar dos próprios objetivos propostos por Marx e Engels quando de sua elaboração. Estes objetivos diziam respeito à busca da compreensão da essência do modo de produção capitalista, que se encontrava em pleno processo de desenvolvimento quando estes autores se encontravam vivos e em atividade. Ao mesmo tempo, atuavam no sentido de buscar compreender o processo histórico que levou à formação deste modo de produção e sua predominância nas sociedades europeias com maior grau de desenvolvimento de suas forças produtivas, bem como levantar prognósticos acerca do desenvolvimento histórico ulterior deste mesmo modo de produção e destas mesmas sociedades. Neste processo de investigação, terminaram sendo compelidos a buscar aportes em diversas áreas do conhecimento humano, dada a complexidade de seu objeto de estudo. Esta condição faz com que Marx e Engels venham a ser constantemente referenciados, e o materialismo histórico-dialético venha a ser um método aplicado em diversas áreas do conhecimento humano, dentre as quais a História (ANDERSON, s.d.; DOBB, 1987), a Sociologia (MARTINS, 1986; 1988; 1990; 1991; 1995), a Geografia (OLIVEIRA, 1988; 1989; 1991a; 1991b; 1997), a Educação (SAVIANI, 1983; SOUZA, 2010), e outras.

Esta discussão leva a outra, cuja elucidação é importantíssima no sentido de se desmistificar um profundo equívoco que é cometido por determinados autores quando tendem a atribuir ao pensamento de Marx e de Engels um caráter economicista.

Um autor que trata por estes termos o materialismo histórico-dialético é Karl Popper, que em certo momento apresenta as seguintes considerações a respeito deste sistema de pensamento:

Creio que uma interpretação justa das ideias de Marx e de Engels consiste em dizer que um dos principais motivos que o levaram a acentuar o materialismo era a rejeição de qualquer teoria que, referindo-se à natureza racional ou espiritual do homem, sustentasse que a sociologia precisava fundar-se numa base idealista ou espiritualista – ou na análise da razão. Opondo-se a esta ideia, eles salientaram que o lado material da natureza humana, nossa necessidade de alimento e de bens materiais, e sua importância para a sociologia.

Era sem dúvida um ponto de vista sadio. Considero a contribuição de Marx, neste particular, de significação real e influência duradoura. Marx ensinou a todos que até mesmo o desenvolvimento das ideias não pode ser compreendido plenamente se a história das ideias for tratada sem mencionar as condições da sua origem e a situação dos que as originaram, dentre as quais as condições relativas ao aspecto econômico têm relevância especial. Creio, contudo, que o economicismo de Marx – sua ênfase na estrutura econômica como base definitiva de qualquer modalidade de desenvolvimento – é errônea e insustentável. Acho que a experiência social demonstra claramente que sob determinadas circunstâncias a influência das ideias (apoiada possivelmente pela propaganda) pode superar as forças econômicas. Além disso, admitindo-se embora que é impossível compreender plenamente o desenvolvimento das ideias sem a compreensão de sua base econômica, é também impossível compreender o desenvolvimento econômico sem entender, por exemplo, a evolução das ideias científicas ou religiosas (POPPER, 1994, p. 360).

Muito embora tenha, de um modo geral, se posicionado de uma forma muito correta e sabido, a despeito das discordâncias, apresentar os reconhecimentos que deve a Marx, Popper comete um equívoco em relação ao aspecto do economicismo que entende existir no seu pensamento.

No sentido de desconstruir este entendimento, pode-se utilizar as palavras do próprio Marx no contexto da obra que representa o momento em que este autor se encontra mais amadurecido em seus estudos e construções teóricas e mais se aprofunda no campo de estudos da Economia Política: *O Capital*.

O valor da força de trabalho, como o de toda outra, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico. [...] As próprias necessidades naturais, como alimentação, roupa, aquecimento, moradia, etc., são diferentes de acordo com o clima e outras

peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, o âmbito das assim chamadas necessidades básicas, assim como o modo de sua satisfação, é ele mesmo um produto histórico e depende, por isso, grandemente do nível cultural de um país, entre outras coisas também essencialmente sob que condições e, portanto, com que hábitos e aspirações de vida, se constitui a classe dos trabalhadores livres. Em antítese às outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral [...] (MARX, 1985, p. 141, grifo nosso).

A teoria do valor de Marx é um dos aspectos centrais de seu pensamento no campo da Economia Política. Desta forma, neste autor tem-se que o valor de uma dada mercadoria será medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção.

Observando-se o trecho acima transcrito, percebe-se que, no entendimento de Marx, os elementos materiais necessários à manutenção do trabalhador variam conforme o local geográfico e histórico em que o mesmo se encontra, e não apenas isso: também haverá um constituinte cultural e moral na composição do que neste momento Marx denomina como “as assim chamadas necessidades básicas” e o modo de sua satisfação.

Neste contexto, cabe o questionamento: ora, se Marx reconhece estes caracteres cultural e moral como parte constituinte das necessidades básicas de um trabalhador e, portanto, parte constituinte do valor de sua força de trabalho enquanto mercadoria, onde se encontra o tal *economicismo* do qual se acusa Marx em determinados momentos?

Tal como dito anteriormente, o problema desta perspectiva é tomar uma parte do sistema teórico desenvolvido por Marx e por Engels como a sua totalidade, por um lado, e, por outro, seccionar, além do necessário, a realidade social de um modo que se termina por, na prática, desfigurá-la, deixando de perceber, assim, o fato de que, quando tratamos a realidade a partir de uma perspectiva dialético-materialista, é necessário perceber que a realidade como um todo, e mesmo o interior desta, é composta por dimensões, que, longe de estarem dissociadas, encontram-se, pelo contrário, interpenetradas, na medida em que uma tem incidência sobre a outra.

Desta forma, dentro de uma perspectiva dialético-materialista, a realidade constitui-se não de um agregado composto por um conjunto de dimensões dissociadas entre si, mas sim da síntese das relações que se estabelecem ao longo do tempo entre seus elementos materiais componentes, sendo que, quando da análise desta realidade, é conveniente, em determinados momentos, a realização de certos seccionamentos com vistas a se facilitar a sua compreensão. Entretanto, estes seccionamentos não devem permitir que se deixe de considerar a série de

entrelaçamentos existente entre estes elementos materiais componentes da realidade estudada.

E é exatamente neste ponto que a crítica que aponta o materialismo histórico-dialético como sendo *economicista* encontra seu ponto de falha, na medida em que deixa de considerar o processo de produção e reprodução da vida material humana enquanto um fenômeno *material* para rotulá-lo enquanto meramente *econômico*.

Esta perspectiva é equivocada na medida em que o processo de produção e reprodução da vida material humana engendra uma série de relações entre os homens que o vivem, uma vez que, quando estes homens se encontram em meio a este processo, precisam se alimentar e ao mesmo tempo garantir a sua defesa contra os fatores de risco do ambiente circundante; precisam organizar-se em grupos diante deste ambiente, dado que, individualmente, sucumbiriam às condições do mesmo; precisam estabelecer os mecanismos pelos quais sua associação funcionará, no que se inclui o estabelecimento de determinadas hierarquias de atribuição de graus de autoridade a determinados homens e o estabelecimento da obrigação de se submeter à autoridade destes por parte de outros. Todo este processo, ao mesmo tempo em que se desenrola na relação exterior entre estes homens e este ambiente, o faz também nos próprios cérebros destes homens, na medida em que nestes cérebros se desenvolve uma série de operações de coleta e processamento de dados e informações que formam os sistemas de representação construídos em meio às sociedades humanas.

Desta forma, a *economia*, ou seja, o processo geral de produção da vida material humana, não é meramente *econômica*. Ela é social. Ela é política. Ela é cultural. Ela é moral. Em suma: ela é *material*. E ela é *histórica*.



## **CAPÍTULO 2 – UM CAPITALISMO ENGENDRADO DE FORA: A FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL BRASILEIRA A PARTIR DA TESE DO CAPITALISMO BUROCRÁTICO**

### **2.1. Introdução**

Neste capítulo, será discutida a formação econômico-social brasileira, tendo por base o campo de discussão que tem sido denominado como a *tese do capitalismo burocrático*. Neste sentido, serão apresentadas a gênese histórica e as estruturas fundamentais que se formam em um país que desenvolve este tipo de formação econômico-social; a forma pela qual o capitalismo burocrático foi construído no Brasil; a importância que o campo possui quando se trata da luta revolucionária em países nos quais se formou este tipo de capitalismo, salientando as lutas camponesas que surgiram no Brasil em fins do século XIX e ao longo do século XX; e, por fim, a proposta da Revolução Agrária como um caminho para as transformações sociais de ordem estrutural que no entendimento aqui apresentado são necessárias a este país.

### **2.2. Gênese histórica e características fundamentais do capitalismo burocrático**

Para discutir o Estado brasileiro e a questão agrária<sup>4</sup> utilizaremos as seguintes categorias do materialismo histórico-dialético: *imperialismo* e *capitalismo burocrático*. Estes conceitos estão ligados diretamente à questão agrária, pois “com o desenvolvimento do imperialismo encerrou-se a etapa das revoluções burguesas, deixando pendente a questão da democratização da terra nos países coloniais e semicoloniais” (SOUZA, 2010, p. 61)<sup>5</sup>.

Com base em Marx, Engels e Lenin, Mao Tsetung denominou de *capitalismo burocrático* a forma que o capitalismo assumiu nos países subjugados pelo imperialismo.

Na América Latina, pode-se destacar os estudos de José Carlos Mariátegui, realizados no início do século XX sobre a realidade peruana. Este autor entende que o Peru, em seu

---

4 Pode-se definir a questão agrária como o conjunto de problemas gerados pelo desenvolvimento da agricultura capitalista, que se evidenciam na intensa desigualdade social dele decorrente, e pela existência de duas categorias fundamentais que se conformam em forças antagônicas entre si: o latifúndio e o campesinato pobre, sendo estes expressão da luta de classes no campo na disputa pela terra e pelo poder (SOUZA, 2010, p. 61).

5 Os conceitos de semifeudalidade e semicolonialidade (ou semicolonialismo) serão discutidos mais adiante, neste mesmo capítulo.

desenvolvimento histórico, foi levado à condição de uma sociedade semifeudal e semicolonial, devido à permanência do latifúndio e seus profundos laços com o imperialismo, o que o autor sintetiza nos seguintes termos: “as expressões do feudalismo sobrevivente são duas: latifúndio e servidão” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 68). Na década de 1970, Abimael Guzmán, outro teórico peruano, trata de aprofundar os estudos iniciados por Mariátegui e, na ocasião, desenvolveu e aplicou à realidade peruana o conceito maoísta de capitalismo burocrático, definindo-o como “o capitalismo que o imperialismo impulsiona num país atrasado; o tipo de capitalismo, a forma especial de capitalismo, que impõe um país imperialista a um país atrasado, seja semifeudal, seja semicolonial” (GUZMÁN, 1974, p. 1). O conceito de capitalismo burocrático desenvolvido por Guzmán tem sido utilizado para compreender as condições econômico-sociais dos países que não conseguem se desenvolver economicamente devido às relações de dominação a que são submetidas e “se aplica aos países que não passaram por uma revolução burguesa e, portanto, não resolveram o problema agrário (SOUZA, 2010, p. 61).

Dentre estes estudos, pode-se destacar os produzidos pelo grupo de pesquisa *El Capitalismo Burocrático em la Explicación del Subdesarrollo y el Atraso Social* (GISAS), radicado na Universidade de La Laguna (Ilhas Canárias, Espanha), especialmente seu coordenador, o geógrafo e historiador Victor O. Martin Martin, que publicou, dentre outros trabalhos, o intitulado *El Papel del Campesinato en la Transformación del Mundo Actual* (MARTIN MARTIN, 2007), tratando, conforme indica o título, do papel do campesinato no contexto histórico-social atual, bem como da questão agrária nos países semicoloniais, destacando a América Latina. Este autor classifica os países em função da permanência ou não da questão agrária, afirmando que todos os países que mantêm a concentração de terra mantêm também relações de semifeudalidade e semicolonialidade, sendo estas as bases fundamentais da conformação do capitalismo burocrático (MARTIN MARTIN, 2007, p. 17-8). Este conceito tem sido aplicado também por pesquisadores de parte dos países da América Latina, dentre os quais pode-se citar Miguel Campos, que analisa o capitalismo burocrático em seu país no trabalho *El Capitalismo Burocrático em Ecuador* (2011), bem como David Huamani Pumacahua, em *El Capitalismo Burocrático: Hacia una Morfología del Atraso* (2010), no qual analisa a sociedade peruana. No Brasil, este conceito está presente nos trabalhos de Camely (2009) e Souza (2010).

Pumacahua entende o capitalismo burocrático como um capitalismo anormal e débil:

La comparación entre un hombre normal y un hombre anormal (por ejemplo, un mongolito y retrasado corporal) equivale a la comparación de un capitalismo normal y un capitalismo anormal (capitalismo burocrático). Partiendo de esta aclaración el concepto de capitalismo burocrático debe ser entendido como capitalismo anormal, lo que en términos sociológicos quiere decir capitalismo al servicio de una potencia imperialista. En este sentido, para entender el capitalismo burocrático en el Perú y en todos los países atrasados hay que entender primero lo que es el capitalismo normal. Entender el capitalismo sano y normal que se desarrollan en los países que *hoy conocemos como países imperialista*, como Inglaterra, Estados Unidos, Francia, Alemania, Japón, etc. Esto nos facilitará la comprensión total del tema (PUMACAHUA, 2010, p. 24).

Na mesma linha, Campos explica que o capitalismo burocrático é uma categoria que ajuda a compreender o tipo de capitalismo que se desenvolve nos países semicoloniais:

Es hora ya de retomar las categorías científicas y revolucionarias de los Clásicos del Marxismo, como aquella del CAPITALISMO BUROCRÁTICO, es decir del tipo de capitalismo que se desenvuelve en los países oprimidos como el nuestro. En el análisis del capitalismo burocrático en el Ecuador, se hace previamente un estudio de cómo se desarrolló el capitalismo en los países de Europa y Norteamérica; posteriormente como se desarrolla el capitalismo tardíamente en el Ecuador, sobre una base semi-feudal y sometido al imperialismo. Entramos entonces, al estudio del siglo XX, necesario para comprender la realidad nacional actual (CAMPOS, 2011, p. 4-5).

Para este autor, o capitalismo burocrático é um tipo de capitalismo que mantém os caracteres da semifeudalidade e submissão ao imperialismo, contando com a cumplicidade da grande burguesia e do latifúndio.

Ese precisamente es el tipo de capitalismo que el imperialismo, en complicidad con la gran burguesía y los terratenientes, buscaba y busca profundizar en países oprimidos como el nuestro. Es decir, trata de promover la “modernización” y el “desarrollo” pero sin INDUSTRIALIZACIÓN, sin destruir los rezagos semi-feudales y sin SOBERANÍA NACIONAL, lo cual se traduce en PROFUNDIZACIÓN del capitalismo burocrático (CAMPOS, 2011, p. 17).

Souza explica as condições em que se desenvolve o capitalismo burocrático:

O capitalismo burocrático está determinado pela época e condições do capitalismo em sua fase atual: o imperialismo. Este fenômeno ocorreu no final do século XIX e modificou por completo a ordem capitalista mundial, especialmente nos países dominados (colônias e semicolônias), bastante atrasados em relação aos grandes centros industriais dos países hegemônicos. O imperialismo determina os novos interesses da burguesia mundial e suas ações passam a ser a busca pelo lucro máximo por meio da exportação de mercadorias e de capitais. Para isso, busca agir

sobre os países atrasados para ampliar o número de consumidores de mercadorias, saquear suas matérias-primas e recursos naturais que lhe garantem maior acumulação de capital (SOUZA, 2010, p. 67).

O surgimento desta forma de capitalismo está intimamente vinculada ao surgimento do imperialismo. Na medida em que o processo geral da acumulação capitalista avoluma o montante de capital à disposição dos grandes membros da classe burguesa e, em nível global, torna-se possível e necessário a estes a expansão de seus horizontes no que tange ao campo de aplicação de capitais. E isto traz a necessidade histórica da exportação de capitais, uma das características definidoras do imperialismo (LÊNIN, 2005).

A partir do momento em que este processo de exportação de capitais induz em algum grau relações de tipo capitalista em um país ao qual estes capitais são direcionados, temos a formação do capitalismo burocrático no interior deste país.

Entretanto, é necessário considerar que a formação de determinadas relações sociais de tipo capitalista não implica exatamente no surgimento de um país capitalista nos moldes em que este modo de produção toma forma naqueles países que posteriormente vieram a tomar um caráter imperialista. Neste sentido, temos que nos países em que se constrói o capitalismo burocrático, não se realizou um processo que historicamente é fundamental para que o capitalismo formado em seu interior seja um capitalismo autônomo: a revolução burguesa (MARTIN MARTIN, 2007; SOUZA, 2010). Em outros termos, tem-se que a classe de capitalistas de caráter nacional que se forma nestes países não conseguiu construir, ao longo de sua história, os instrumentos que lhe tornassem possível sobrepujar o poder da classe de latifundiários existente no interior destes países e impor-lhes seu próprio poder de classe, tal como ocorreu no caso da Revolução Inglesa, da Revolução Francesa e da Revolução Americana, nas quais as respectivas burguesias destes países impuseram seu poder de classe nos territórios de cada um destes países<sup>6</sup>. O surgimento do imperialismo vem a agravar este quadro, na medida em que este se torna uma força que age em conjunto com o latifúndio no sentido de exercer poder sobre estas burguesias e formar um obstáculo objetivo para que estas

---

6 É necessário considerar, neste contexto, as especificidades da Revolução Americana. Neste caso, temos que o poder de classe é imposto não em relação a uma classe de latifundiários interna, mas sim à própria à época metrópole – A Inglaterra –, podendo-se considerar, desta forma, que o poder de classe foi imposto à própria burguesia inglesa, visto que esta já exercia seu poder de classe em seu país de origem. Ainda assim, em outros momentos, a burguesia estadunidense impõe seu poder de classe ao latifúndio existente neste país, o que pode ser observado na Guerra da Secessão, ao fim da qual foram abolidas as relações de produção escravistas que eram utilizadas nos Estados do sul do país.

pudessem construir os instrumentos de seu poder de classe no interior destes países.

Destas condições históricas vinculadas ao surgimento do capitalismo burocrático, temos como corolário as estruturas fundamentais que se formam em seu interior: a semifeudalidade e a semicolonialidade, ou mesmo colonialidade (MARTIN MARTIN, s.d.).

Em torno destas condições, Souza manifesta-se pelos seguintes termos:

O capitalismo burocrático tem duas colunas: semicolonialismo e semifeudalidade (grande propriedade, semisservidão, *gamonalismo*). São indissolúveis, são ligadas. Em determinados momentos uma terá mais peso que a outra. Porém, não podemos nunca separar estas duas características em um país de capitalismo burocrático. O semicolonialismo é externo e a semifeudalidade é interna. A semifeudalidade [...] caracteriza-se pela existência da grande propriedade, da semisservidão e do *gamonalismo* (coronelismo) (SOUZA, 2010, p. 70).

Cada uma destas duas condições se caracteriza por constituir um quadro intermediário entre as condições sugeridas pelos respectivos termos e a condição de um país capitalista autônomo. Constituem a síntese das relações de classe existentes nestes países: semifeudais devido à força do latifúndio. Semicoloniais ou coloniais devido à ingerência do imperialismo e da debilidade das frações de suas grandes burguesias. Semifeudais pois, ainda que apresentem em determinados pontos de seus territórios um alto grau de desenvolvimento de relações capitalistas, mantêm também um amplo leque de relações pré-capitalistas, sendo mais exato denominá-las como relações semifeudais, devido ao fato de constituírem relações não-capitalistas, mas que contribuem para o processo geral da acumulação capitalista, sendo, a seu modo, formas de extração de mais-valia – em determinados casos perpassados por meios brutais – dos trabalhadores do campo e da cidade. Semicoloniais pois, ainda que formalmente sejam países soberanos, vivem sob o jugo do imperialismo quando se trata do processo de produção da vida material humana em seu interior. Quando se trata de países coloniais, sequer a autonomia formal possuem.

Para que estas categorias possam ser compreendidas, é necessário que se faça uma análise dialética sobre a realidade estudada. É necessário, sobretudo, lançar um olhar que permita ao pesquisador visualizar a unidade do fenômeno em meio à multiplicidade de facetas que ele oferece, buscando, neste contexto, compreender como estes aspectos se integram na totalidade concreta (KOSIK, 1995). Assim, quando se fala de semifeudalidade, não se está realizando uma transposição mecânica da realidade de determinadas partes da Europa medieval para as realidades dos séculos XIX, XX e XXI, mas sim buscando-se estabelecer

uma compreensão a respeito do processo geral da acumulação capitalista neste período histórico, em locais específicos, dotados de um baixo grau de desenvolvimento de suas forças produtivas e nos quais se operam – em virtude deste mesmo baixo nível de desenvolvimento de forças produtivas e do desinteresse do capital no sentido de levar adiante o desenvolvimento de novas forças de produção nestes locais – relações de produção não compatíveis com o padrão das capitalistas, fundamentadas essencialmente no trabalho livre e sistema de assalariamento.

Conforme aponta Souza (2010, p. 68), “o imperialismo busca comandar o núcleo dirigente do Estado dominado para atender seus interesses de acumulação de capitais, estimulando as lutas de frações da grande burguesia para garantir sua hegemonia sobre os aparelhos deste Estado e, assim, impedi-lo de desenvolver-se”, e analisando Mao Tsetung (1975, p. 356), argumenta que

O processo de formação do capitalismo burocrático no país dominado conformará uma burguesia servil, atada umbilicalmente ao imperialismo. Esta burguesia nativa é chamada de grande burguesia em razão de sua base de acumulação, de sua origem e luta política pelo poder, e se divide em duas frações: a burguesia compradora e a burguesia burocrática. Essas duas frações da grande burguesia desenvolvem-se vinculadas à classe latifundiária e ao imperialismo (SOUZA, 2010, p. 67).

Para Mariátegui, “as burguesias nacionais, que veem na cooperação com o imperialismo a melhor fonte de benefícios, sentem-se suficientemente donas do poder político para não preocupar-se seriamente com a soberania nacional (MARIÁTEGUI, 1969, p. 87).

Desta forma, temos que uma das características de um país de capitalismo burocrático refere-se às formas que toma a classe dos grandes capitalistas existente em seu interior, sendo elas cindidas em duas frações fundamentais, que podem ser definidas da seguinte forma:

A burguesia burocrática é a grande burguesia instalada num país dominado pelo imperialismo, engendrada por e submetida ao imperialismo, mantendo relações contraditórias e não antagônicas com ele. Foi historicamente confundida com burguesia nacional. A burguesia compradora é a grande burguesia que atua em vários países de forma monopólica ou buscando sempre extrair o lucro máximo de suas atividades, como, por exemplo, os capitais envolvidos na importação-exportação, setor financeiro, etc. (SOUZA, 2010, p. 35).

Estas frações da grande burguesia têm sua gênese vinculada à forma como se configura o próprio capitalismo nestes países, sendo esta configuração fundada no capital

monopolista, tanto o estatal quanto o privado. A burguesia burocrática, mais especificamente, se forma em meio à burguesia industrial, na medida em que as debilidades materiais desta tornam necessário que a mesma vincule seu capital de forma umbilical ao Estado, condição essa da qual deriva o próprio nome que lhe é atribuído no contexto da tese do capitalismo burocrático (MARTIN MARTIN, s.d.).

Partindo desta análise, o Brasil é aqui compreendido como um país de capitalismo burocrático, uma vez que é mantido como um país semifeudal, por não ter resolvido sua questão agrária, pois se mantém e até mesmo se fortalece o latifúndio e as relações de produção de caráter semifeudal, e é mantido como um país semicolonial, devido à sua submissão ao imperialismo. Com base nesta premissa, buscar-se-á compreender o contexto da questão agrária brasileira e dentro dela o processo de luta pela terra e da Revolução Agrária proposta pela Liga dos Camponeses Pobres.

## **2.3. O Brasil e o capitalismo burocrático**

### **2.3.1. Os primórdios do capitalismo brasileiro**

Não é possível pensar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil sem pensar na sua relação com o desenvolvimento deste modo de produção a nível global, mais especificamente no processo geral da acumulação capitalista.

Ao longo de toda a sua história, este país esteve submetido às necessidades históricas do capital, o que é a razão para a formação de suas raízes coloniais. Entretanto, é necessário problematizar: tomando-se por base a tese do capitalismo burocrático com vistas à compreensão e explicação da formação econômico-social construída neste país, a partir de que momento esta forma de capitalismo começa a se desenvolver no Brasil?

Entende-se aqui que este processo se realiza entre as décadas de 1920 e 1930. Antes deste momento, boa parte das características de um país de capitalismo burocrático já existiam neste país, mas não houve um desenvolvimento de forças produtivas em moldes capitalistas integrado a essas estruturas.

Neste momento, pode-se levantar mais uma característica do capitalismo burocrático: a integração entre um desenvolvimento de forças produtivas em moldes capitalistas com a semifeudalidade e a colonialidade/semicolonialidade aqui presentes.

Dadas as suas raízes coloniais e seu papel de país produtor de bens primários para o

mercado europeu, a semifeudalidade é uma característica perene presente no país. Ainda que boa parte de sua história seja marcada pela existência de relações escravistas baseada na força de trabalho de negros oriundos da África ou descendentes destes e traficados por capitalistas especializados neste tipo de negócio, é importante observar que estas relações estão vinculadas ao próprio funcionamento do capitalismo a nível global neste período, sobretudo aos interesses dos negociadores de escravos e das próprias grandes potências capitalistas, dentre as quais pode-se destacar a Inglaterra.

Outro aspecto das relações escravistas no Brasil é o fato de que elas se concentraram sobretudo nas regiões com produção mais acentuadamente voltada para o mercado europeu, notadamente as regiões açucareiras no nordeste e no sudeste no país, bem como a região de produção aurífera das Minas Gerais (SODRÉ, 1983; 1997).

Sodré (1983; 1997) assinala, entretanto, que o modo de produção escravista não foi o único presente no país enquanto esteve vigente, sendo que em outras regiões do país, nas quais não existia uma produção tão intensamente voltada à Europa, como ocorria com a cana-de-açúcar, o ouro e posteriormente o café, processava-se a produção fundada no feudalismo (*ibid.*). Este modo de produção se apresenta “na área vicentina, na área pastoril sertaneja, na área amazônica, na área pastoril mineradora depois da derrocada da economia aurífera (SODRÉ, 1997, p. 13). A apropriação dos excedentes da produção era realizada seja por agentes da Igreja Católica – que submeteram os povos da respectiva região de atuação aos ditames eclesiásticos desta instituição –, seja por fazendeiros da respectiva região.

O trabalhador, aquele que fornecia o excedente, não era escravo, e os que se apropriavam do excedente não eram proprietários dos índios ou dos negros vinculados às fazendas e lavouras e de tropas e ofícios após a derrocada do escravismo aurífero – eram senhores destes. Os missionários das ordens que ocuparam a Amazônia e montaram a empresa produtora de especiarias, as *drogas*, como os jesuítas das reduções sulinas, como os donos das fazendas sertanejas, não eram proprietários dos índios ou não-índios que trabalhavam para eles. Eram senhores (*id., ibid.*, p. 13).

Na medida em que as relações escravistas declinam – no caso da região aurífera, pelo declínio da atividade e no restante do país devido às investidas da Inglaterra contra o tráfico negreiro – as regiões antes escravistas passam a constituir regiões nas quais o feudalismo passa a ser predominante. Martins (1995) também discute a temática, mas é categórico ao afirmar que a categoria *feudalismo* não se aplica ao caso do Brasil. Sua discussão privilegia



mais as regiões açucareiras e cafeeiras, e pauta-se pelos termos de que as relações escravistas tendem a ser substituídas, de acordo com as circunstâncias, por outros tipos de relações. No caso do nordeste açucareiro, são substituídas por um tipo de relação que pode ser denominada como *agregacionismo*<sup>7</sup>, na qual o trabalhador se materializa num sujeito denominado como *agregado*, que vive na terra de outra pessoa – normalmente um latifundiário – e, devido à permissão que lhe é dada por este para ocupar uma porção de sua terra, estabelecia-se uma relação de reciprocidade entre um e outro, na qual opera uma situação em que o trabalhador trabalha na lavoura da cana-de-açúcar e, da produção auferida, deve destinar uma parcela ao proprietário da terra.

Já no caso do sudeste cafeeiro, tem-se a relação do colonato, na qual imigrantes europeus trabalhavam na produção do café para exportação no sistema de empreitada, ao mesmo tempo em que lhe era permitido plantar culturas de subsistência em meio aos cafezais, sendo que especificamente do arroz cobrava-se uma renda correspondente a 20% da produção (*id.*, *ibid.*).

Cabe destacar, no entanto, que o colonato foi um perfil de relação que tendeu a se manifestar mais nas regiões cafeeiras com maior grau de desenvolvimento de suas forças produtivas, ao passo que regiões que não dispunham deste nível tendiam a manifestar com maior frequência relações mais próximas ao agregacionismo.

Um ponto que chama a atenção na discussão de Martins (1995) comparada com a de Sodré (1983; 1997) é o fato de que o perfil de relação social descrita por aquele não exclui a noção de feudalismo discutida por este e aplicada ao caso do Brasil<sup>8</sup>. Pelo contrário, faz é confirmar a discussão de Sodré. Este discute que o feudalismo se conforma na conjugação de dois aspectos fundamentais: a renda e a dependência social que se estabelece entre o trabalhador e o sujeito que faz uso de sua força de trabalho (SODRÉ, 1997, p. 13). É exatamente isso que se pode perceber quando se analisa o agregacionismo: o camponês vive numa área de propriedade do latifundiário e, em virtude disto, vive na dependência deste. Por outro lado, tem-se a renda que deve pagar dos produtos da terra quando estes interessam ao

---

7 Observe-se que o autor não faz referência explícita a este termo, ainda que utilize a terminologia *agregado*. Ainda assim, entende-se aqui ser adequado o uso da terminologia para caracterizar a relação, pois o conceito de *agregacionismo* não difere da relação mais específica estabelecida entre proprietário da terra e agregado.

8 Observe-se que, quando se fala em aplicação, não se fala de uma aplicação mecânica do conceito. Trata-se de uma aplicação considerando os princípios do pensamento dialético, a saber: buscar-se compreender a realidade concreta que se coloca, ou seja, uma particularidade, à luz de princípios que definem o fenômeno estudado em suas características universais.

seu proprietário. Em relação ao colonato, Martins (1995) argumenta que os colonos são fundamentalmente trabalhadores livres. Entretanto, a discussão de Sodré (1983, p. 86-93) permite verificar que as relações de produção atinentes ao colonato não se processavam exatamente desta forma. Neste sentido, o autor argumenta que um tipo de relação que se estabelecia era a relação na qual o proprietário de terra subvencionava a vinda de imigrantes para o Brasil, e estes, quando instalados na terra, deveriam pagar, por meio de seu trabalho, os recursos aplicados em seu traslado. Neste período, estes ficavam à mercê daqueles, de modo que sua liberdade de locomoção era tolhida.

Os imigrantes, que chegavam em grupos numerosos [...] eram, depois de desembarcados em Santos, imediatamente fechados e trancados nos vagões da estrada de ferro. O trem que os conduzia para S. Paulo [...] depositava-os diretamente no pátio da Hospedaria dos Imigrantes, que pensadamente se localizara à margem dos trilhos da S.P.R., hoje Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. Durante sua permanência na Capital, os imigrantes alojados na Hospedaria não podiam afastar-se dela, e aí permaneciam como numa verdadeira prisão. Contou-me certa vez um velho italiano, imigrante de 1886, que conhecera a cidade de São Paulo somente um quarto de século depois de sua chegada ao Brasil, pois apesar de ter transitado por ela, e nela demorado quase um mês, apenas a vislumbroua através das janelas do trem e da Hospedaria dos Imigrantes. Uma vez fixado o destino do imigrante, a fazenda para a qual fora designado (**assunto em que não era consultado**), era novamente embarcado na própria estação da Hospedaria; e mais uma vez, sob estreita vigilância, transportado para a estação mais próxima daquela fazenda, onde já o aguardava o fazendeiro ou o seu preposto para receber e tomar posse do seu novo trabalhador (PRADO JR. *apud* SODRÉ, 1983, p. 90-1, grifo nosso).

Para Sodré (1983, P. 89-90), o colonato<sup>9</sup>, nas regiões em que o imigrante é posto a serviço de um proprietário de terras, é caracterizado como uma relação de tipo feudal.

A saída pela colonização era inócua, nas condições que o Brasil apresentava. Partia do erro do isolamento dos núcleos, separando as áreas de produção, e de pequena produção, dos mercados. Depois de longo período de estagnação, salvou-se dela apenas a região colonial germânica do Rio Grande do Sul, por razões especiais, como aquela que, vizinha, alimentou-se da contribuição italiana. Tornava-se indispensável, e cada vez mais, introduzir trabalhadores livres nas áreas produtoras prósperas. O obstáculo, para isso, estava no escravismo nelas dominante. A solução tentada foi a da parceria, distinguindo-se na sua adoção a iniciativa de Vergueiro. Em sua fazenda de Ibicaba, estabeleceu ele algumas dezenas de portugueses, com os quais firmou as bases contratuais seguintes: viagem, instalação, adiantamento para subsistência e custeio de lavoura e empréstimo até a primeira colheita, como contribuição do proprietário da terra e dos meios de produção; reembolso, pelo

---

9 Observe-se que o termo *colonato* não é utilizado por Sodré, sendo-o por Martins. Ainda assim, o termo não contradiz as discussões realizadas por aquele em seu trabalho, de modo que consideramos conveniente o seu uso. Além disso, é importante destacar que, para os fins da discussão ora apresentada, o colono e o imigrante refere-se fundamentalmente ao mesmo tipo de sujeito social.

colono, deduzido de seus lucros, daquelas despesas, acrescidas dos juros; lucro dividido a meias entre o proprietário e o colono. Em dez anos, o sistema se generalizou e entraram 60.000 imigrantes para trabalhar nessa base. Foi estabelecido o número de pés de café que caberia ao colono cultivar, colher e beneficiar. Nem o proprietário podia despedir o trabalhador contratado enquanto bem cumprisse esta sua parte, nem este poderia retirar-se antes de cumpri-las. Criava-se um vínculo entre o trabalhador e a terra e o latifúndio pagava trabalho futuro. A revolução de 1842 [...] trouxe grande perturbação ao sistema, logo retomado, entretanto, provendo-se de imigrantes germânicos. A coexistência do trabalho livre com o trabalho escravo era difícil. Ela reforçava, por outro lado, o caráter feudal implícito na parceria. Tudo viciou não só o sistema, como a própria imigração, em todo o decorrer do século XIX.

O trabalho do imigrante esteve [...] muito longe daquilo a que poderia caber a classificação de *livre*. [...] São [...] relações feudais típicas que se instalam [...]. Não se trata de trabalhadores livres, que buscam áreas favoráveis onde possam, por seu trabalho, alcançar nível de vida melhor. Trata-se de recrutamento sistematizado de força de trabalho, que o atraso ou o empobrecimento de algumas regiões europeias permite ou favorece. A imigração subvencionada que, na segunda metade do século XIX, apresenta altos índices de entradas, substituindo a iniciativa privada ou o sistema dito de colonização, guardará muitos desses mesmos traços. Oficializava, na realidade, a compra de trabalhadores, assemelhando-se nisso ao tráfico negreiro (*id.*, *ibid.*, p. 89-90).

Observa-se, pela argumentação do autor, que a colonização realizada por trabalhadores livres não logra êxito. Ao mesmo tempo, o latifúndio cafeeiro precisava de força de trabalho para se manter viável, visto que as fontes do trabalho escravo se esvaziavam. A solução encontrada para a situação é o uso do trabalho dos colonos, no perfil de relação que o autor denomina como de tipo feudal.

Um dos argumentos que, de acordo com Martins (1995) não permite que o colonato possa ser considerado como uma relação feudal é o de que esta relação comportava um sistema relativamente complexo de organização da produção, ao qual fora feita alusão mais acima. Entretanto, conforme posto anteriormente, em suas linhas gerais os textos não se excluem em seus argumentos. Um elemento em que há divergência refere-se à condição do trabalhador em relação à sua liberdade. Neste contexto, entende-se aqui que a posição de Sodré é a que melhor se sustenta, na medida em que um trabalhador ao qual não é dada a prerrogativa de escolher seu destino não pode ser considerado como um trabalhador livre, mas sim posto em uma relação de dependência em relação ao proprietário da terra.

A partir daqui, cabe um questionamento: as relações de produção formadas no Brasil e que se expandiram rumo à região cafeeira podem ser consideradas como especificamente feudais? Tomando-se os apontamentos da tese do capitalismo burocrático, pode-se argumentar que não.

A argumentação ora apresentada se dá no sentido de que estas relações devem ser compreendidas no quadro da semifeudalidade devido ao fato de que constituem formas de produção pré-capitalistas vinculadas ao processo geral da acumulação capitalista.

O modo de produção feudal se caracteriza pelo fato de que, entre outros aspectos, a produção de uma determinada unidade econômica – no caso o feudo – era voltada para a sua própria sustentação material, não havendo atividade importante voltada à acumulação de capital. A classe capitalista, quando surge, o faz no campo da circulação, e não da produção, e ao longo do tempo, vai gradativamente operando sobre esta, até o momento em que de fato a assume. A partir deste momento é que surge, de fato, o capitalismo enquanto modo de produção (SODRÉ, 1997).

Quando trata-se de uma relação semifeudal, seja no âmbito micro ou no âmbito macro, tem-se uma relação que não é feudal, mas também não é capitalista, mas está vinculada ao processo geral da acumulação de capitais. Ela não é feudal pois a unidade econômica na qual se processa não é autossuficiente, como é o caso do feudo. Mas ela não cumpre um requisito fundamental de uma relação capitalista: o trabalho assalariado e livre.

As relações descritas por Sodré (1983; 1997) dão conta de circunstâncias em que nem o trabalho livre e nem o assalariado se encontram presentes. Entretanto, as unidades econômicas descritas – seja o engenho de açúcar, a fazenda de gado sertanejo ou as missões religiosas – não são exatamente autossuficientes, estando, de um modo ou de outro, vinculadas ao processo geral da acumulação capitalista. Ainda que quem estivesse mais diretamente ligado ao processo geral da circulação de mercadorias fosse, conforme o momento, o engenho açucareiro, os aluviões mineiros ou o latifúndio cafeeiro, os demais sistemas de produção existentes ao longo do país não estavam exatamente excluídos deste circuito, na medida em que uma das atividades à qual se dedicavam era o fornecimento de suprimentos necessários às atividades mais vinculadas ao mercado mundial. Em outros termos, os produtos gerados nas regiões mais afastadas eram direcionados aos locais onde a produção voltada ao mercado externo se processava.

Ainda que a semifeudalidade e a semicolonialidade fossem parte componente da formação econômico-social brasileira neste momento de sua história, entende-se aqui que especificamente neste momento não se formava o capitalismo burocrático em seu interior.

Conforme posto anteriormente, o capitalismo só se forma, efetivamente, quando a produção é capitalista, ao mesmo tempo em que é necessária uma volumosa quantidade de

capitais para que os equipamentos necessários à produção nestes termos possam ser projetados, construídos, adquiridos pelo capitalista e instalados no local em que a produção se processará. Juntado a isso, é necessário o estabelecimento de uma relação de produção caracterizada pelo trabalho livre e assalariado (SODRÉ, 1997).

Nos países capitalistas pioneiros, isto se dá após um longo processo de acumulação de capitais, o que contou sistematicamente com a utilização da violência contra povos que foram subjugados, ações moralmente questionáveis e inclusive o trabalho de africanos e seus descendentes escravizados, no processo que ficou conhecido como a *acumulação primitiva* (HUBERMAN, 2008; MARX, 1985, p. 261-94).

Assim, entende-se aqui que não faz sentido falar em capitalismo burocrático no Brasil sem falar na formação do modo de produção capitalista em seu território e, derivado disto, a existência de uma burguesia burocrática. Esta se forma de fato com a assim chamada *Era Vargas*. As classes dominantes no Brasil do século XIX e início do XX são o latifúndio, sobretudo o cafeeiro, e uma burguesia compradora, cuja sustentação material provem do comércio exterior bem como atividades de caráter financeiro. Estas classes, em conjunto com o imperialismo, sustaram na medida do que lhes foi possível o desenvolvimento do modo de produção capitalista no país (SODRÉ, 1983).

### **2.3.2. A formação de uma burguesia nacional**

Em Basbaum (1986), pode-se observar o surgimento de uma fração burguesa que começa a aplicar capitais em atividades vinculadas ao campo da produção. O surgimento desta fração de classe tem como base material um processo interno de acumulação de capitais que o autor caracteriza como não sendo nem exatamente capitalista e nem exatamente primitiva, sendo que

esta [a acumulação primitiva] é a acumulação primeira que permitiu o surgimento do capitalismo na História. [...] Essa recriação do capitalismo [que se dá no Brasil] poderia ser designada como uma espécie de *acumulação em segundo grau* e dele surgiu o capitalismo nacional (BASBAUM, 1986, p. 90).

De acordo com o autor,

o capitalismo surgiu no Brasil menos de fatores externos – prolongamento do

capitalismo europeu ou americano – que de certas características econômicas e históricas próprias partindo dessa *acumulação de segundo grau* [...]

a) Em primeiro lugar, podem ser considerados como fatores da acumulação capitalista, os lucros dos senhores de terra, obtidos na exportação do café por volta da primeira metade do século passado<sup>10</sup>;

b) Em segundo lugar, os lucros obtidos pelos negreiros no tráfico de escravos [...]

c) A terceira fonte dessa acumulação em segundo grau foi o desenvolvimento do comércio importador, principalmente português, no Rio de Janeiro, do qual nasceram muitas das grandes fortunas no século passado<sup>11</sup>. A grande fortuna do Visconde de Mauá, o primeiro e o maior espírito industrialista do século passado, teve essa origem.

d) Mas é na República, e mais acentuadamente nos primeiros anos do século, que surge uma nova fonte de acumulação de capital que deu extraordinário impulso à industrialização do país, pela produção de mercadorias e formação de grandes fortunas, principalmente em São Paulo: a imigração.

Imigrantes industriais, enérgicos, ávidos de fortuna, quase todos italianos ou sírios, ao ser extinta a escravidão, começaram a chegar em grandes levadas. E muitas deles aqui instalaram pequenas manufaturas que em poucos anos se transformaram, pelos lucros obtidos, em grandes indústrias. Essa é a origem da segunda fase de impulso e progresso capitalista do país e a fonte mais importantes da acumulação capitalista em nosso país [...].

Se a extinção do tráfico deu ao país o seu primeiro impulso industrialista, a abolição foi responsável pelo segundo. O terceiro impulso, que já encontraria uma base social para se firmar – a imigração e um mercado interno em crescimento – foi provocado pela guerra de 1914/18.

Os capitais ou lucros do comércio importador eram de preferência empregados em construções urbanas, apólices da dívida pública e Bancos, cujo capital serviu posteriormente para financiar a lavoura e a indústria.

A aristocracia rural que havia, em meados do século passado, acumulado certa massa de capitais, não compreendia ainda o valor do dinheiro, que tinha apenas dois destinos certos: parte era empregada na compra de terras e renovação do braço escravo e outra parte desviada para a ostentação e o luxo da educação em Londres e a ilustração em Paris. Era preciso manter a todo custo o ar de nobreza e honrar os títulos de conde e barão que a prodigalidade do Imperador espalhara pelos quatro cantos do país.

A contribuição dessa classe, por isso mesmo, para o desenvolvimento capitalista foi pequena.

Os imigrantes, ao contrário, eram homens de vida simples, hábitos modestos, desconhecendo o “conforto” e muito menos o luxo, sem os vícios da ostentação e da ilustração em Paris. Estes homens utilizavam os lucros para aumentar os lucros, conservando o capital dentro das fronteiras. O dinheiro que gastavam em raras viagens à Europa, em visita à terra natal e o que remetiam para fora do país, embora atingisse por vezes grandes somas, não chegava a afetar o grosso da fortuna que aqui ficava, e era aplicado em novas indústrias e novas fábricas. Para tudo dava a *mais-*

10 Em outros termos, século XIX, visto que o autor escreve seu trabalho em meados da década de 1960.

11 Cf. a nota anterior.

*valia acumulada (id., ibd., p. 90-2, grifos do autor).*

A estes fatores juntam-se outros, que são:

- “Ainda durante o Império a reforma tarifária de Alves Branco”, que aumentava “em altas percentagens os impostos aduaneiros de alguns produtos” e “abriu excelentes perspectivas para a criação de uma indústria nacional”;
- A abolição da escravidão, que liberta “750 mil escravos, sem contar os que já havia alguns anos se tinham emancipado ou por si mesmos ou por efeito de libertações parciais” e “pôs à disposição do capitalismo e em particular da indústria, uma grande massa de *braços livres* aumentando assim a *superpopulação relativa*, condição de grande importância para o desenvolvimento industrial”;
- “O aumento da imigração e da população em geral”;
- “O aumento rápido do mercado interno em virtude do aumento natural e rápido da população, reforçado pela imigração”, bem como o fato de que “os escravos, passando a assalariados, se transformavam em consumidores”; e
- “A guerra mundial de 1914-18”, que teve do mesmo modo, e em alto grau, efeito favorável para o desenvolvimento do capitalismo” (*id., ibd., p. 92-3*).

A respeito deste último ponto em específico, o autor argumenta que

Durante pelo menos quatro anos, grandes capitais que emigravam habitualmente para a Europa, pela importação e pelo turismo dos nobres e entediados fazendeiros, e pelas remessas dos imigrantes aos seus países de origem, ficaram no país. Esse dinheiro tomou novos rumos e grande parte foi aplicada na criação de novas indústrias e desenvolvimento de outras preexistentes, para a produção de artigos manufaturados, geralmente importados antes da guerra, como tecidos finos, produtos de vidro, materiais de construção, vestuário, etc. (*id., ibd., p. 93*).

Não obstante, observa-se determinados entraves ao desenvolvimento capitalista, que de acordo com o autor são muito fortes, sendo eles:

- a) O desinteresse do governo Republicano em produzir estímulos para o desenvolvimento industrial, [...] [que não apenas] impedia ao capitalismo um mínimo de ajuda oficial e de possibilidades que lhe permitissem crescer e multiplicar-se através da produção de mercadorias para o mercado interno e permitia a evasão de capitais na importação de produtos de consumo os mais corriqueiros

[...]

b) [...] a estrutura econômica básica do país: os imensos latifúndios, a permanência de relações feudais e semifeudais que datavam do período colonial e que nem mesmo a abolição conseguira romper; a pequena amplitude do mercado interno, em virtude da pobreza geral da população rural [...].

c) [...] a ausência de uma *indústria de base*, isto é, *de meios ou bens de produção* [...].

d) [...] o capital estrangeiro que aqui se estabeleceu com finalidades industriais, agrícolas ou simplesmente financeiras, [e] não ajudou o desenvolvimento do capitalismo nacional (*id.*, *ibid.*, p. 94-6).

Um aspecto importante na formação do capitalismo brasileiro, cuja compreensão é possível a partir da conjunção das análises de Basbaum (*ibid.*) e Sodré (1983) é o fato de que grandes saltos foram possibilitados ao seu desenvolvimento de algum modo autônomo nos momentos que podem ser considerados como de crise a nível global. Estes momentos foram as duas grandes guerras imperialistas mundiais (a de 1914-18 e a de 1939-45) e a grande depressão dos anos de 1930. Com base nestes autores, pode-se dizer que estes foram momentos de relativa retração dos interesses imperialistas a nível global, sendo que ao longo das duas guerras os recursos destes países tiveram de ser redirecionados para o esforço bélico e, no período de crise dado após o *crack* da Bolsa de Valores de Nova York, tornou-se necessário que estes países concentrassem-se na sua recuperação econômica e financeira. Estes momentos fazem com que o fluxo de mercadorias para o Brasil diminua, além de impor restrições às exportações que constituem a sustentação material do latifúndio e da burguesia compradora. Ao mesmo tempo, possibilitam e tornam necessária a ocorrência do desenvolvimento industrial interno – visto que as mercadorias antes exportadas passam a ter de ser produzidas no próprio território brasileiro –, e isto, por sua vez, possibilita o desenvolvimento de uma burguesia industrial de bases nacionais, ao mesmo tempo em que enfraquece a burguesia compradora e o latifúndio.

Neste contexto, a luta de classes em meio a esta burguesia nacional, de um lado, e a conjunção de burguesia compradora e latifúndio, de outro, se opera por estes termos. Os episódios do tenentismo, da Coluna Prestes e da assim chamada *Revolução de 30* são reflexos deste processo, mais especificamente do fortalecimento desta burguesia nacional e consequente enfraquecimento relativo das outras duas classes às quais tem de dar enfrentamento para que se torne possível a viabilização dos seus interesses. Ao menos na



primeira metade da década de 1930, é possível observar um fortalecimento considerável desta burguesia nacional, o que vai se dar até o momento em que o imperialismo estadunidense se recupera da depressão que lhe ocorre nesta década. A partir deste momento, esta fração burguesa passará a se converter à condição de burguesia burocrática.

### **2.3.3. Capitulação e conversão em burguesia burocrática**

Tomando-se por base os apontamentos da tese do capitalismo burocrático e as discussões apresentadas pelos autores estudados, pode-se dizer que existem duas condições fundamentais para que uma burguesia industrial seja convertida em burguesia burocrática: a sua organização em torno do Estado, o que se expressa na sua busca no sentido da criação e fortalecimento de empresas estatais, fato esse que é gerado pela sua própria debilidade material, visto o seu relativo pouco aporte de capitais diante da necessidade de construção dos elementos de infraestrutura que são requisitos para o seu fortalecimento; e o fato de que esta classe tem uma existência essencialmente subjugada ao imperialismo – em relação ao qual mantém contradições que não chegam ao ponto de antagonismo (SOUZA, 2010), e ao latifúndio, ao qual não interessa a formação de um mercado interno forte, dado o fato de que geralmente a sua produção é voltada ao mercado externo.

Estas condições se delineiam ao longo da década de 1930, na qual Getúlio Vargas esteve à frente do Estado brasileiro. Ao mesmo tempo, elas permitem levantar uma questão crucial quando se trata do desenvolvimento do capitalismo em um país, em nosso caso o Brasil: a revolução burguesa. Afinal de contas, ela se desenvolveu neste país?

Tomando por base os apontamentos de Souza (2010), entende-se aqui que não. Em termos mais específicos, é possível dizer que ela chegou a se iniciar, mas foi abortada, o que se dá a partir do momento em que o imperialismo estadunidense começa a retomar suas forças, na segunda metade da década de 1930, o que tem como consequência a retomada do fôlego do latifúndio no Brasil (SODRÉ, 1983). A estes processos segue a capitulação desta burguesia, que compõe forças com estes sujeitos sociais e passa a se converter em burguesia burocrática, que busca se organizar junto ao Estado ao mesmo tempo em que age de forma subjugada ao latifúndio, à burguesia compradora e ao imperialismo. E é exatamente neste momento que se pode dizer que o capitalismo burocrático de fato se instala no país, estando formados os seus pilares fundamentais. E a partir dele, o desenvolvimento histórico do Brasil

passa a ser o do aprofundamento desta forma de capitalismo. Ainda que a Segunda Guerra Mundial tenha gerado um refluxo no imperialismo estadunidense – que era o mais atuante no Brasil neste momento histórico – e por consequência do latifúndio brasileiro, ao fim do conflito estes retomam sua força e voltam a agir de forma sistemática no país.

No período anterior ao Golpe de Estado de 1964, é possível observar que este processo se dá em meio a intensas lutas sociais, sendo possível observar a luta entre a burguesia burocrática, de um lado, materializada sobretudo na atuação dos partidos PTB e PSD – ambos articulados por Getúlio Vargas, o sujeito mais expressivo desta fração de classe no país – e a conjunção de burguesia compradora, latifúndio e imperialismo do outro, materializados sobretudo na atuação da UDN.

Um aspecto fundamental da atuação da burguesia burocrática é o fato de que em suas lutas diante das demais classes dominantes do país, utilizou-se da força política do proletariado urbano, bem como a partir de um certo momento o campesinato, com vistas a buscar viabilizar os seus interesses de classe, numa tática política que ficou conhecida como o *populismo*. Esta tática foi utilizada sobremaneira por Getúlio Vargas, e posteriormente por João Goulart.

O destaque que aqui é dado a esta tática se dá em virtude do fato de esta ser uma característica fundamental da burguesia burocrática ao longo do período anterior ao Golpe de Estado de 1964. Além disso, é necessário ter em perspectiva o fato de que as disposições desta fração da classe capitalista no Brasil alteram-se conforme a correlação de forças em relação às demais classes dominantes no país, sendo que quando a luta de classes se intensifica, o proletariado e as outras classes que lhe prestam apoio são deixadas de lado, tal como ocorre no período do Estado Novo e quando do golpe de Estado de 1964.

O período de instalação e aprofundamento do capitalismo burocrático no Brasil é marcado por um conjunto de etapas que expressam o progressivo processo de capitulação da burguesia burocrática em relação às demais classes dominantes do país e o imperialismo.

A primeira etapa se caracteriza pela tentativa desta fração de classe no sentido de fazer frente aos interesses que buscavam subjugar-lá. Esta etapa se materializa no discurso nacionalista de Getúlio Vargas.

Em um segundo momento, tem-se o governo de Juscelino Kubitschek. Nacionalista no discurso, entreguista na prática, caracteriza-se por uma considerável entrega de elementos fundamentais a um desenvolvimento autônomo do país ao capital imperialista (SODRÉ,

1983).

Por fim, tem-se a terceira etapa, que se refere à capitulação diante da burguesia compradora, do latifúndio e do imperialismo, correspondendo ao período de governo de João Goulart e seu isolamento político, promovido até mesmo por membros do PSD – partido que tradicionalmente fora seu aliado –, e culmina com o Golpe de Estado (BASBAUM, 1983).

A ditadura instalada após o golpe demonstra ter uma característica fundamentalmente pró-imperialista e voltada para o fortalecimento do capital monopolista. Além disso, é responsável fundamental pela extensão do capitalismo burocrático rumo à região amazônica, por meio da política de colonização que é levada a cabo nas décadas de 1970 e 1980. Os objetivos básicos desta política são: (I) não realizar a reforma agrária que em certo momento foi exigida *na lei ou na marra* por camponeses organizados em torno das Ligas Camponesas, que de um modo geral buscavam dar um encaminhamento revolucionário ao problema da terra no Brasil e foram por isso duramente reprimidos pelo governo ditatorial instalado em 1964; e (II) o de viabilizar a existência de força de trabalho que pudesse ser utilizada pelo capital e pelo latifúndio, que se expandiam rumo a esta região, com pleno apoio do Estado, que tratou de oferecer uma ampla gama de incentivos para estes empreendimentos (IANNI, 1979; 1986).

#### **2.3.4. Delineamentos atuais do capitalismo burocrático no Brasil**

Finda a ditadura, tem-se o período da assim chamada *redemocratização*, sendo que, em meio a ela é possível observar uma reedição da luta entre as frações da grande burguesia brasileira a nível do Estado. Neste sentido, pode-se tomar a oposição que historicamente se desenvolve entre o assim chamado *Partido dos Trabalhadores* (PT) e o *Partido da Social Democracia Brasileira* (PSDB). A observação do desenvolvimento histórico objetivo do Brasil ao longo dos últimos 25 anos permite verificar que cada um destes partidos, bem como os seus respectivos aliados, estão vinculados a uma fração da grande burguesia brasileira, na medida em que o PSDB tem se associado a políticas de Estado que visam a uma sistemática privatização de empresas estatais, políticas essas que correspondem aos interesses da burguesia compradora; por outro lado, o PT tem se caracterizado por uma política que revela uma certa tendência pelo fortalecimento dessas empresas, o que vai ao encontro dos interesses da burguesia burocrática. Inclusive é possível observar a reedição de determinadas táticas

desta fração de classe no pré-golpe de 64, como a tática do *populismo*, que no momento atual é ampliada por meio de políticas como o assim chamado Bolsa Família, que pode ser considerado como um meio de se canalizar as forças políticas dos estratos sociais beneficiados por meio deste tipo de política em direção ao projeto desta classe. Não obstante, é possível observar que a forma de atuação do PT é no mínimo vacilante quando se trata destas questões, sendo que um aspecto que corrobora esta posição são os recentes leilões dos campos de petróleo do pré-sal, em um contexto no qual no ano de 2010, em que se desenvolvia o processo eleitoral, a atual presidente do país, então candidata, declarou literalmente em um de seus programas eleitorais que “é um **crime** privatizar a Petrobrás ou o pré-sal. Isso seria um **crime** contra o Brasil, porque o pré-sal é o nosso grande passaporte para o futuro”<sup>12</sup>. Entretanto, em 2013 realizou-se, em meio a protestos contra os quais mesmo o Exército fora utilizado, a venda do pré-sal para o capital estrangeiro, o termina por conformar uma entrega deste recurso natural ao imperialismo.

Um autor que tem trabalhado o capitalismo e as relações de classe no Brasil neste período é Boito Jr. (1996; 2003; 2006a; 2006b; 2007; 2012a; 2012b). Assim, para o autor, este momento histórico é fortemente caracterizado pelo fenômeno do neoliberalismo, a expressão ideológica predominante do capital na contemporaneidade.

O surgimento deste fenômeno ocorre em paralelo com os últimos anos de vigência do socialismo nos países que ao longo do século XX adotaram, em algum momento, este tipo de organização econômico-social. Corresponde ao momento em que, neste processo de derrocada dos países socialistas, o capital, a nível global, se viu em condições de fazer avançar o seu projeto de sociedade, vinculado à sua necessidade de acumulação.

No Brasil, este momento tem como reflexo a investida do imperialismo em seu interior e o fortalecimento da burguesia compradora, o que se expressa nos programas de privatização que se dão ao longo da década de 1990.

Um aspecto que chama a atenção nestes trabalhos é o fato de que o autor, ainda que não se utilize do conceito de capitalismo burocrático, em diversos aspectos se aproxima, em suas formulações, das discussões levantadas por este corrente de análise da formação econômico-social brasileira. Concebe, tomando por base apontamentos do pensador marxista

---

12 Esta declaração pode ser encontrada em <<http://www.youtube.com/watch?v=kGJDY4IMkyg>>, com acesso em 25.nov.2013. Os grifos referem-se às ênfases que foram dadas pela Sra. Rousseff ao passo que dava sua declaração.

Nicos Poulantzas, que a grande burguesia brasileira pode ser compreendida como composta por duas frações fundamentais: a burguesia compradora, “que é mera extensão dos interesses imperialistas no interior dos países coloniais e dependentes” (BOITO JR., 2006a, p. 238, nota 2), e uma burguesia interna, um conceito

desenvolvido por Nicos Poulantzas para indicar a fração da burguesia que ocupa uma *posição intermediária* entre a burguesia compradora [...] e a burguesia nacional, que em alguns movimentos de libertação nacional do século XX chegou a assumir posições antiimperialistas (*id.*, *ibid.*, grifo do autor).

Para o autor, esta burguesia interna é composta por dois segmentos básicos: a burguesia industrial e a burguesia agrária. Ainda que ela apresente determinadas contradições com o imperialismo, estas não chegam ao ponto de antagonismo. Longe disso, apresenta concordância com diversos pontos do programa neoliberal – este, por sua vez, expressão ideológica dos interesses do imperialismo e da burguesia compradora –, mais especificamente os pontos que estão de acordo com os seus interesses diretos: cortes de direitos sociais e trabalhistas e outras medidas que possam implicar em uma maior disponibilidade de verbas estatais para as suas necessidades. Àqueles aspectos que lhe geram prejuízos, trata de organizar alguma oposição, na medida em que a correlação de forças permita.

As disputas de poder político levadas a cabo pelo PSDB e pelo PT são compreendidas por Boito Jr. como um reflexo das relações de classe estabelecidas entre, por um lado, imperialismo e burguesia compradora, e, por outro, a burguesia interna, que em certo momento estabelece uma frente em conjunto com PT e os movimentos populares sobre os quais este exerce influência.

Estas disputas podem ser compreendidas em dois grandes momentos, podendo eles ser caracterizados da seguinte forma: (I) a ofensiva do neoliberalismo, que ocorre até o fim do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso; e (II) o relativo retraimento do neoliberalismo e afirmação da burguesia interna, que se inicia no segundo mandato de FHC e adentra os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. O primeiro momento é marcado por um conjunto de políticas que na prática se constituía por um viés fortemente focado no atendimento dos interesses do imperialismo e da burguesia compradora, dentre as quais pode-se citar a política de valorização do real, a onda de privatizações que ocorre neste período e a abertura comercial. Esta política termina por desagradar a burguesia interna, que,

se sentindo ameaçada pelo afluxo de capitais externos ao país, o que poderia lhe trazer prejuízos, começa a se manifestar a respeito destas circunstâncias.

O PT percebe estas contradições que surgem no seio das classes dominante e as capitaliza, iniciando uma política de construção de unidade com a burguesia interna. FHC, por seu turno, recua em alguns aspectos de sua política, após a crise cambial de 1998-1999, sem entretanto abandonar a sua linha geral de atuação (BOITO JR., 2007, p. 65-6). Esta frente organizada entre PT e burguesia interna será um dos fatores para a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002 e 2006, bem como da vitória de Dilma Rousseff em 2010. As eleições destes candidatos fazem com que esta fração da grande burguesia brasileira consiga se integrar ao bloco no poder, que até então era composto essencialmente por burguesia compradora e imperialismo.

É necessário observar, entretanto, que a burguesia interna se integra de modo subordinado a este bloco, e depende de uma complexa articulação política, promovida pelo PT ora em movimentos sociais que estejam sob sua influência, ora na massa desorganizada dispersa pelo país e alvo de políticas compensatórias – dentre as quais o assim chamado Bolsa-Família – para se manter nele, por meio da máquina eleitoral em que estas políticas terminam se convertendo<sup>13</sup>.

Na análise das relações de classe do autor, é possível notar certas similaridades com os apontamentos da tese do capitalismo burocrático. A principal delas refere-se à configuração da grande burguesia brasileira. É possível perceber que, em seus aspectos fundamentais, as formulações do autor são equivalentes às apresentadas por aquela linha de análise. Ainda

---

13 Observe-se que, quando fazemos referência a estas políticas enquanto uma máquina eleitoral, não nos referimos apenas aos governos petistas. Estas políticas vem de antes destes governos, que, quando iniciaram, trataram essencialmente de unificar as diversas bolsas que foram criadas ao longo dos governos de José Sarney, Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso (BOITO JR., 2006b, p. 293). É possível verificar que os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff transformaram estas políticas em uma máquina de propaganda, sendo que eventualmente é possível identificar, em meio às redes sociais, ameaças difusas no sentido de que, no caso de algum candidato do PSDB viesse a vencer as eleições, estas políticas seriam desfeitas. Esta hipótese não nos parece verossímil, visto que uma atitude neste sentido equivaleria a um suicídio político, uma vez que é de se esperar que isto inspire sentimentos de revolta nessa massa de pessoas sem organização política específica. Atitudes como esta implicariam em, na prática, abrir mão de um potencial eleitoral decisivo para que estas forças políticas pudessem se manter à frente do Estado. Por fim, cabe destacar que este perfil de política é fundamental para que o projeto neoliberal – uma expressão do aprofundamento do capitalismo burocrático – possa ser levado adiante, uma vez que este projeto baseia-se em, dentre outros aspectos, retirada de direitos de trabalhadores. Ao passo que estes direitos são retirados, tem-se um processo de pauperização, o que em um caso extremo poderia levar à carestia. Quando ocorre a implementação de políticas neste sentido, torna-se necessário ao grande capital a elaboração deste tipo de política, visto que uma condição de pauperização extrema pode, por exemplo, ser um fator para eventuais levantes populares.

assim, é possível observar alguns aspectos que permitem um aprofundamento das discussões.

O primeiro deles é o fato de que há uma diferença terminológica na caracterização de uma das frações da burguesia brasileira, que o autor chama de burguesia interna, e a tese do capitalismo burocrático denomina por burguesia burocrática. Entretanto, a comparação com as discussões apresentadas por Souza (2010) e MARTIN MARTIN (s.d.), permite observar que, ainda que exista esta diferença terminológica, ambos os lados descrevem um mesmo fenômeno: a fração da grande burguesia brasileira que precisa se articular junto ao Estado para que possa não ser suprimida pelo imperialismo e pela burguesia compradora. Isto pode ser observado quando o autor discute o fenômeno que denomina como o *neodesenvolvimentismo* (BOITO JR., 2012a). Este fenômeno é fruto da ascensão política da fração que denomina por burguesia interna, e é caracterizado nos seguintes termos:

[...] De maneira tentativa e inicial, diríamos que é porque esse é um programa de política econômica e social que busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país. Para buscar o crescimento econômico, os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff lançaram mão de alguns elementos importantes de política econômica e social que estavam ausentes nas gestões de Fernando Henrique Cardoso. Sem a pretensão de sermos exaustivos, enumeraríamos a título inicial alguns elementos que têm sido destacados por parte da bibliografia: a) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo; b) forte elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico [e Social] (BNDES)<sup>14</sup> para financiamento das grandes empresas nacionais a uma taxa de juro favorecida ou subsidiada; c) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais (DALLA COSTA, 2012); d) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica; e e) incremento do investimento estatal em infraestrutura. Mais recentemente, o Governo Dilma iniciou mudanças na política de juro e cambial, reduzindo a taxa básica de juro e o *spread* bancário e intervindo no mercado de câmbio para desvalorizar o real, visando baratear o investimento produtivo e oferecer uma proteção – muito tímida, é verdade – ao mercado interno. Devido a esses elementos, e apesar de eles não romperem com o modelo econômico neoliberal herdado da década de 1990, optamos por utilizar a expressão desenvolvimentista para denominar esse programa (*id.*, *ibid.*, p. 5)

Os elementos apontados pelo autor permitem perceber que existe uma preocupação com a melhoria das condições de vida das classes populares, visto que elas são parte do *pacto neodesenvolvimentista*<sup>15</sup>, ainda que de forma subordinada. Entretanto, o aspecto fundamental

14 No texto, observa-se o fato de não ter sido possível observar a partícula “e Social”, presente na denominação do banco.

15 O termo *pacto neodesenvolvimentista* não é utilizado diretamente por Boito Jr., mas, dadas as características

destas medidas é a busca pela garantia do atendimento dos interesses desta fração burguesa, denominada pelo autor de burguesia interna e de burguesia burocrática no âmbito da tese do capitalismo burocrático. Assim, o que se observa é o fato de que esta se organiza em torno do Estado com vistas a buscar fazer valer os seus interesses, o que nos leva ao entendimento de que os termos *burguesia interna* e *burguesia burocrática* são, na prática, equivalentes.

O segundo refere-se à terminologia *burguesia agrária*, considerada por Boito Jr. como um dos segmentos da burguesia interna. Este segmento de classe é caracterizado pelo autor como sendo composto pelo agronegócio e pelas indústrias de beneficiamento de produtos agrícolas. A respeito do primeiro, interessa observar os apontamentos de Souza (2010, p. 72):

O latifúndio vem se expandindo devido aos processos de mecanização e *commodities*, chamados pelos capitalistas de *agronegócio*, mas que chamaremos neste trabalho de *latifúndio de novo tipo*, como forma de ressaltar seu verdadeiro caráter: ser um latifúndio. Agronegócio é nome dado à agricultura capitalista. No Brasil o termo é inadequado, pois o que há aqui com o nome de agronegócio não é uma empresa essencialmente capitalista, mas uma empresa semicapitalista onde vigoram as relações semifeudais e um forte vínculo com o imperialismo. Devido ao fato de ser mais produtivos e empregar novas tecnologias o chamamos de *novo tipo*, mas não podemos chamá-lo de agronegócio. Entendemos ser necessário aprofundar o estudo da agricultura no capitalismo burocrático para desenvolver um conceito apropriado a esse tipo de latifúndio.

Não temos, neste momento, condições de levantar uma discussão mais específica a respeito deste ponto, no sentido de apontar qual dos autores apresenta a perspectiva mais correta ou se os argumentos de ambos podem ser tomados como complementares. Os argumentos não parecem, a princípio, se excluir, mas é necessária a nós a realização de novos esforços de pesquisa no sentido de melhor compreender esta realidade.

O terceiro e último aspecto que cabe discutir é a terminologia *capitalismo burocrático*, que não é utilizada por Boito Jr. Este chega a utilizara terminologia *capitalismo burocrático soviético* para caracterizar a economia deste país (BOITO JR., 1996, p. 6). Observe-se o contexto em que o termo é utilizado:

A desintegração da União Soviética e do bloco dos países sob sua hegemonia, em 1991, eliminou a divisão que marcou a política internacional ao longo da maior parte do século XX. O imperialismo norte-americano ficou mais livre para intervir na periferia do sistema. Os Estados e os movimentos revolucionários e reformistas na Ásia, África e América Latina perderam a possibilidade de avançar jogando com a

---

do perfil de relação existente entre as classes populares, o PT e a fração da grande burguesia que está sendo examinada no momento, o termo nos parece apropriado para tratar desta realidade.



rivalidade entre as duas superpotências. A grande maioria dos analistas considera o impacto ideológico negativo que o fim da união soviética teve sobre os movimentos operário e popular em escala internacional. Esse impacto foi real, mas não deve ser sobreestimado. O prestígio do **capitalismo burocrático soviético** já se encontrava bastante abalado desde os anos 60 – basta lembrar a difusão da crítica chinesa ao Estado e à economia soviéticos, a resistência tchecoslovaca, polonesa e afegã à hegemonia soviética, o surgimento do eurocomunismo e a proliferação de partidos e organizações da esquerda independente em quase todos os países do Terceiro Mundo. O fundamental foi que, com a crise e o declínio do **capitalismo de Estado soviético**, a margem de manobra para os movimentos populares e Estados da periferia estreitou-se muito (BOITO JR., 1996, p. 6, grifos nossos).

Pelo trecho acima, parece ser possível dizer que o autor toma o termo *capitalismo burocrático* – ou *capitalismo de Estado* – para caracterizar a organização econômico-social que fora dada à sociedade soviética após a Revolução Russa. Aqui, se percebe que, de fato, as acepções do autor e as da tese do capitalismo burocrático são distintas entre si.

Optamos por apresentar neste trecho de nosso trabalho tanto os pontos de contato quanto os pontos de dissenso ou possível dissenso entre as concepções de Boito Jr. e da tese do capitalismo burocrático a respeito das relações de classe no Brasil dos últimos 25 anos, de modo e deixá-los claros ao leitor. Observa-se que, pelo menos em um ponto – a aplicação do termo *capitalismo burocrático* – há de fato divergências. Entretanto, nos aspectos fundamentais das discussões de ambos os baluartes apresentados, percebe-se fortes similaridades, o que, em nosso entendimento, faz com que a tese do capitalismo burocrático possa ser tomado como uma base para a compreensão das relações de classe neste país, ainda que mais estudos se façam necessários para uma melhor compreensão dos fenômenos que ora são discutidos.

## **2.4. Capitalismo burocrático, revolução e campesinato**

### **2.4.1. Aspectos gerais**

Feitos os apontamentos referentes à formação econômico-social que se desenvolve no Brasil com base na tese do capitalismo burocrático, torna-se pertinente o levantamento de uma questão: de que forma este quadro pode ser transformado?

Entende-se aqui que o caminho para as profundas transformações sociais que são necessárias a um país de capitalismo burocrático, dentre os quais se encontra o Brasil, reside no caminho da revolução democrática ininterrupta ao socialismo, que consiste num processo a ser dirigido pelo proletariado em conjunto com as demais classes que, num contexto como

esse, constituem classes com potencial revolucionário, sendo elas: o campesinato, a pequena burguesia e determinados estratos da média burguesia, que, diferentemente da grande burguesia e suas frações, pode ser efetivamente considerada como uma burguesia nacional (MARTIN MARTIN, 2007; SOUZA, 2010).

Neste contexto, é necessário considerar o fato de que com o surgimento do imperialismo e, por conseguinte, do capitalismo burocrático, encerra-se a etapa histórica das revoluções democrático-burguesas, uma vez que as grandes burguesias dos países em que se forma o capitalismo burocrático já não reúnem as condições materiais necessárias para fazer frente aos antagonistas deste eventual processo revolucionário, o que reduz estas burguesias à condição de burguesias burocráticas, quando se trata das burguesias de base industrial (MARTIN MARTIN, 2007; SOUZA, 2010). A partir deste momento, apresenta-se a necessidade histórica do surgimento de um novo perfil de processo revolucionário que possua condições de derrubar as estruturas associadas ao capitalismo burocrático e daí fazer surgir outro modelo de sociedade. Este processo é o que Mao Tsetung (*apud* SOUZA, 2010) denomina como a revolução democrática de novo tipo, ou revolução de nova democracia. O primeiro passo para a ocorrência deste processo é a Revolução Agrária.

Decorrente deste fato, o campesinato se torna uma classe fundamental neste processo. Neste sentido, temos que nos dias atuais a Revolução Agrária vem sendo realizada por camponeses ao longo de uma considerável parte do país, trabalhando em conjunto com a Liga dos Camponeses Pobres (LCP), tomando por base de sua ação o lema “terra para quem nela vive e trabalha”.

A LCP constitui a síntese mais atual do processo de luta de classes no campo brasileiro que se dá desde fins do século XIX e avança rumo ao XXI. É, objetivamente, herdeira do fato de que o Brasil não resolveu o problema da terra – sendo este um dos elementos que o constituem enquanto um país semifeudal –, o que faz com que o campesinato vá, ao longo do tempo, construindo organizações que lhe permitam fazer frente às estruturas engendradas pelo latifúndio e pelo capital no sentido da manutenção do monopólio de classe da propriedade da terra, que ainda perdura neste país.

#### **2.4.2. A luta de classes no campo brasileiro entre os fins do século XIX e o século XXI**

A partir das discussões de Martins (1995, p. 50-81) e Moraes (2002), é possível

distinguir um conjunto de etapas neste processo histórico de organização do campesinato brasileiro, etapas essas que indicam que esta transformação se opera nos sistemas de representações que são tomados pelo campesinato enquanto elemento de justificação sociopolítica de sua luta, de modo que inicialmente estas representações focam-se no plano sociocosmológico religioso para gradativamente serem levadas, em suas manifestações concretas, para um plano ideológico de base essencialmente material, trazendo, inclusive, parcelas deste campesinato à colocação do problema em termos da necessidade de transformação radical das estruturas fundamentais da sociedade brasileira, o que tem como um de seus pontos de expressão a atuação da LCP, que apresentamos como a etapa atual deste processo histórico.

Estas etapas, de forma sucinta, podem ser apresentadas da seguinte forma:

- O messianismo;
- O cangaço;
- A formação das Ligas Camponesas;
- A desarticulação das Ligas Camponesas;
- A expansão da questão agrária para a região amazônica.
- A retomada da luta pela terra e a conformação da Liga dos Camponeses Pobres.

O messianismo vai constituir a situação em que o elemento sociocosmológico religioso vai estar mais fortemente presente, constituindo, assim, o elemento ideológico que de fato definirá a atuação dos camponeses que se encontram em luta pela terra. Dentre as principais manifestações deste fenômeno, podem ser tomados os casos da Guerra de Canudos, ocorrido no sertão da Bahia; da Guerra do Contestado, ocorrida na região fronteira entre Paraná e Santa Catarina (MARTINS, 1995); e as comunidades de Caldeirão, localizada na Serra do Araripe, Ceará, e Pau de Colher, no médio São Francisco, Bahia (MORAIS, 2002).

Estas lutas, muito embora apresentassem, em seu plano ideológico, uma fundamentação de caráter fundamentalmente religioso, apresentam, em sua essência, uma questão que remete ao problema da terra. Camponeses aos quais o acesso à terra é sistematicamente negado, com pouca experiência de luta e ainda débil enquanto classe, encontraram fundamentos ideológicos no “reino dos céus”, mas, acumulando contradições em

si, deixam este reino e passam a alçar suas esperanças no “reino dos homens”. A partir desta perspectiva, passam a organizar comunidades nas quais os princípios da cosmologia cristã são rigidamente observados. Dentre as características da organização destas comunidades, pode-se citar a forma de propriedade da terra ali existente, que, diferentemente dos entornos, não pertencia a um sujeito específico. Era uma propriedade coletiva (MARTINS, 1995).

Estas comunidades terminam por gerar a ira do latifúndio nas áreas em que se formam, uma vez que, por um lado, constituem um questionamento prático direto ao domínio daquela classe, pois ensejam em si – muito embora de um forma essencialmente reativa e inconsciente, do ponto de vista de uma efetiva consciência de classe – uma outra forma de organização da propriedade da terra e de sociedade. Desta forma, os latifundiários, contando com o aparelho repressivo do Estado, esmagam esses movimentos, sem antes ter de se defrontar com a intensa luta e resistência dos camponeses.

Na segunda etapa deste processo, ocorre o fenômeno do cangaço, um fenômeno específico da região Nordeste do país, resultante das condições de miséria em que viviam (e ainda vivem) os camponeses. A atuação dos cangaceiros baseava-se essencialmente na realização de atos de expropriação em cidades da região. É importante destacar o caráter de classe que permeia o cangaço, uma vez que ele foi formado por sujeitos que sentiram, de forma direta, desde a sua juventude, a violência de classe perpetrada pelo latifúndio, seja por meio dos agentes do Estado, seja por meio de seus agentes diretos, a jagunçaria (MARTINS, 1995).

O messianismo e o cangaço são dois fenômenos que, embora permeados de um caráter de classe, ainda não apresentam a feição de uma ação consciente. Ambos contêm em si um estado de duas características que, pode-se dizer, permeiam uma organização de classe quando são conjugadas: (I) a ação fundada em premissas do mundo material; e (II) a organização de consideráveis aglomerações de pessoas. Cada um destes fenômenos vai apresentar apenas um destes elementos, sendo que seria necessária a conjunção dos dois para que fosse possível a existência de uma organização de classe.

O messianismo, quando tomou feições de aberta luta de classes, apresentou uma formidável organização das massas que atuaram sob sua inspiração. Entretanto, tiveram sua ação fundada nas premissas do mundo imaterial, na inspiração divina (MARTINS, 1995, p. 50-8). Organizavam-se essencialmente para aguardar o fim dos tempos, o momento em que Deus desceria sobre a terra para salvar as almas dos justos e punir os injustos. Esta concepção

de caráter essencialmente religioso, conjugada com a falta de compreensão da origem e das formas da opressão contribuíram para que estas lutas não avançassem.

O cangaço, por sua vez, constitui um fenômeno fundado, basicamente, nas premissas do mundo material, muito embora os próprios cangaceiros tivessem em forte consideração, no âmbito da sua conduta, os valores derivados da sua religiosidade. Entretanto, vai se caracterizar pela ação de grupos relativamente pequenos, não apresentando aspectos de ação de massas, o que o descaracteriza enquanto uma ação que se possa dizer efetivamente de classe (MARTINS, 1995, p. 58-62).

O primeiro momento da história do campesinato brasileiro e de suas lutas em que vão ser conjugados estes dois elementos será na organização das Ligas Camponesas, nas décadas de 1950 e 1960. Elas se conformaram, em sua manifestação concreta, uma clara luta de classes, na medida em que os camponeses por elas organizados levantaram a consigna da *Reforma Agrária na Lei ou na Marra*. Estes movimentos levaram adiante uma radicalizada luta pela terra, sob a direção do Partido Comunista do Brasil. Com a ascensão da ditadura civil-militar em virtude do golpe de Estado de 1964, as Ligas Camponesas são esmagadas pelo regime implantado a partir de então, o que fecha mais este capítulo da luta dos camponeses pela terra no Brasil (MARTINS, 1995, p. 62-80).

#### **2.4.3. O problema da terra na fronteira agrícola e o surgimento da Liga dos Camponeses Pobres**

Um novo capítulo desta história será aberto com o Programa de Integração Nacional (PIN), da ditadura civil-militar, lançado durante a gerência de Emílio Garrastazu Médici (IANNI, 1979). No discurso do Estado, o Programa possuía essencialmente duas justificativas: (I) uma motivação de ordem geopolítica que colocava a necessidade de se integrar a região amazônica ao conjunto da sociedade brasileira, sob o risco de a região vir a ser invadida por forças estrangeiras; e (II) uma comoção pessoal da figura de Médici em relação ao que denominava como os *famélicos do Nordeste* (IANNI, 1979, p. 33-44). Na realidade, o objetivo não era bem esse. Pelo contrário, consistia essencialmente em dois objetivos: (I) expandir o capitalismo em direção à Amazônia, em favor do capital monopolista tanto nacional quanto estrangeiro; e (II) esvaziar as contradições sociais existentes no Nordeste sem, entretanto, colocar em risco a propriedade da terra do latifúndio da região, que

é um importante componente da unidade política que sustentava a ditadura no momento em que esta se encontrava em seu auge (IANNI, 1979; 1986; MENDONÇA, 1985; OLIVEIRA, 1991a; 1991b; 1997).

A expansão do capitalismo rumo a esta região, capitaneada pela ditadura em favor do grande capital monopolista, tanto nacional quanto estrangeiro, vem a trazer também em seu bojo a expansão da questão agrária em direção à mesma. Neste sentido, o que se tem, ao longo do tempo, é a formação de extensos latifúndios nas regiões da assim denominada *fronteira agrícola*, área essa que abrange principalmente territórios pertencentes aos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Pará, em detrimento dos pequenos camponeses que foram alocados, no âmbito do PIN, em projetos de assentamento principalmente em Rondônia e no Pará (GIRARDI, 2008; IANNI, 1979; 1986; MARTINS, 1991; OLIVEIRA, 1991; 1997). Além disto, pode-se citar os territórios indígenas que são sistematicamente subtraídos por meio da utilização de serviços de pistolagem e jagunçaria ou da utilização das tropas do próprio Estado, além da sistemática utilização do mecanismo da grilagem de terras (MARTINS, 1988, p. 13-32).

Ao mesmo tempo em que latifúndio avança sobre as terras de camponeses e povos indígenas, estes também, em determinadas situações, não deixavam de resistir e lutar pela posse e uso da terra, o que termina por culminar num alto grau de violência no campo nos anos de 1980 (MARTINS, 2009, pp. 38-44). É importante também destacar o fato de que “em muitos casos os camponeses só conseguiam regularizar uma área junto ao INCRA quando ocupavam e passavam a confrontar-se com fazendeiros e pistoleiros contratados” (*ibid.*, p. 42). Neste sentido, é interessante destacar a experiência, ocorrida na região da gleba São Domingos, no Mato Grosso, em que os camponeses ocupavam áreas preparados para o confronto.

Nas *posses* diziam aos crentes: *vocês não podem fazer isso! – nós somos crentes, mas nossas espingardas não* – assim comentavam. Na *ocupação*, primeiro entraram armados, porque assim que se articularam em 79, dizem que o fazendeiro apareceu. Trouxe jagunços e jogou dentro da área. Foram obrigados a entrar armados, pois não podiam entrar com a cara limpa e confrontar-se com camaradas de carabina, fuzil e tudo o mais na mão (PUHL, 2003. p. 56, *apud* MARTINS, 2009, P. 42).

A Liga dos Camponeses Pobres (LCP) surge exatamente neste contexto de luta pela terra na região amazônica. Em específico, tem seu ponto de origem no episódio que ficou

historicamente conhecido como o *Massacre de Corumbiara*. Não surge de imediato, vindo a ser fundada apenas em abril do ano de 2000 (MARTINS, 2009, p. 109), mas sim dentro de um contexto de luta política que se opera no interior do Movimento Camponês Corumbiara (MCC), este sim, surgido pouco tempo após o conflito de agosto de 1995. Souza (2006) e Martins (2009) firmam que a LCP constitui a síntese da depuração do movimento camponês resultado da Batalha de Santa Elina<sup>16</sup> (MARTINS, 2009). De acordo com estes autores, ambos os movimentos surgem com o apoio da Liga Operária, uma organização que agrega trabalhadores principalmente nos Estados de Minas Gerais e São Paulo.

A atuação da LCP pode ser considerada, ao mesmo tempo, enquanto um modelo de ruptura e um modelo de continuidade. A ruptura se opera em relação principalmente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na medida em que não defendem a reforma agrária propagada por este movimento, mas a Revolução Agrária. O MST desenvolve uma luta pela reforma agrária nos marcos do Estado, submetendo os camponeses a longos anos debaixo de barracas às margens de estradas aguardando as ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A LCP propõe e desenvolve a Revolução Agrária como a primeira etapa da revolução de nova democracia ininterrupta ao socialismo, que se opera como um processo de tomada de terra, da realização do que denomina como o *corte popular*, realizado pelos próprios camponeses e da construção de mecanismos que permitam o exercício do poder popular nas áreas tomadas. Enquanto continuidade, tal se dá em virtude do fato de que este movimento social termina tendo como base objetiva de atuação uma tendência histórica já existente em meio ao campesinato e que se desenvolve de forma intensa no espaço da fronteira agrícola, mais especificamente na região amazônica: a posse. Assim, a LCP, em sua atuação, termina criando as condições necessárias para que esta prática camponesa ganhe organicidade, o que, em nosso entendimento, vai resultar na formação da categoria do *corte popular*, que consiste numa forma de atuação em que as famílias camponesas não aguardam a ação do INCRA e tratam de tomar as terras do latifúndio e passam a iniciar o processo de produção (MARTINS, 2009, p. 110). É possível observar esta forma de atuação levada a efeito em áreas próximas ao local em que ocorrera o conflito de agosto de 1995, e que atualmente se encontram na condição de assentamento – Vitória da União, Verde Seringal e Adriana. Nestas lutas, os camponeses operaram exatamente por esta

---

16 Não se entrará aqui em detalhes a respeito desta luta política, que não é exatamente o objeto deste trabalho. Para mais informações, cf. Souza (2006) e Martins (2009)

forma: tomaram a terra, resistiram, dentro de suas condições, à ação de pistoleiros e a ações de despejo da Polícia Militar e, ao fim, após uma difícil luta, conseguiram a terra. Isto pode também ser observado na luta de camponeses em Jacinópolis (SOUZA, 2006), luta essa iniciada em meados da década de 2000, bem como no caso da fazenda Santa Júlia, na região de Candeias do Jamary (CEMIN, 1992). A organicidade que o corte popular dá à prática da posse surge, em nosso entendimento, em virtude do fato de que esta prática passa a ser lançada aos camponeses por um movimento social específico, que lança a eles o entendimento de que este é por excelência o caminho que os conduzirá à conquista da terra. Neste sentido, temos que a LCP, em sua atuação, toma para si esta realidade histórica do campesinato amazônico, a agrega em suas *praxis* e a toma enquanto diretiva de atuação.

Da mesma forma que apresenta aos camponeses a perspectiva de transformação não apenas de suas condições de vida, mas também uma perspectiva de transformação social mais ampla, tendo a Revolução Agrária como um dos elementos deste processo, a LCP também atrai o ódio do latifúndio, que vê as condições da sua dominação de classe ameaçadas pela atuação deste movimento social. Neste sentido, o que se observa da parte dos grandes proprietários e grileiros de terras que encontram-se em conflito com a LCP é uma sistemática tentativa de destruí-la, seja física, seja ideologicamente. Assim, o que se tem é a ocorrência de assassinatos, tentativas de assassinatos, torturas e agressões físicas contra militantes deste movimento, o que muitas vezes ocorre, de acordo com documentos publicados pela Liga dos Camponeses Pobres, em ações em que os aparelhos de repressão do Estado e pistoleiros a serviço destes latifundiários encontram-se coligados. Um outro elemento deste processo é o fato de que vez ou outra observa-se em meio a determinados elementos dos meios de comunicação de massa tentativas de criminalização da LCP, acusando-se este movimento social de desenvolver práticas de guerrilha, sendo que um fato emblemático deste fenômeno foi um conjunto de matérias veiculadas na revista de circulação nacional IstoÉ ao ano de 2008 que acusava abertamente a Liga dos Camponeses Pobres de ser uma organização guerrilheira (ISTOÉ, 2008; RODRIGUES, 2008a; 2008b).

Mesmo diante deste caminho espinhoso em que se encontra, ainda assim este movimento social continua seguindo em frente em sua luta, buscando apresentar aos camponeses uma linha de atuação revolucionária, no sentido da realização de uma profunda transformação das estruturas da sociedade brasileira no campo, a partir do campo e em conjunto com a cidade.



## **CAPÍTULO 3 – NO CAMINHO RUMO À TERRA PROMETIDA: CANAÃ E A LUTA DOS CAMPONESES PELA TERRA**

### **3.1. Introdução**

Este capítulo tem o objetivo de realizar a apresentação e a análise dos dados obtidos no contexto da etapa de pesquisa de campo realizada na Área Revolucionária Canaã. Sua discussão será estruturada de modo a contemplar os seguintes aspectos referentes ao fenômeno em estudo: (I) as questões postas no contexto da realização da pesquisa de campo e a metodologia utilizada para a coleta e análise dos dados obtidos em campo; (II) o relato da pesquisa e a descrição da realidade observada; e (III) a análise dos dados obtidos em campo, ao fim da qual partir-se-á às considerações finais do capítulo.

### **3.2. O campo e a coleta dos dados**

Nesta pesquisa, foi utilizada a técnica que é denominada por Soriano (2004, p. 153-6) como entrevista estruturada ou dirigida. Por meio dela, foram entrevistados um total de dezenove camponeses, em um universo composto por 126 famílias (LCP, 2012b). A realização desta etapa da pesquisa foi feita com o auxílio de um dos dirigentes da LCP. A presença deste dirigente foi um fator necessário para a realização da pesquisa de campo, visto que a Área é grande, de difícil acesso e o pesquisador não conhecia o local de residência dos entrevistados, ao que se junta o fato de que era também necessária, no âmbito das entrevistas, a apresentação do pesquisador por uma liderança, a fim de permitir o estabelecimento de uma relação de confiança.

Os camponeses entrevistados podem ser compreendidos, a partir dos apontamentos de Soriano (*op. cit.*) por meio da categoria das fontes-chave.

Esta técnica [a entrevista estruturada] é aplicada a fontes-chave de informação, assim denominadas por possuírem experiências e conhecimentos relevantes sobre o tema em estudo ou por estarem, na sua comunidade ou no seu grupo social, em posição (econômica, social ou cultural) de fornecer dados que outras pessoas desconhecem total ou parcialmente.

As fontes-chave podem ser representantes formais ou informais de grupos sociais, de modo que suas opiniões ou recomendações reflitam o modo de sentir da comunidade em que vivem. Também podem ser escolhidas pessoas de fora da comunidade que por sua atividade ou situação social estejam em estreito contato

com ela (SORIANO, 2004, p. 153-4).

Em vistas das circunstâncias específicas em que esta pesquisa se desenvolveu, é possível perceber a existência de duas ordens de fontes-chave: a primeira materializa-se no dirigente da LCP que nos acompanhou, indicando as pessoas que poderiam fornecer informações importantes a respeito da área e da luta que se opera em seu interior. A segunda ordem de fontes-chave consistiu nos próprios camponeses entrevistados, uma vez que por meio deles foi possível conseguir os dados necessários ao trabalho.

Na realização das entrevistas, buscou-se aproximar ao máximo possível o diálogo de uma conversa informal, sendo que, neste contexto, tratou-se do estabelecimento de uma conversa preliminar, visando deixar cada entrevistado o mais à vontade possível. Neste contexto, é importante destacar o fato de que os camponeses, em vista das condições histórico-sociais em que se encontram, tendem a ser reservados diante da presença de sujeitos externos ao seu campo de relações sociais, sendo que, assim, a presença do militante da LCP em conjunto com o pesquisador constituiu um aspecto fundamental para que se tornasse possível a construção de uma relação de confiança entre este e os camponeses que se dispuseram a conceder as respectivas entrevistas, confiança essa que é um componente necessário para que as entrevistas pudessem ocorrer. A isto se junta o fato de que as entrevistas foram realizadas com a utilização de um gravador, o que acentua a necessidade da formação de uma relação de confiança com os sujeitos da pesquisa.

Para fazer a entrevista estruturada é preciso contar com um guia de entrevista que pode conter perguntas abertas ou temas a tratar, os quais são determinados com base nos indicadores que se deseje sondar. A informação é colhida em cadernetas de campo ou usando gravadores. Esta última opção permite captar tudo o que a fonte diz, mas tem o inconveniente de gerar desconfiança porque os entrevistados receiam ficar comprometidos por seus depoimentos gravados (SORIANO, 2004, p. 154).

Considerando estes apontamentos do autor e as condições em que se realizou a pesquisa de campo – sendo necessário observar o fato de que o pesquisador era conhecido por poucos dos camponeses que foram entrevistados – pode-se observar a importância da presença do militante da LCP no sentido de se permitir a construção de uma relação na qual os camponeses pudessem se sentir confortáveis para conceder as entrevistas que lhes foram propostas.

As entrevistas foram realizadas tendo por base um roteiro elaborado de modo a

permitir auferir as formas pelas quais os camponeses vieram a Rondônia; as razões para que se dirigissem a este ex-Território Federal que foi posteriormente convertido a Estado; a sua trajetória neste local; a sua perspectiva em relação à atuação do Estado no que tange à luta pela terra; e, por fim, questões referentes à luta pela terra na qual cada um dos camponeses encontra-se envolvido, de um modo geral, e a sua vida na Área Revolucionária Canaã, de um modo mais específico. O Apêndice A apresenta o roteiro básico de entrevista utilizado.

Na realização da pesquisa apresentou-se um outro aspecto, referindo-se este à aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez estamos tratando com seres humanos, o que foi feito de acordo com o protocolo de nº 07087012.4.0000.5300. Neste contexto, tornou-se necessário ao pesquisador a solicitação formal de autorização por parte de cada entrevistado para a realização da entrevista, por meio da utilização e assinatura, por parte de pesquisador e entrevistado, de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O Termo utilizado no decorrer desta pesquisa vai apresentado no Apêndice B.

A pesquisa de campo foi realizada entre os dias 09 e 10 de março de 2013. Inicialmente, planejava-se a realização desta etapa da pesquisa por meio do método etnográfico, pois o pesquisador partia da hipótese de que o Canaã constituía-se em uma área com feições de acampamento, com os camponeses concentrados em uma porção relativamente restrita de terra. Entretanto, uma ida realizada em junho de 2012 por ocasião de um curso de formação política junto aos camponeses permitiu verificar que a aplicação deste método para a compreensão do fenômeno focalizado neste trabalho não seria viável, pois os camponeses da Área viviam numa organização socioespacial com feições de um assentamento. A aplicação deste método implicaria a provável situação de que o pesquisador teria de se manter focalizado sobre uma família, o que não corresponderia aos objetivos da pesquisa. Caso fosse se deslocar junto com algum membro desta família ao conjunto da Área, terminaria, por um lado, gerando perturbações na rotina desta e, ainda assim, não poderia vislumbrar a possibilidade de compreender da forma adequada o conjunto da vida da Área. Assim, foi realizada a opção pela realização de entrevistas com famílias residentes no Canaã, sendo que inicialmente levantou-se o número provável de 20 delas. Tal planejamento tomou por base o pressuposto de que as famílias, quando da realização das entrevistas, estariam cada uma em suas respectivas residências. Tendo sido elaborado, o planejamento foi submetido à orientação e posteriormente ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNIR, tendo sido aprovado

por ambos.

Após as respectivas aprovações, tratou-se do planejamento da efetiva realização da pesquisa de campo. Este planejamento partiu dos seguintes pressupostos: (I) os trabalhos teriam início às oito horas da manhã; (II) cada entrevista duraria aproximadamente uma hora e meia; (III) seriam necessários 30 minutos para o deslocamento de uma casa a outra; (IV) seria realizada pausa para almoço entre as 12h00min e as 13h00min; (V) os trabalhos, em cada dia, seriam encerrados às 17h00min. Nestas condições, seriam realizadas um total de quatro entrevistas por dia, e, portanto, a realização do conjunto das entrevistas seriam realizadas em um total de cinco dias, o que equivale ao intervalo entre os dias 09 e 13 de março de 2013.

Este planejamento foi construído tendo por base a importância atribuída pelo pesquisador à alocação adequada de tempo de modo que as atividades possam ser realizadas de modo ordenado. Entretanto, quando da execução do plano, as condições apresentadas permitiram que um conjunto maior de entrevistas fosse realizado a cada dia, sem prejuízo para a realização de cada uma delas. Tal se deu em virtude dos seguintes fatores: (I) o pesquisador e o militante da LCP que lhe acompanhava saíram da cidade em direção ao Canaã às cinco horas da manhã em cada dia de trabalho, três horas antes do inicialmente planejado; (II) a duração das entrevistas variou entre períodos que vão de 11min09seg a 42min41seg, períodos menores do que aquele inicialmente planejado; e (III) os trabalhos, para cada dia, encerraram-se para além do período inicialmente planejado, sendo que no primeiro dia o encerramento se deu nos entornos das 21h30min. No segundo dia, os trabalhos encerraram-se nas proximidades das 19h30min. Tais condições permitiram que, no primeiro dia, fossem realizadas dez entrevistas, e no segundo dia, nove. Ao fim do segundo dia, realizou-se uma avaliação em conjunto com o militante da LCP que nos acompanhava e chegamos à conclusão de que a quantidade de entrevistas até então realizadas bastaria, em vista dos seguintes fatores: (I) haviam sido realizadas 95% das entrevistas inicialmente planejadas; (II) a realização de mais um dia de entrevistas, no ritmo que já vinha sendo impresso aos trabalhos, provavelmente geraria um número de aproximadamente 28 entrevistas, um número bem maior do que o inicialmente planejado; e (III) o trabalho de campo foi realizado em meio ao período das chuvas amazônico, e no segundo dia de trabalho nos deparamos com atoleiros que geraram dificuldades à nossa locomoção. A realização de mais um dia de operações poderia nos trazer circunstâncias semelhantes ou mais adversas, um risco que consideramos desnecessário correr, tendo em vista os dois fatores supramencionados.

### **3.3. O perfil dos camponeses residentes em Canaã**

Realizadas as entrevistas e obtidas as correspondentes informações, realizou-se, com base no roteiro de entrevistas utilizado, uma ordenação que resultou em quatorze eixos de compreensão, sendo eles os seguintes:

1. A origem dos camponeses;
2. O ano da vinda para Rondônia;
3. As razões da vinda para Rondônia
4. O primeiro encontro com Rondônia e a impressão retida;
5. A história de vida em Rondônia;
6. A relação com a terra e sua propriedade;
7. As significações construídas em relação à possibilidade de se ter o próprio lote de terra;
8. A relação com o Estado e a atuação deste no que tange à questão agrária;
9. As significações construídas a respeito da luta pela terra;
10. O contato com a proposta da Revolução Agrária;
11. As significações construídas a respeito da proposta da Revolução Agrária;
12. A vida em Canaã;
13. A luta pelo Canaã e sua organização; e
14. O antes e o depois da chegada ao Canaã;

O volume de informações prestadas por cada camponês variou para cada um dos que foram entrevistados. Buscamos sempre deixar cada sujeito da pesquisa o mais à vontade possível, para assim permitir que a entrevista corresse de modo fluido, tratando sempre de entabular, junto ao camponês, uma conversa inicial. Após esta apresentação, íamos conversando de modo informal com o camponês, até que em certo momento, por um protocolo social implícito que todos terminavam estabelecendo, em cada conversa, por meio do qual estabelecia-se o momento em que seria concluída a conversa informal e iniciada a entrevista. Neste momento tratava-se de resgatar o material necessário à entrevista e informar o entrevistado das condições em que esta seria efetuada. Lia-se integralmente o TCLE e este era submetido ao camponês a ser entrevistado. Colhíamos a assinatura, no caso daqueles que

já possuíam condições de assinar o nome, e fizemos uma leitura gravada do TCLE, com consequente solicitação de aceite, para os casos daqueles que, por alguma razão, não possuíam condições de assinar o nome.

A exposição dos resultados da pesquisa de campo será feita a partir de tópicos que são produto da realização de um processo de refinamento na categorização apresentada mais acima, realizado a partir da agregação de determinados eixos de compreensão que constituíam considerável vínculo entre si em tópicos únicos, de modo a tornar o processo de exposição mais eficiente. Deste procedimento, resultaram 6 tópicos:

1. As origens e as razões da vinda para Rondônia;
2. O encontro com Rondônia e as trajetórias de vida;
3. A propriedade da terra, a relação dos camponeses com ela e as significações construídas a seu respeito;
4. A relação com o Estado, a luta pela terra e a proposta da Revolução Agrária;
5. A vida e a luta pela terra no Canaã;
6. As transformações provindas da aplicação da proposta da Revolução Agrária,

### **3.3.1. As origens e as razões da vinda dos camponeses para Rondônia**

No que tange às origens, boa parte dos entrevistados relatou serem oriundos de outro Estado, sendo que apenas dois relataram ter nascido em Rondônia. Mesmo nestes casos foi possível observar que, a despeito de terem nascido em Rondônia, estes dois camponeses constituem frutos da migração para esta região, uma vez que este processo não foi realizado diretamente por eles, mas sim por seus pais.

Os entrevistados – ou seus pais, no caso daqueles nascidos em Rondônia – vieram para cá entre os anos de 1970 e 1998, sendo que, deles, 17 vieram entre as décadas de 1970 e 1980, acompanhando o movimento migratório oriundo da política de ocupação territorial da ditadura militar e os outros dois na década de 1990.

As razões da vinda para Rondônia repousam, sobretudo, em duas premissas básicas: a aquisição de uma porção de terra para viver e trabalhar e a melhoria das suas condições de vida. Uma parte dos entrevistados apresentou uma ou outra destas razões como a sua motivação para migrar para Rondônia, e outra apresentou as duas como um conjunto.

Outras razões levantadas foram as seguintes: (I) a região da qual o camponês veio era muito seca ou possuía um baixo grau de produtividade da terra e, ao saber que em Rondônia o grau de produtividade era maior do que na sua região de origem, animou-se em vir para cá; (II) o camponês morou por algum tempo na cidade e, em virtude de não conseguir emprego neste novo espaço em que se encontrava, resolveu voltar ao campo, local em que morava junto com a família antes de se deslocar para a cidade; (III) o camponês trabalhava de empregado e buscou vir para Rondônia no sentido de melhorar as suas condições de vida; (IV) o camponês não possuía terra em seu local de origem, devido ao fato de esta ser muito cara neste local, e resolveu vir para Rondônia, onde a terra era mais barata e, assim, o camponês poderia ter acesso a ela ou comprar um lote de terra maior do que o lote no qual morava em sua região de origem; (V) o camponês tinha uma pequena propriedade em seu local de origem, mas era obrigado, pelas circunstâncias, a trabalhar em terras alheias, em regime de meia; (VI) o camponês não possuía mais condições de viver na região de origem, em virtude do alto nível de exploração de sua força de trabalho, expresso na baixa remuneração que recebia pelos serviços que prestava. Ao ver uma oportunidade, expressa no fato de um caminhão ter se dirigido à região próxima à residência do camponês para levar camponeses para trabalhar em Rondônia, este resolveu juntar-se aos que para cá vinham.

Em seu conjunto, estas razões permitem o delineamento do perfil aproximado destes camponeses que migraram para Rondônia e hoje encontram-se no Canaã. Neste contexto, é possível perceber que, ao menos em certa medida, estes camponeses constituem uma categoria de transição entre a condição de pequeno proprietário de terra e/ou capital e o proletariado. Uma parte encontrava-se plenamente na condição de proletários, na medida em que, para garantir a sua subsistência, precisavam vender a sua força de trabalho a um capitalista ou a um proprietário de terras dos arredores de sua moradia; outros, mesmo sendo proprietários de uma pequena porção de terra, se viam obrigados, em virtude das condições nas quais se encontravam, a trabalhar para outras pessoas; e, em uma última categoria, percebe-se camponeses que já possuíam alguma terra em seus locais de origem, mas viram em Rondônia a oportunidade para melhorar as suas condições de vida.

### **3.3.2 O encontro com Rondônia e as trajetórias de vida**

Para uma parte dos entrevistados, o encontro com Rondônia foi marcado por

consideráveis dificuldades, referentes ao desbravamento da região e eventuais doenças que se abatiam sobre os camponeses que vinham para esta região. Neste sentido, é interessante destacar o seguinte trecho da fala de um dos entrevistados:

*Uma das partes que atacou muito foi a malária. O tratamento era muito fraco. Morreu muita gente. A malária pegava e ligeirinho virava hepatite e já derrubava o cara. Muitos companheiros, da época em que vim para cá, todos nós adoecemos de malária. E nem o velho, meio caprichoso, meio orgulhoso com as coisas, conseguiu. [...] Teve companheiro que perdeu a família quase tudo. Teve deles que voltou para trás porque não aguentava. A região de Ariquemes ali... é onde morreu mais gente, de malária. A malária matava muito. Não tinha tratamento certo, aqueles remédio velho que... era só pra empanear. [...] Mas foi com muita dificuldade. No começo aqui o negócio foi difícil... a pé... daqui de Jaru pra Porto Velho era quatro ou cinco dias de caminhão pra chegar em Porto Velho. Barro, atoleiro nas estradas. Isso aí é... da minha época, conheço... hoje, isso aqui pra nós [...] é na maionese (GRABOIS<sup>17</sup>).*

A fala deste camponês permite a compreensão das condições que os camponeses que se deslocaram para Rondônia no período da colonização enfrentaram para poder desbravar esta região, que, naquele período, constituía um vasto rincão a ser explorado. O governo militar lançou para Rondônia milhares de camponeses, geralmente atraídos pela massiva propaganda feita à época tanto pelo Estado quanto por determinados setores da imprensa corporativa (MARTINS, 2012), bem como empresas de colonização (PUHL, 2003). Estes camponeses se encontravam nos planos do governo militar como um reservatório de força de trabalho para o latifúndio e o grande capital, que começam a também se alojar na região (IANNI, 1979; 1986).

As maiores dificuldades foram enfrentadas por aqueles que primeiro vieram para a região e, conforme o tempo foi passando, as condições foram gradativamente ficando relativamente mais confortáveis, uma vez que, conforme avançava o processo de colonização, ia o ambiente natural sendo humanizado, sendo transformado, de modo que os camponeses

---

17 É importante destacar que todas as referências a nomes dos entrevistados são pseudônimos. Tomamos este procedimento com vistas a proteger os entrevistados, em virtude da condição delicada na qual os mesmos se encontram devido ao fato de estarem em região de conflito agrário. Todos os pseudônimos serão utilizados tendo em consideração aos nomes de autores consagrados no ramo da questão agrária e/ou consagrados, sobretudo, pelo fato de, em seus escritos e/ou em sua atuação política, terem se alinhado às causas do povo. Buscou-se, por meio deste método, e principalmente por meio dos nomes a serem utilizados, prestar uma breve homenagem a estes homens e mulheres que verteram seu sangue e sua vida pela construção de uma nova Sociedade e aos quais agora mais uma vez buscaremos recorrer com vistas a proteger os camponeses que se dispuseram a contribuir com a construção deste trabalho. No contexto deste depoimento, a homenagem se faz em relação a Maurício Graboís, um dos maiores revolucionários de nosso país, tendo participado da Guerrilha do Araguaia, na qual fora assassinado em 25 de dezembro de 1973.



que chegaram em tempos mais recentes não relataram o mesmo nível de dificuldade daqueles que primeiro haviam chegado, o que fica patente no depoimento de Grabois, transcrito mais acima.

Os entrevistados chegados em períodos mais recentes relataram que o principal aspecto que se colocou diante deles foi o fato de que era necessário um grande volume de trabalho para que a produção pudesse ser levada adiante. Entretanto, mesmo que fosse necessário depositar toda esta carga de trabalho sobre a terra, o esforço era recompensado, uma vez que os mesmos encontraram, em Rondônia, uma terra muito fértil, dotada de um alto grau de produtividade<sup>18</sup> em relação às suas respectivas regiões de origem. Observe-se o seguinte depoimento:

*[...] O meu pai [...] tinha um compadre. [...] Esse compadre veio para Rondônia em 79. Ele veio a passei, e aí... aí quando ele chegou aí, ele viu... que lá na Bahia não produzia o que produzia aqui. Porque lá na Bahia, pra poder vocês plantar, vamo supor assim, um arroz, tem que ser no brejo, lá nós fala brejo. Brejo é um lugar que dá muito... dá tipo uma lama, aí depois quando tá na seca, aí vai, planta o arroz e ainda colhe de cachinho ainda... e num tempo ele disse: “eu vou dar um passeio no mundo, vou... andar, pra ver se existe algum lugar onde a gente pode plantar e colher”, e de repente ele veio pra Rondônia, porque já tinha um conhecido dele aqui. Aí no que ele chegou aqui, foi na época da colheita do arroz. Quando ele viu aquela, aquela... aquele tanto de arroz plantado... e... e o pessoal colhendo de cutelo, ele disse: “meu Deus... quantas pessoas lá fora passa fome, né... passa fome, necessidade, enquanto esse povo vive com essa abundância de coisa. Eu vou comprar um sítio aqui”. Aí na época não era igual hoje. Hoje nós luta pra poder adquirir um pedaço de terra, assim, vamo supor... acampando... na época, tinha aquele negócio de fazer, vamo supor assim... a inscrição pelo Incra. Aí fazia e de repente a pessoa conseguia né... conseguia... tirar pela pedra, aí saía, e eles entregavam o lote, aí foi onde ele conseguiu fazer a inscrição. No que ele fez a inscrição, era época já de entrega do lote, aí ele pegou uma marcação [...]. Aí no que ele pegou essa marcação, voltou pra Bahia rapidinho que tinha que voltar pra poder ficar em cima da terra, aí foi no que ele falou pro meu pai, ele disse: “olhe, se o senhor compadre vê as mandioca que produz lá”. Ele não falou do arroz, falou da mandioca, porque lá na Bahia dá aquelas mandioquinha véa curtinha, assim, bem ruinzinha... “e lá não cumpade, lá você precisa de ver” Lá se o senhor tiver coragem lá tira muita raça de planta, se o senhor ver as espigas de milho...”. Ele levou milho daqui né... e aí meu pai, foi onde meu pai disse: “eu vou embora pra Rondônia” (HELENIRA)<sup>19</sup>.*

O depoimento acima transcrito foi conseguido junto a um camponês que veio para Rondônia em 1980. Vejamos outro, de um camponês que veio em 1998:

18 É necessário observar que o aqui destacado se refere ao que foi informado pelos entrevistados, visto que, tomadas em seu conjunto, não são todas as terras de Rondônia que possuem o grau de fertilidade da região para a qual os camponeses entrevistados se dirigiram.

19 Homenagem a Helenira Rezende, revolucionária brasileira, torturada e assassinada pelas forças da repressão do Estado brasileiro no período da ditadura militar, em 1972, quando participou da Guerrilha do Araguaia.

*Rapaz, eu vim pra aqui porque o pessoal dizia, muitos vinham aqui, que aqui é bom, que tem fartura... o que você plantava, colhia, dava abundância, como de fato no ano em que cheguei por aqui mesmo, eu plantei um arrozal com o velho meu sogro numa serra, e eu falei: “é, veio... aqui não dá nada não! Porque lá nós planta no brejo e não dá! Por que esse arroz vai dar nessa serra?”, e não foi nada não. Eu plantei esse arroz, daí eu fui lá na Bahia, na casa de uns irmãos meus, e quando eu vi o arroz já tava maduro, já tava dando no estampo. Um arrozal. Fiquei admirado. Aí naquilo a gente anima mais ainda, cada vez mais. Porque lá fora, você plantar um arrozal, tem que entrar no brejo, esgotar, queimar aquilo e sair virando aquele barro pra depois plantar as mudinhas dentro do brejo (JOSUÉ)<sup>20</sup>.*

Estes depoimentos permitem que se perceba de que modo o ambiente amazônico se apresentou a cada camponês, em cada momento do processo de colonização da região, conforme apresentado mais acima. Neste contexto, o ambiente foi sofrendo transformações a partir do trabalho dos camponeses. Se em um momento apresentam-se os perigos da selva amazônica, em outro apresenta-se a terra como consideravelmente fértil, mas requisitando um grande esforço para nelas produzir. Ainda que fosse necessário este esforço, o resultado era compensador, na medida em que a terra se mostra generosa quanto aos frutos que servirão ao camponês, seja para o consumo direto, seja para a venda na cidade com vistas à consecução de outros meios pelos quais o camponês possa produzir e reproduzir sua vida material.

Ainda que determinados problemas fossem sendo resolvidos, outros se colocavam, na medida em que o processo de colonização avançava. Um elemento apontado por um dos camponeses entrevistados refere-se à questão da chegada da energia aos locais em que os camponeses adquiriam terra ou eram assentados pelo Incra.

A energia é um importante componente que permite não apenas a iluminação dos arredores da residência em que mora o camponês, mas também por permitir a estes a realização de outras atividades e/ou a elaboração e implantação de novas ferramentas de trabalho em sua unidade de produção, no que se inclui debulhadores movidos a motor elétrico e outras ferramentas, o que objetivamente representa um desenvolvimento de força produtiva no ambiente de trabalho, na medida em que permite a aceleração da produção ao mesmo tempo em que diminui o tempo de trabalho necessário à produção dos itens que o camponês precisa produzir para o seu consumo e de sua família ou à comercialização na cidade, para que assim possa obter outros itens que não possui condições de produzir diretamente no local

---

20 Homenagem a Josué de Castro, grande geógrafo e profundo estudioso do problema da fome nos assim chamados *países de terceiro mundo*.

em que reside. Este desenvolvimento de força produtiva resulta em um efeito que permite ao camponês o aumento da produtividade do seu trabalho ou, caso julgue adequado, um maior tempo de descanso ao longo da semana, na medida em que sua subsistência será garantida com a necessidade de um menor período de aplicação de força de trabalho, por parte do camponês ou de eventuais ajudantes, ao processo.

*[...] até 1995 não tinha energia né... pro nosso lado lá... e é difícil né!... puxar água do poço... lavar roupa no rio e... muitas coisa que não tinha assim... lamparina... e depois que a coisa foi melhorando né... tanto que a luz para todos veio, agora... há dois anos atrás, que foi passar a linha... uma cidade desenvolvida que nem Ouro Preto... 12 quilômetros de Ouro Preto ali, veio passar os 14 [quilômetros] agora há pouco tempo né... e esse projeto de 14 já tem, já... lá de dois mil e cacetada né... [...]* (NELSON)<sup>21</sup>.



*Ilustração 1: Instrumentos utilizados por camponeses da área Canaã no processo de produção e reprodução de suas vidas materiais. Autoria da fotografia: Alisson Diôni Gomes. Data das fotografias: março/13*

A imagem acima nos apresenta dois equipamentos atualmente utilizados por camponeses da Área Canaã com vistas a tornar-lhes mais confortável o processo de produção e reprodução de suas vidas materiais. O da esquerda é utilizado para triturar mandioca, e o segundo é um gerador elétrico utilizado com vistas a garantir iluminação para a casa de seu proprietário. Ambos funcionam a base de óleo diesel, sendo que o primeiro converte a energia provinda da queima deste em energia que faz movimentar a correia, que, por sua vez, faz

21 Homenagem a Nelson Werneck Sodré, intelectual de destaque em meio à intelectualidade brasileira e que buscava compreender a realidade brasileira com vistas a operar no seu processo de transformação.

movimentar o dispositivo de trituração, destacado pela elipse de bordas vermelhas na imagem; o segundo converte a energia da queima do óleo em energia elétrica, que é conduzida por fios de cobre até os locais em que esta energia será utilizada.

A existência de ambos os equipamentos no interior das porções de terra dos camponeses que são seus respectivos proprietários implica um desenvolvimento de suas forças produtivas, e terminam servindo como uma amostra no sentido de indicar as formas pelas quais o acesso à energia elétrica pode significar um progresso para as vidas dos camponeses que conseguem este acesso, não apenas no Canaã como também no caso dos camponeses em geral que em certo momento de sua vida conseguem ter acesso a este tipo de insumo.

Entretanto, o problema do desenvolvimento de forças produtivas não é o único que se coloca aos camponeses que, de um modo ou de outro, tomaram parte no processo de colonização de Rondônia, e que hoje encontram-se no Canaã. A eles, coloca-se um outro problema: o conjunto das relações de produção que envolvem o ambiente social que lhes circunda e a necessidade de os mesmos tomarem parte nelas e, em um caráter mais específico, o problema da propriedade da terra. E é sobre este ponto que nos debruçaremos adiante.

### **3.3.3. A propriedade da terra, a relação dos camponeses com ela e as significações construídas a seu respeito**

O campesinato, em seus aspectos essenciais, constitui uma classe de transição, na medida em que mantém determinadas relações com os três elementos apontados por Marx (1983, pp. 317-8) como os aspectos fundamentais da definição de uma classe: o capital, a força de trabalho e a propriedade da terra.

O campesinato constitui uma classe que mantém, de um modo ou de outro, relações com um ou outro dos aspectos apresentados, a depender da sua categoria interna da qual se estiver tratando em um determinado momento. De um modo geral, pode, em nosso entendimento, ser visto enquanto composto por três estratos fundamentais: os camponeses pobres, os médios camponeses e os camponeses ricos, a depender do quantitativo de capital e/ou propriedade da terra que um determinado camponês e/ou sua família, seja no ramo ascendente, seja no ramo descendente, consegue acumular ao longo de sua existência. O campesinato pode ser considerado como uma classe de transição na medida em que, a

depender das condições em que o camponês se encontrar em determinado momento, ele pode deslocar-se para a classe dos capitalistas, para a classe dos proprietários territoriais ou para o proletariado. Este trabalho abordará, fundamentalmente, o estrato do campesinato pobre, sendo que este, doravante, será denominado por *camponês* ou seu qualificativo de classe, *campesinato*.

O camponês pobre depende fundamentalmente de sua força de trabalho para sobreviver. Se não trabalhar, perece, ou se vê obrigado a se deslocar para as áreas urbanas, onde também terá de trabalhar, caso deseje sobreviver, mas poderá vir a perder, ao longo do tempo, a condição de camponês e se tornar um proletário urbano ou um proprietário de pequeno capital, expresso eventualmente em pequenas barracas de venda de alimentos ou de outras mercadorias de baixo valor monetário. Uma última alternativa posta ao camponês que eventualmente tenha que se deslocar para a cidade por não conseguir trabalhar no campo é a lumpenização, ou seja, o deslocamento para o lumpemproletariado.

Eventualmente, o camponês pode vir a possuir alguma relação com a propriedade de capital ou com a propriedade da terra, no sentido de ter a ela acesso. A propriedade do capital se expressa na propriedade de determinados instrumentos de trabalho cuja propriedade o camponês pode vir a ter, como é o caso das enxadas, pilões e outros instrumentos, normalmente de pequeno porte. O eventual acesso à propriedade da terra se expressa normalmente na propriedade de uma pequena porção, comumente denominada *sítio*, na qual o camponês fixa residência em uma determinada parte e utiliza outras para a realização dos processos e atividades referentes ao plantio, sendo esta parte normalmente denominada como *roça*.

Entretanto, ainda que tenha acesso a capital ou a alguma porção de terra, o camponês pobre, em um caráter fundamental, depende de sua força de trabalho para que possa garantir sua subsistência. Mesmo tendo a propriedade da terra, ele precisa realizar todos os processos e atividades atinentes ao cultivo de suas plantações, e eventualmente vende a sua força de trabalho a um outro camponês vizinho ou a um fazendeiro das redondezas, por vezes em regime de diárias e por vezes no regime de meia<sup>22</sup>. Desta forma, temos que, para o camponês

---

22 A diária consiste em uma relação de produção na qual o sujeito portador da força de trabalho, ou seja, o trabalhador, presta determinado serviço a outra pessoa, recebendo remuneração por dia de trabalho. A meia, por sua vez, consiste em uma relação na qual o sujeito portador de força de trabalho recebe temporariamente uma porção de terra do sujeito proprietário desta e deverá realizar todos os processos e atividades referentes ao cultivo de determinada plantação – cuja espécie componente normalmente é determinada pelo

pobre, a propriedade da terra ou de capital são aspectos ocasionais de sua relação com o ambiente social circundante, e a propriedade e utilização de sua força de trabalho, seja para si ou para terceiro(s), um aspecto essencial.

No caso dos camponeses entrevistados no Canaã, foi possível observar uma realidade bem próxima dos elementos acima apresentadas. Neste contexto, percebeu-se, de um modo geral, que uma considerável parte dos camponeses veio a ter acesso a uma terra que possa considerar sua apenas depois que resolveram ir para o Canaã. Deles, dois tiveram, em algum momento de sua vida, acesso à propriedade da terra.

Ao mesmo tempo, foi possível observar, ao longo das entrevistas, uma estrutura que permeia as vidas dos camponeses hoje residentes no Canaã e possivelmente seja uma estrutura que permeia todo o sistema de sociabilidade do campesinato como um todo. Tal estrutura consiste no fato de que o camponês, individualmente, não considera a terra que é propriedade de seus pais como uma terra também sua. Esta estrutura foi passível de observação em virtude do fato de que os camponeses que relataram circunstâncias que indicam a sua existência constituem a segunda geração dos camponeses que vieram para Rondônia no contexto da colonização.

Estes camponeses vieram acompanhados de seus pais ou nasceram já quando seus pais por aqui se encontravam. Seus pais conseguiram um lote de terra por meio do Incra e trataram de começar a trabalhar a terra, no que o camponês que futuramente integraria o Canaã trabalhava junto. É possível observar que o camponês considerava a terra enquanto sua na medida em que se mantinha nela ajudando seus pais, mas, de fato, a terra é considerada de propriedade destes, e o camponês, então criança ou adolescente ou estando no início de sua vida adulta, considerava-se como uma espécie de proprietário secundário daquela porção de terra pertencente à sua família, até que eventualmente chega um momento de sua vida no qual teria de procurar por si só os meios de sua subsistência. Caso o pai viesse a falecer, a herança deixada é repartida entre a esposa e os filhos remanescentes<sup>23</sup>.

De um modo geral, percebemos que este fenômeno pode ter ao menos duas consequências importantes na vida destes camponeses: a colonização de outras áreas, além

---

proprietário da terra, de acordo com os camponeses entrevistados ao longo da pesquisa de campo – e, feita a colheita, deverá entregar metade da produção auferida ao sujeito proprietário da terra na qual fora realizado o cultivo.

23 Um caso específico no qual se apresenta este perfil de relação social é o camponês identificado como Honestino, citado mais adiante, na página 79 deste trabalho.

das que já se encontram ocupadas, e um processo de proletarização de camponeses que se encontram em meio a este fenômeno. Ambas as consequências, em ocorrendo, se dão em virtude do fato de que ao camponês que se encontra nestas condições torna-se, em determinado momento, necessário sair da residência de seus pais, o que o leva a procurar outras regiões para fixar residência, colonizando outras regiões além das já ocupadas, ou a se dirigir a cidades próximas, fazendo-o integrar-se às fileiras do proletariado urbano.

Este fenômeno deriva, ele próprio, das relações de propriedade que permeiam a sociedade em que vivemos e, mais especificamente, da própria preponderância da propriedade privada em seu interior. Assim, temos que, ao passo que o camponês chega à região e consegue ter acesso à propriedade de uma porção de terra, esta deve ser alocada a si, e, no caso de ele vir a falecer, deverá ser repartida entre seu cônjuge e filhos, tal como aposto anteriormente. Por outro lado, ao camponês que cresce trabalhando junto aos pais no lote de sua família, torna-se necessário, em um determinado momento de sua vida, que saia da casa de seus pais, tal como destacado mais acima. No entendimento aqui apresentado, isto não se dá por meras razões de ordem subjetiva do próprio camponês ou de seus pais, mas sim por uma razão essencialmente objetiva, que é o fato de que, em determinado momento de sua vida, deve o camponês buscar constituir sua própria família, e este fato terá uma dupla implicação, que se expressa, por um lado, no fato de que em havendo mais pessoas integradas à família, em virtude da constituição do novo núcleo familiar, haverá mais pessoas a serem alimentadas, e, por outro lado, pelo fato de que este quantitativo maior de pessoas no lote familiar não implicará exatamente em maior capacidade de trabalho sobre a terra, uma vez que esta, neste contexto, é limitada, e, portanto, não possuirá a capacidade de produzir uma quantidade de alimentos maior, capaz de abastecer a demanda surgida da eventual extensão da família, seja no que tange ao consumo interno, seja no que tange ao excedente que deve ser produzido para ser comercializado na cidade com vistas à consecução dos gêneros necessários à subsistência familiar.

No caso dos camponeses entrevistados no Canaã, foi possível observar que ambas as consequências acima elencadas deste fenômeno podem, ao menos em determinada proporção, ser verificadas, uma vez que detectou-se casos de camponeses que vieram para Rondônia junto com os pais e, quando chegaram ao momento de sua emancipação familiar, tiveram que trabalhar em terras alheias ou ir para a cidade, até que souberam da notícia do Canaã. Ao serem informados dela, ingressaram na área e passaram a trabalhar numa terra que, em vistas

do caminho da Revolução Agrária, passaram a poder considerar de fato sua, apesar da luta que terminam tendo que travar para se manter sobre a terra. Isto pode ser observado no seguinte depoimento:

*Tem um lote aqui, que a gente tá pelejando no Canaã... a gente... uma família... de família... a gente tem um lote que é do meu pai e da minha mãe... então quer dizer que é da família, lá na região de Ouro Preto, de Teixeirópolis. Tem essa terra lá, mas é coisa da família. [...] Eu trabalhei até um tempo pra pai e mãe. Depois que adquiri minha independência, sempre andei pra ver se conseguia uma terra. Consegui essa fazenda aqui no Canaã. Essa terrinha, esse lote aqui, e vivo lutando pra ver se consigo... (HONESTINO)<sup>24</sup>.*

Neste depoimento, é importante destacar três elementos, que são: (I) o fato de que a terra da família é coisa da família; (II) o fato de que o camponês trabalhava para o pai e para a mãe; e (III) o fato de que o camponês sempre andou para ver se conseguia uma terra, o que vem a mostrar os elementos acima referenciados, ao considerarmos que as ações e representações provindas do camponês individual provêm, elas próprias, do contexto social mais geral no qual o mesmo encontra-se envolvido.

Feita esta análise dos aspectos objetivos referentes à relação dos camponeses com a propriedade da terra, passaremos a um aspecto de caráter mais subjetivo, em específico os sistemas de representações formados nos camponeses no que tange à possibilidade de se ter acesso à propriedade da terra, ou, tal como dito pelos próprios camponeses, a possibilidade de se ter o seu próprio pedaço de terra para plantar e produzir.

Tal como apresentado em outro momento deste trabalho, o modelo teórico essencial do materialismo histórico-dialético postula que, ao passo que o homem relaciona-se com o ambiente que lhe circunda, constrói determinadas representações a seu respeito, representações essas que lhe permitirão estabelecer os parâmetros que guiarão a sua ação sobre este ambiente. É importante que, em paralelo à compreensão dos fenômenos objetivos que circundam os sujeitos sociais que encontram-se em estudo, se proceda à busca da compreensão destes sistemas de representação.

Quando da pesquisa de campo, esta questão foi trabalhada tendo em vista duas condições: as sensações engendradas nos camponeses pela situação em que cada um possui sua própria porção de terra para trabalhar por conta própria e as sensações geradas pela situação em que o camponês tem de trabalhar em uma terra que não é sua. Buscou-se

---

24 Homenagem a Honestino Guimarães, revolucionário brasileiro assassinado no decorrer da ditadura militar.



trabalhar, nas entrevistas, não com termos tais como *representações* ou *significados*<sup>25</sup>, termos que poderiam soar ambíguos aos camponeses, uma vez que estes não são acostumados ao seu uso cotidiano. Optou-se pelo uso do termo *sensação*, que é mais próximo da linguagem cotidiana utilizada pelos mesmos.

De um modo geral, os camponeses entrevistados relataram que a possibilidade de se ter a própria porção de terra para trabalhar transmite-lhes as sensações de liberdade, de autoridade, ânimo, a sensação de que pode trabalhar da forma que julgar a mais correta, seja no que tange aos plantios, seja no que tange às porções de terra que utilizará para cada plantio, dentre outros aspectos, podendo, inclusive, deixar de trabalhar em determinados dias, não importa em qual dia da semana, se precisar, seja por uma dor de cabeça ou qualquer outro fator que lhe comprometa a saúde; seja o mero desejo de passar um dia descansando com a família ou jogando futebol com os vizinhos no campo de futebol existente na Área. Além dessas sensações, outras levantadas foram a sensação de se poder caminhar com as próprias pernas e as de tranquilidade e independência.

Por outro lado, a condição de o camponês ter de trabalhar em uma terra alheia lhe gera a sensação de incerteza e preocupação, uma vez que não se sabe exatamente até quando seu trabalho será útil ao proprietário da terra que será trabalhada; a sensação de ser explorado, uma vez que o proprietário da terra se apropria de parte da produção auferida; a sensação de se trabalhar mandado, sem o direito de emitir seu entendimento a respeito de uma determinada forma de se trabalhar a terra, devendo apenas seguir os parâmetros e ordens postos pelo seu proprietário. Um dos camponeses entrevistados relatou que, quando trabalhava assalariado no Mato Grosso, antes de vir para o Canaã, tinha de trabalhar todos os dias, sem direito a descanso; outro relatou que trabalhava em terra alheia, antes de vir para o Canaã, pois precisava fazê-lo para que assim não viesse a perecer pela fome; por fim, um dos camponeses, relatando especificamente a situação de ter de trabalhar em regime de meia, nos falou que trabalhar em terra alheia equivale a ter de pedir esmola para dois, uma vez que o sujeito que pede a terra, a pede para si e para o próprio proprietário da terra, e, em devendo ser os rendimentos divididos entre um e outro, o rendimento individual, tanto para um quanto para o outro, termina sendo diminuto. Vejamos o seu depoimento:

*Eu acho que [trabalhar em terra alheia] é pedir esmola pra dois né... porque... [...]*

---

25 Observe-se que no roteiro de entrevistas, no Apêndice A, é prevista a utilização da terminologia *significado*.

*se eu for trabalhar no terreno de outra pessoa, vou trabalhar de ameia, então vou pedir esmola pra mim e pra ele, né... então... não vale a pena a gente... cultivar o terreno de outras pessoas não... melhor eu ir pra rua! [...] (POMAR<sup>26</sup>)*

As formas pelas quais os camponeses entrevistados percebem e operam os processos representacionais atinentes à propriedade da terra terminam por corresponder às formas pelas quais se estruturam as relações sociais em uma sociedade fundada na propriedade privada dos meios de produção. Neste sentido, é possível ver, em meio aos camponeses entrevistados, a existência da dicotomia entre o *ter* e o *não ter*. Dada a existência das estruturas sociais fundadas neste tipo de propriedade privada se dar em caráter de anterioridade em relação à existência do camponês individual, este termina, em sua vivência quotidiana, por reproduzir estas estruturas, o que termina se expressando no fato de o camponês, por exemplo, perceber a propriedade da terra que ele trabalha como um sinônimo para liberdade, autoridade, independência e as demais sensações referenciadas. Tal ocorre em virtude do próprio fato objetivo da atribuição da propriedade da terra ao indivíduo em questão lhe prover das prerrogativas necessárias para que ele possa dispor daquela porção de terra da forma que julgar a mais adequada, e a este fato objetivo corresponderão os processos representacionais expressos nas sensações relatadas. Temos, assim, que o sujeito terá a sensação de autoridade na medida em que poderá, tal como diz-se entre os camponeses entrevistados, mandar na terra em que se encontra trabalhando; ao mesmo tempo, terá a sensação de liberdade, pelo próprio fato acima relatado, assim como as demais sensações apontadas. Isto, entretanto, já não ocorrerá quando ele tiver de trabalhar para outra pessoa, uma vez que as prerrogativas inerentes à propriedade dos meios de produção já não serão suas, mas sim do sujeito para o qual estiver trabalhando. E disto provêm as sensações vinculadas ao trabalho em terra alheia, tal como a sensação de incerteza, a preocupação, a sensação de ser explorado e as demais sensações que foram postas ao longo das entrevistas.

### **3.3.4. A relação com o Estado, a luta pela terra e a proposta da Revolução Agrária**

A relação dos camponeses com o Estado se dá por meio das interfaces deste que de algum modo tratam de questões referentes à terra, sendo as principais o Incra, quando se trata

---

26 Homenagem a Pedro Pomar, revolucionário brasileiro sumariamente assassinado pelo exército brasileiro no episódio conhecido como a *Chacina da Lapa*, ocorrido em 16 de dezembro de 1976.

de aspectos referentes a regularização fundiária, a polícia, que, de um modo geral, mantém uma espécie de cerco sobre o Canaã, e os candidatos a cargos políticos que, nos períodos de eleição, dirigem-se aos camponeses com vistas a pedir seus votos

A ação do Incra é vista pelos camponeses como lenta ou inexistente, por vezes até perniciosa, visto que os mesmos relatam o órgão como sendo lento e burocrático.

Um outro aspecto relatado pelos entrevistados na conduta de funcionários deste órgão diz respeito à manipulação de informações com vistas a buscar prejudicar os camponeses e, ao mesmo tempo, a realização de tentativas de ludibriamento dos mesmos em relação à situação em que se encontra o processo da Área Canaã.

Neste contexto, um dos camponeses relatou que, certa vez, funcionários deste órgão dirigiram-se até a Área – em um momento em que ela já se encontrava produzindo os gêneros plantados pelos camponeses e estes trabalhando a terra –, tiraram fotos do local e, quando foram apresentar o material extraído em uma reunião, trataram de retratar uma realidade diferente da existente na área, apresentando fotografias de camponeses deitados em redes e barracos de palha, além de omitir as plantações, casas de madeira e demais elementos que mostram em que nível se encontrava de fato a ocupação da Área. No entendimento do camponês entrevistado, isto foi uma estratégia do Incra com vistas a desmoralizar o conjunto dos camponeses da área, buscando, assim, mostrá-los como desocupados que consumiam, de forma parasitária, as cestas básicas enviadas à Área, cestas básicas essas que, de acordo com uma parte dos entrevistados, não são enviadas com uma regularidade que permita o seu sustento caso viessem a apenas se alimentar dos produtos destas cestas. Elas são, ainda de acordo com estes relatos, enviadas numa periodicidade média aproximada de três meses entre um envio e outro. Apresentou-se ainda que, caso os camponeses fossem aguardar pelas providências do Incra neste sentido, e deixassem de trabalhar na terra em que vivem e trabalho, morreriam de fome.



*Ilustração 2: Esta imagem pode ser tomada como um contraponto ao que, de acordo com o camponês entrevistado, fora dito por um funcionário do Incra na reunião supracitada. Refere-se à plantação de um dos camponeses do Canaã, tiradas de ângulos diferentes, onde é possível ver uma área de plantação de milho (a de tonalidade amarelo escuro) e uma área de plantação de banana. Autoria da fotografia: Alisson Diôni Gomes. Data: março/13.*

Observe-se agora o depoimento de um dos camponeses a respeito da atuação do Incra:

*Rapaz, eles não são lentos, eles não fazem é nada! Porque no nosso caso aqui... pelo que vejo dizer, o Incra tá só enrolando, porque prometeu de negociar, a mulher tá... que se diz dona, prometeu... prontificou de negociar a terra, e o Incra vem enrolando, enrolando, e não faz nada... porque o Incra praticamente não tá fazendo é nada! Porque isso aqui, se é pra negociar, já tinha que ter negociado, porque pelo que a gente sabe... a mulher diz que eles nunca ofereceram nada pra ela, pra negociação, e aí, se nunca ofereceu nada, é porque eles não estão interessando em fazer nada pra gente, porque se eles interessassem... como dizem... já veio pessoas da Justiça aqui, e dizer... que dinheiro tem pra pagar a terra, mas o Incra fica com essa moagem... como diz... ensebando e não fazem nada... porque... até uns tempos atrás... o Incra falava que a mulher não tinha isso aqui pra negociar de maneira nenhuma! A negociação é tirar o povo daqui... mas depois teve uma reunião em Porto Velho, e ela falou, publicamente, que o Incra nunca ofereceu a ela nada de negociação. Então, como diz, abriu o jogo... abriu o jogo!... e aí veio pra cá... mas só que uma coisa que o Incra podia resolver dentro de um mês ou dois ou em seis meses, fica um ano, dois anos, e a gente fica aqui... sem energia, né... como diz, não tem ajuda nenhuma de governo, porque o que a gente poderia ter não tem porque não tem documento da terra, porque se a gente tivesse um documento, se fosse uma coisa legalizada, a gente tinha uma ajuda do governo, porque dinheiro o país tem... pra ajudar a agricultura, inclusive a gente ouve no rádio pessoas dizendo que tem dinheiro pra ajudar na agricultura. Mas nós não temos esse direito porque não tem documento (ARROYO<sup>27</sup>).*

Este depoimento permite observar a forma pela qual os camponeses percebem a

27 Homenagem a Ângelo Arroyo, revolucionário brasileiro assassinado, assim como Pedro Pomar, no episódio da Chacina da Lapa.

atuação deste órgão em relação à área e em relação aos próprios camponeses que nela vivem. Tomando-se por base o depoimento do entrevistado, pode-se observar, da parte do Incra, uma série de estratégias no sentido de buscar desmoralizar e desmobilizar os residentes da área, de modo a fazê-los declinar de sua luta.

O segundo sujeito pertencente ao Estado com o qual os camponeses têm de lidar é a Polícia. Esta é uma relação bastante complicada, uma vez que, conforme apontado anteriormente, este órgão do Estado mantém um certo cerco à Área, lançando mão, tal como o Incra, de estratégias visando desmoralizar e desmobilizar os camponeses. Uma, recente, que foi relatada pelos camponeses quando da realização da pesquisa de campo, consistia em fazer certos levantamentos na área para, com base neles, propagar junto à sociedade civil rondoniense a ideia de que no Canaã há um número de famílias inferior ao relatado pelos residentes e pela LCP. De acordo com estes, a Área possui 126 famílias, e este levantamento, feito pela Polícia, têm tentado lançar a ideia de que existe algo em torno de 55 famílias na Área.

Juntado a esta condição, temos a situação da possibilidade de despejos, sendo que em meados de 2012 houve uma, à qual os camponeses responderam com a ocupação, por mais de 10 horas e em conjunto com camponeses de outras áreas de tomada de terra, principalmente a área vizinha Raio de Sol, de uma ponte localizada no município de Jarú. Um aspecto peculiarmente interessante desta manifestação foi o fato de que os camponeses bloquearam a ponte não apenas com os tradicionais pneus utilizados nas manifestações populares, mas também com ferramentas de trabalho e amostras da produção da área (LCP, 2012a; 2012b).



*Ilustração 3: Imagens da ocupação da ponte sobre o rio Jaru. Nelas pode-se observar a utilização de amostras da produção da área, como uma forma de mostrar que aquela manifestação é uma manifestação de trabalhadores, que se encontravam, naquele momento, no iminente risco de serem expulsos da terra em que estavam vivendo a trabalhando (LCP, 2012a; 2012b). Fonte: (LCP 2012a)*

Um segundo elemento que serve para tornar mais complicada a relação dos camponeses com a polícia é o fato de que determinados elementos desta não se limitam a agir enquanto agentes do Estado, mas prestam, também, em determinados momentos, um serviço pessoal ao latifúndio. Isto se expressa, por exemplo, em um fato relatado por um dos camponeses entrevistados, de que policiais, no período das movimentações visando despejo dadas em 2012, trataram de fazer um trabalho de intimidação aos camponeses, por meio de ostensivos anúncios de que o despejo iria ocorrer e os camponeses não teriam outra alternativa a não ser se retirarem da área de modo pacífico, pois do contrário sofreriam o despejo, que possivelmente seria feito de modo violento. É possível perceber, neste tipo de atuação realizada por este tipo de elemento da polícia, um empenho tal na intimidação dos camponeses, que possibilita levantar o raciocínio de que não constituem o mero cumprimento do dever de um agente do Estado. A polícia, de fato, cumpre, de um modo geral, este tipo de papel quando se trata da repressão de movimentos populares. Entretanto, a história da luta pela terra em Rondônia mostra que a relação das forças policiais com as classes dominantes se estende para além da intermediação do Estado e seus procedimentos formais quando se trata da tomada de determinadas medidas.

Um fato relativamente recente que serve para demonstrar este tipo de relação existente entre polícia e latifúndio ocorreu no município de Seringueiras, no Acampamento Paulo Freire 3. Na ocasião, foi efetuado um despejo dos camponeses desta área, que já trabalhavam e

produziam nela e, feito este despejo, a polícia tratou de literalmente realizar operações em que, utilizando equipamentos da corporação, ofereceram proteção ao latifundiário que se diz proprietário da área. A advogada Lenir Correia Coelho, assessora jurídica da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Rondônia, faz as seguintes observações a respeito das circunstâncias ali existentes:

Como se não bastasse a ação de despejo, a Polícia Militar garantiu aos acampados que teriam trinta dias na área para que estes pudessem retirar seus pertences de toda uma vida: madeira, cerca, criações, produção, o que não foi cumprido, pois, no segundo dia com a proteção ao latifúndio pela Polícia Militar na região, as casas foram derrubadas e os acampados impedidos de entrar na área, que encontra-se até hoje com **proteção de jagunços armados, inclusive, a própria Polícia Militar, com todo o seu aparato repressivo sempre encontra-se na área, contribuindo com os jagunços.**

Nos dias 21 a 23 de novembro, foram deslocadas 500 cabeças de gado pela estrada de São Francisco até a Fazenda Riacho Doce, em Seringueiras. **Novamente a Polícia Militar contribuiu, fazendo a escolta do gado e quando os acampados foram tirar fotos dessa arbitrariedade, a Polícia Militar de forma agressiva, tomou violentamente a máquina fotográfica, apagaram as fotos e agrediram fisicamente um dos acampados, enquanto isso, a cidade de Seringueiras ficava sem proteção, já que toda a escolta da polícia militar estava fazendo a proteção do gado de particulares** (COELHO, 2012, grifos nossos).

É necessário ter em perspectiva o fato de que cada caso possui suas características específicas, sendo o caso do Acampamento Paulo Freire 3 um caso em que a relação entre polícia e latifundiário é bem mais clara do que a observável no caso do Canaã. Ainda assim, é possível observar, em ambos os casos, um certo empenho destes elementos da polícia no sentido de proteger os interesses do latifundiário contra os camponeses em luta pela terra.





*Ilustração 4: Na imagem, sujeitos que, de acordo com a caracterização de Lenir Coelho (COELHO, 2012), constituem pistoleiros protegendo a fazenda Riacho Doce – na qual havia sido estabelecido o Acampamento Paulo Freire 3 – após a realização do despejo dos camponeses da área. Observe-se as armas de grosso calibre portadas pelos sujeitos, uma forma de dizer aos camponeses que ali eles não devem entrar, pois, do contrário, "a bala vai comer", tal como diz um ditado popular. De acordo com um depoimento colhido junto a um militante da LCP com o qual foi possível o contato quando da realização da pesquisa de campo, a propriedade desta fazenda foi, há alguns anos atrás, atribuída a um garoto na época possuía apenas 12 anos de idade, uma situação que, de acordo com o relato deste militante da LCP, é juridicamente anômala e constitui um indicador de que aquela terra fora objeto de grilagem, sendo ela, na realidade, propriedade da União, e não do latifundiário que nós estes sujeitos para “proteger” a terra. Fonte: (COELHO 2012)*

Ainda que, em termos estruturais, ou seja, no que tange às suas tendências predominantes, a polícia mostra-se essencialmente hostil aos camponeses, os relatos de uma parte dos entrevistados dão conta de que houve casos de tropas policiais que se dirigiram à Área com vistas a realizar operação de despejo e, ao perceberem a situação da área, que já possuía características de assentamento, e não mais de acampamento, desistiram da ação, relatando, no ato, aos camponeses presentes, que o problema do Canaã não dizia respeito à polícia, mas sim ao Incra, dadas as condições em que já se encontrava a área. De acordo com o relato, o comandante da operação comentou aos camponeses que, quando recebeu as instruções referentes ao que deveria fazer em sua missão, fora informado de que não havia, ali, uma área com características de assentamento e sim apenas um acampamento, e sua tarefa consistia em desalojar os camponeses que ali se encontravam. Quando chegou à área, percebeu que as informações que havia recebido eram inexatas, ao passo que viu a produção dos camponeses já organizada e estes morando em casas de madeira e até mesmo alvenaria, e não em barracos de palha e lona. Ao perceber esta realidade, entendeu que ali era um espaço



no qual não deveria intervir, e desistiu da ação.

Por fim, pode-se destacar as relações existentes com os candidatos a cargos políticos que eventualmente se dirigem à Área, em períodos de eleição, com vistas a angariar votos. De um modo geral, os camponeses foram unânimes em relação à conduta destes sujeitos: os mesmos vão à área apenas de quatro em quatro anos, exatamente em períodos de eleição, e, realizada esta, não aparecem mais, voltando apenas no próximo período eleitoral, pelos mesmos motivos. Observe-se o relato de um dos camponeses entrevistados:

*[...] eles sempre aparecem... igual vinte e nove de fevereiro... de quatro em quatro anos... é o mesmo 29 de fevereiro... que sempre vem de 4 em 4 anos... então de 4 em 4 anos, eles estão aqui, batendo na porta da nossa casa... pra dar um votinho pra eles que eles vão fazer as coisas pra nós... mas nada faz... se nós quer uma estrada, tem que reunir o povo... fazer greve... cobrar igual esse ano mesmo que passou... nós começou a ver falar que vinha arrumar estrada no mês de junho... quando a máquina fez... estrada nossa... uma cagada que tem aqui dentro... foi em novembro... ficaram empurrando 6 meses, um ano com a barriga... então é isso que eles fazem pra nós... [...]* (HONESTINO).

Além desta comparação da vinda dos candidatos a cargos políticos com o 29 de fevereiro, no sentido de surgir apenas de quatro em quatro anos, outras referências irônicas foram feitas pelos camponeses. Dentre elas, uma dizia que, nos períodos de eleição, estes sujeitos prometem trazer o paraíso para os camponeses, mas quando terminam estes períodos, estes sujeitos vão-se embora e levam o paraíso junto com eles.

Dentre os detentores de cargos políticos eletivos, os camponeses fizeram exceção a apenas um vereador do município de Jarú, que, de acordo com os entrevistados, busca ajudá-los de um modo que foi entendido pelos mesmos como fruto da solidariedade com a sua luta.

O tipo de relação existente entre os camponeses e estes sujeitos nos permitem visualizar mais uma estrutura da sociedade em que vivemos: o sistema partidário-eleitoralista enquanto um instrumento de dominação de classe, e não exatamente um instrumento de democracia. Isto pode ser observado no tipo de conduta tomada pelos sujeitos que por meio dele buscam ascender a algum cargo político eletivo, da base ao topo, ou seja, desde os cargos de vereador até o cargo de Presidente da República. Dado o fato de que é necessário ao sujeito que se candidata a este tipo de cargo a consecução do máximo de votos que se fizer possível nos períodos de eleição, este se vê obrigado a se dirigir aos locais em que haja alguma aglomeração popular e conversar com as pessoas presentes para que assim possa buscar convencê-las a depositarem em si seus votos, para que possa vencer a eleição. Em vencendo o

pleito, torna-se desnecessário voltar a atenção ao povo que o elegera, sendo, agora, necessário gerir o próprio mandato, que estará garantido para os próximos quatro anos – ou oito, se for o caso de eleição para o Senado Federal –, devendo o povo apenas se resignar com os resultados da eleição, ficando, virtualmente, impossibilitado de tomar qualquer ação concreta em relação ao seu *representante*, que foi *democraticamente eleito*, tendo, assim, direito a tomar as ações que julgar as mais convenientes, a despeito dos interesses da massa que o elegera.

Neste contexto, eventualmente surgem sujeitos que na sua prática se identificam com a perspectiva das classes populares. Entretanto, quando entram neste círculo de relações sociopolíticas, são obrigados a enfrentar as campanhas milionárias de determinados candidatos, estes apoiados por setores das classes dominantes do país e, mesmo que viessem a se eleger, terminam tendo de se relacionar, de uma forma ou de outra, com os *lobbies* que se formam no interior destes espaços de poder. Quando não são neutralizados nestes espaços, terminam ficando com um raio de ação limitado.

As circunstâncias do policial que desistiu da ação de despejo e do vereador que se coloca no sentido de apoiar os camponeses do Canaã podem ser compreendidas à luz dos conceitos de totalidade, particularidade e singularidade (KOSIK, 1995). Neste sentido, pode-se aplicar estes conceitos nos termos abaixo descritos.

No caso do policial que desistiu da ação de despejo, pode-se tomar como o aspecto de totalidade o fato de que as forças policiais constituem forças a serviço de um Estado que é organizado em torno dos interesses da classe dominante de uma dada formação econômico-social; como particularidade, é possível tomar as forças policiais em Rondônia, assim como nos casos das regiões de fronteira agrícola de um modo geral, como forças que tentem a não se manter vinculadas enquanto forças estatais que são, e terminam se vinculando a sujeitos privados, recebendo, por vezes, remuneração paralela por estes serviços<sup>28</sup>. No caso do policial que desistiu da ação de despejo, pode-se dizer que o mesmo pode ser considerado como uma circunstância de singularidade, na medida em que ele não agiu com os imperativos que lhe foram postos pela corporação, apontando para o fato de que o caso dos camponeses na Área não se tratava de caso a ser resolvido pela Polícia, mas sim pelo Incra. A singularidade pode

---

28 Em diversas ocasiões, a LCP denuncia circunstâncias como essas, por meio do Jornal Resistência Camponesa, disponível em <<http://www.resistenciacamponesa.com>>, com acesso em 15.abr.2014. Mais adiante serão apresentadas considerações a respeito de situações ocorridas nas regiões de Jacinópolis e União Bandeirantes, nas quais a LCP atua em conjunto com os camponeses residentes nas respectivas regiões.

ser compreendida por meio da categoria analítica da socialização (BERGER & BERGER, 1977). Assim, é possível afirmar que a forma de atuação deste policial é fruto das vivências que teve ao longo de seu processo de socialização, o que lhe permitiu agir, neste momento, fora dos imperativos que norteiam a atuação da força policial em seus aspectos mais gerais. Observe-se que o caso não pode ser compreendido como uma *exceção*, visto que não estamos falando de uma regra, o que seria anti-dialético. Assim, neste contexto, as categorias de singularidade – em vez de *exceção* – e universalidade – em vez de *regra* – são mais corretos em uma perspectiva dialética, uma vez que a universalidade – ou totalidade concreta – diz respeito aos aspectos mais gerais do fenômeno em questão, fenômeno esse que não se comporta como se fosse um todo homogêneo, característica essa que fica subentendida no conceito de *regra*, sendo, ao contrário, uma unidade da diversidade. E a singularidade diz respeito às formas específicas em que o fenômeno se materializa em um determinado contexto, não se constituindo uma *fuga*, como se subentende na utilização do conceito de *exceção*.

No caso do vereador, tem-se que, em termos da universalidade, as relações políticas de disputa de posições no aparelho de Estado constitui um reflexo específico da luta de classes. Na particularidade brasileira, as relações de classe são fortemente marcadas pelos interesses das frações da grande burguesia, do latifúndio e do imperialismo, o que se expressa na hegemonia do neoliberalismo nos dias atuais. Nos últimos anos, a burguesia burocrática brasileira tem conseguido posições mais confortáveis no aparelho de Estado, ainda que estas sejam posições subordinadas à burguesia compradora, ao latifúndio e ao imperialismo. As classes populares são um segmento social ao qual, nas condições vigentes, não é possibilitado o exercício de algum poder político junto a este aparelho, sendo que, no entendimento aqui apresentado, é necessária, a estas classes, a adoção de uma perspectiva revolucionária para que estas possam construir novas formas de organização do poder político que estejam em acordo com os seus interesses. O caso do vereador constitui uma singularidade, visto que o cargo que ocupa vincula-se a um espaço de representação mais próximo das classes populares de um *lôcus* específico: o Município. Assim, devido a esta especificidade, ao que se junta as vivências do sujeito em questão, observa-se uma maior possibilidade de o mesmo vir a se identificar com as perspectivas dos camponeses, e mesmo ajudá-los, tal como ocorreu no caso do vereador.

Se por um lado, a relação com o Estado é marcada por sentimentos que variam da

desconfiança até uma relativa hostilidade, a situação muda quando se trata da questão da luta pela terra. Neste sentido, todos os camponeses entrevistados a veem como a forma por excelência pela qual poderão ter acesso à propriedade, à posse e ao uso da terra. Assim, ela é vista como uma necessidade, uma vez que o latifundiário não se colocaria à disposição para entregar terra a camponeses que eventualmente viessem lhe fazer tal pedido, sem que houvesse algum benefício em troca. A categoria dos interesses de classe ajuda a compreender este tipo de circunstância, na medida em que um determinado sujeito social – neste caso, o latifundiário – não teria este tipo de atitude se não fosse compelido de algum modo para tal.

Um outro aspecto referente a esta questão diz respeito à forma pela qual os camponeses percebem a questão da terra e as diretivas que devem guiar a sua utilização. Neste sentido, percebem o latifúndio como algo ilógico, uma vez que uma pessoa não necessita de toda esta quantidade de terra para que possa garantir sua sobrevivência. Disto, é possível perceber um elemento referente à relação dos camponeses com a terra. Para estes, a terra constitui um espaço que deve ser utilizado para se produzir de modo a garantir a própria subsistência e a alimentar as pessoas na cidade, e não para a consecução de lucro ou para manter a terra parada, sem produzir, tal como normalmente faz o latifúndio (OLIVEIRA, 1991a; CEMIN, 1992). Disto provem a palavra de ordem “Terra para quem nela vive e trabalha!”, diversas vezes entoada pelos camponeses em luta pela terra e por seus apoiadores nas manifestações em que estes se encontram presentes.

Quando se trata da luta pela terra, verifica-se formas de levá-la adiante que variam conforme o movimento social do qual se estiver tratando em um determinado momento. No caso da LCP, tem-se uma consigna bem clara neste sentido: a terra só poderá ser conseguida por meio do processo que denomina por Revolução Agrária. A proposta apresentada por este movimento social aos camponeses em relação a este processo consiste em que estes não aguardem pelo Incra para que possam ter acesso à terra. Neste sentido, propõe-se aos camponeses que partam para a terra, a tomem, organizem a sua medição, a dividam entre si por meio de sorteio e comecem a organizar a produção na porção de terra que tenham pego no sorteio.

Esta é uma proposta que se destaca em relação aos demais movimentos sociais que tratam da luta pela terra, exatamente pela ousadia da qual é impregnada. Se destaca, sobretudo, das diretivas tomadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que é o maior dos movimentos sociais vinculados à luta pela terra no Brasil.

Conjugando-se os dados oferecidos por Carvalho (2005), Fernandes (2008) e Girardi (2008), é possível perceber que, até 2001, este movimento atuava no sentido de ocupar latifúndios com vistas a pressionar o Estado para que este operasse processos de reforma agrária, desapropriando o latifúndio e assentando as famílias. Esta foi uma tática que, de acordo com os autores, apresentou um considerável sucesso, até que, neste ano de 2001, o Estado, por meio do governo de Fernando Henrique Cardoso, começou a tomar medidas e publicar regulamentações que visavam a criminalização da luta pela terra. Neste sentido, Carvalho (*ibid.*) destaca as seguintes medidas:

- a) Proibição de realização de vistorias em casos de ocupações [de terra];
- b) Suspensão de negociações em casos de ocupações de órgãos públicos;
- c) Permissão para que as entidades estaduais representativas de trabalhadores rurais indicassem áreas a ser desapropriadas, estimulando assim, a disputa política entre os movimentos, reconhecendo demandas de uns e ignorando as de outros;
- d) Impossibilidade de acesso a recursos públicos, em qualquer das esferas do governo, por entidades consideradas suspeitas de serem participantes, co-participantes ou incentivadoras de ocupações de imóveis rurais ou prédios públicos;
- e) Instituição da Divisão de Conflitos Fundiários no âmbito da Polícia Federal. (CARVALHO, 2005, p. 6)

Estas medidas tiveram por objetivo frear a luta pela terra no país, que tendia a se intensificar, uma vez que a ocupação das terras gerava resultados. E, ao menos contra o MST, funcionou. Este movimento passou a trabalhar, conforme indica Carvalho (*ibid.*), no sentido de organizar acampamentos em beiras de estradas, nos quais os camponeses passam a aguardar pela ação do Incra para que possam vir a ser assentados.

Os camponeses entrevistados no Canaã, de um modo geral, criticaram de modo aberto a tática de se aguardar em beiras de estradas pela decisão do Incra em desapropriar o latifúndio. Em seus aspectos mais gerais, os depoimentos coletados indicam que a desapropriação, quando ocorre, leva anos para ser realizada, e, neste meio tempo, os camponeses passam inúmeras dificuldades materiais enquanto aguardam pela decisão do Incra. Por vezes, quando recebe um lote, o camponês que o consegue já encontra-se velho e, conseqüentemente, com sua capacidade de trabalho reduzida em virtude do tempo e eventualmente do fato de que não exercitou sua atividade laboral enquanto aguardava pela decisão do Incra.

O interessante neste contexto é que não são apenas os camponeses entrevistados no Canaã que reconhecem esta situação. Até mesmo intelectuais que se colocam a favor de movimentos tais como o MST reconhecem esta realidade sentida pelos camponeses entrevistados. Um caso que pode ser tomado como emblemático neste sentido é o de Bernardo Mançano Fernandes (FERNANDES, 2008, pp. 6-7). Na discussão que ora focalizamos, o autor apresenta argumentos que mostram uma situação em que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva evitava, de forma velada, a desapropriação de latifúndios com vistas à destinação das terras à reforma agrária, e tendia a operar a criação de assentamentos por meio de políticas de regularização fundiária.

De forma velada, o governo Lula não desapropria terras nas regiões de interesses das corporações para garantir o apoio político do agronegócio. **Mesmo em regiões de terras declaradamente griladas, ou seja terras públicas sob o domínio dos latifundiários e do agronegócio, o governo não tem atuado intensamente no sentido de desapropriar as terras.** Somente as ocupações e o acirramento dos conflitos é que podem pressionar o governo a negociar com o agronegócio para cessão da fração do território em conflito. Mas, ao mesmo tempo em que ocorre esta lentidão, o presidente precisa dar uma resposta objetiva aos camponeses sem-terra. Esta postura resultou numa reforma agrária paradoxal. **Aproveitando-se do acúmulo das experiências de implantação de assentamentos, o governo Lula investiu muito mais na regularização fundiária de terras de camponeses na Amazônia do que na desapropriação de novas terras para a criação de novos assentamentos de reforma agrária.**

**A opção política do governo Lula de não fazer a reforma agrária por meio da desapropriação, e sim, principalmente, por meio da regularização fundiária, gerou um problema para os movimentos camponeses que mais atuam nas ocupações de terra – no caso, para o MST, responsável por 63 por cento das famílias em ocupações no período de 2000 a 2007.** Neste período, 583 mil famílias ocuparam terras no Brasil. Destas, 373 mil estavam organizadas no MST. Em 2007, em torno de 70 mil famílias ocuparam terras, sendo que 45 mil estavam organizadas no MST (DATA LUTA, 2008). A junção de políticas do governo Lula atingiu o MST. **A predominância da criação de assentamentos por meio da regularização fundiária fez com que o tempo de acampamento das famílias aumentasse consideravelmente. Sem conquistas, muitas famílias abandonam os acampamentos, o que diminui a pressão contra o governo. A política compensatória do Bolsa Família – um auxílio financeiro mensal irrisório – também tem diminuído o poder de pressão dos movimentos organizados** (grifos nossos)

Os dados apresentados pelo autor são de grande importância para que se possa compreender o contexto da luta pela terra no Brasil no início deste século em que estamos. O primeiro aspecto a ser destacado no argumento é a postura do governo Lula em relação à questão agrária. Nisto, fica patente que, para se manter à frente da esfera executiva do Estado brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva precisava gerar nos movimentos sociais, de um modo

geral, e nos movimentos camponeses, bem como nos próprios camponeses, de um modo mais específico, a esperança de que será realizada alguma mudança na estrutura agrária do país. Ao mesmo tempo, há determinados imperativos de classe que se antepõem ao seu governo, que por sua vez busca escamotear este fato quando trata com os movimentos populares: ele deve atender aos interesses do latifúndio, seja o velho latifúndio, seja o latifúndio *moderno*: o agronegócio. É importante destacar que, em certo momento em que se encontrava à frente do Estado brasileiro, Lula declarou abertamente o setor dos usineiros, uma das categorias internas do latifúndio no Brasil, como heróis (CECAC, 2007?; FOLHA, 2007).

Entende-se aqui a postura do Governo petista neste quesito como essencialmente oportunista, na medida em que, se por um lado busca semear a esperança de transformações no país em meio aos movimentos populares, por outro mostra, em sua prática, um compromisso de fato com os imperativos das classes dominantes do país. Buscando cumprir este objetivo de semear estas esperanças nestes movimentos, evita realizar ações de desapropriação de latifúndios para não desagradar esta classe, mesmo em terras claramente griladas (FERNANDES, 2008) e, para buscar apresentar uma imagem de que está fazendo reforma agrária, investe em ações de regularização fundiária na região amazônica.

Neste contexto, é importante destacar o fato de que, a princípio, a implantação de políticas de regularização fundiária não é aqui entendida como fundamentalmente equivocada. Ela, aliás, permite que camponeses que se encontrem na condição de posseiros possam vir a ter acesso à propriedade da terra e dos direitos que ela lhe permite, dentre elas o acesso ao crédito para que assim possa aprimorar seus processos produtivos. O que é necessário apontar, no contexto desta discussão, é o tipo de prática tomada pelo governo Lula, bem como pelo governo de sua sucessora, Dilma Rousseff, no sentido de abandonar a política de desapropriação em favor de políticas de regularização fundiária, esta que, ao mesmo tempo em que poderia gerar os benefícios supracitados aos camponeses na condição de posseiros, pode ser também uma faca de dois gumes, uma vez que, estando a terra, ao menos na letra dos regulamentos jurídicos, *regularizada*, nada impede que um latifundiário vizinho pressione o camponês a vender a terra adquirida ou mesmo lance pistoleiros contra este com vistas a expulsá-lo da terra. Visto que, neste contexto, a terra já está *regularizada*, já está atribuída a sua propriedade a alguém que não a União, possivelmente este tipo de ação já não constituirá, do ponto de vista jurídico, grilagem. Além disso, provavelmente este latifundiário não estará, neste contexto, lidando com camponeses organizados e experimentados na luta pela terra, e

sim com camponeses dispersos e portadores de pouca ou nenhuma experiência de luta, ao que se junta a virtual impossibilidade de sua ação de expulsar o camponês da terra vir a ser punida, visto que, pela experiência histórica de nosso país, é possível perceber que as instituições do Estado dificilmente se lançam contra os poderes do latifúndio, dentre eles o de dispor das formas que julgar as mais convenientes no sentido de garantir a consecução de seus interesses contra camponeses pobres ou outros sujeitos sociais que possam lhe fazer frente.

E neste contexto é que podem ser encontrados os méritos da proposta da Revolução Agrária. Nisto, é possível observar que os camponeses entrevistados foram unânimes em apontar esta proposta como a proposta correta para que seja de fato possível a conquista da terra. Ela é uma proposta que leva a uma luta difícil, uma vez que os camponeses, quando a ela se lançam, têm de enfrentar não apenas os aparatos de repressão do Estado, mas também a pistolagem a serviço dos latifundiários aos quais terminam por fazer frente quando resolvem, por conta própria, tomar a terra para si e começar a produzir sobre ela. Mas, ainda que traga estas dificuldades, é uma luta que percebem como frutífera, pois, por mais que tenham de entrar no árduo processo inerente a esta luta, percebem seu resultado quando começam a produzir.

Por meio da adesão à proposta da Revolução Agrária, os camponeses não apenas têm acesso à terra para que possam produzir sua subsistência. Conseguem, estabelecendo um foco sobre a luta, uma série de conquistas para os próprios assentamentos que com suas mãos constroem. Observe-se o seguinte depoimento:

*Se tem uma fazenda ali que é improdutiva, ninguém trabalha nela, só é capoeira, mato... um lugar que tem que ser explorado. Daí o MST acampa ali ao lado, esperando a decisão do governo. Daí fica 10, 20 anos ali acampado e ninguém dá decisão nenhuma. E nós trabalha por conta própria, nós chega e peita mesmo, e abre aquele trem e enfia de esperar. Aí o governo tem que dar o pulo dele! Mandar uma cesta básica, arrumar médico e por aqui pra dentro. Vem médico lá. São tudo é providência deles lá. Tá vendo que o povo precisa. [...] E se nós estivesse acampado lá, ao redor da fazenda? Do lado de fora? Que assistência nós ia ter? Então eu acho que o MST trabalha errado. No meu ponto de vista... agora... por que nós viemos pra cá? Por quê que viemos? Porque aqui, ninguém morava aqui, era só capoeira e cacau abandonado, e não tinha ninguém pra tomar conta. Nós viemos porque a terra era improdutiva, aí o povo entrou e... tá aí! Fez a área produzir! (EDSON LUIS)<sup>29</sup>*

Este depoimento é ilustrativo para a compreensão da realidade da qual estamos

---

29 Homenagem ao estudante Edson Luis, assassinado por tropas da ditadura civil-militar em uma manifestação realizada no restaurante Calabouço, em 1968.



tratando. Ela permite que se observe as representações que surgem nos camponeses quando se trata da luta pela terra, de um modo geral, e quando se trata da comparação da proposta do MST com a da LCP, de um modo mais específico. Mostra a perspectiva de um camponês que vive um processo de estar em luta pela terra e não depender do Estado para que possa conseguir o acesso à terra para organizar sua produção e levar sua vida adiante.

Percebe-se que, ao passo que os camponeses organizam-se no sentido de resolver por si mesmos as questões que lhes dizem respeito, eles conseguem avançar de modo significativo no sentido de desenvolver as forças produtivas necessárias para que possam aprimorar o trato com a terra. Neste sentido, tem-se que, caso haja necessidade de se construir uma estrada dentro da Área, os próprios camponeses tratam de construí-la, iniciando por uma picada em meio ao mato e avançando até que a estrada esteja construída, de acordo com as necessidades e as possibilidades que estejam postas no momento. Se é necessário um ônibus para levar as crianças para a escola, os próprios camponeses tratam de reivindicar junto aos órgãos competentes do Estado estes direitos.

Este é um elemento importante para contrapor a proposta de luta da LCP com a proposta posta pelo MST, mesmo quando do período anterior às medidas repressivas do governo de Fernando Henrique Cardoso. Assim, verifica-se que, de acordo com Carvalho (*ibid.*, pp. 6-7), no governo deste, fora criada uma grande quantidade de assentamentos, o que se entendi aqui, entrando em consonância com o autor, dar-se em virtude da luta que se operava, luta essa que se dava sobretudo por meio de ocupações de terra. Mas, se o período do governo de FHC é o período com o maior número de assentamentos criados quando comparado com o período em que Luiz Inácio Lula da Silva esteve à frente da esfera executiva do Estado brasileiro, Carvalho ressalta que se tratava apenas de números, sendo que, uma vez criados, os assentamentos são, de um modo geral, abandonados à própria sorte.

A política desenvolvida pelo governo FHC, com a “maior reforma agrária existente” foi duramente criticada, pela falta de ações operacionais do governo junto à execução de créditos e infraestrutura nos assentamentos, o que levou a população rural a um agravamento da situação existente, foi um processo quantitativo, de grande número de assentamentos, mas sem as condições necessárias de desenvolvimento, estradas, eletrificação, água, etc.

Entende-se aqui, neste contexto, que a luta pela terra deve se operar de modo que os camponeses ajam tal como aqueles que atuam em conjunto com a LCP, no que se inclui os

camponeses da Área Canaã: tomando para si tudo o que a eles disser respeito. Não esperar pela ação do Estado, mas pressioná-lo para que tome medidas que ajudem a impulsionar a Área. E buscar, na medida de suas possibilidades, caminhar com suas próprias forças, bem como construir as condições de sua manutenção na terra para que assim possam de fato conquistá-la. A ida ao Canaã, no contexto desta pesquisa, permitiu perceber que os próprios camponeses entendem ser este o caminho a ser trilhado para que eles possam conquistar a terra e desenvolver suas forças produtivas.



*Ilustração 5: Na imagem, temos, de um lado, uma patrola, máquina utilizada pelos camponeses com vistas a construção de estradas. No outro, temos uma estrada construída pelos próprios camponeses na Área Canaã. Por meio destas imagens, é possível verificar, de modo concreto, que os camponeses, quando trabalham dentro da perspectiva da Revolução Agrária, trabalham no sentido de fazer por si próprios tudo o que a eles diz respeito, construindo, assim, suas vidas e avançando no sentido de se manter na terra e conquistá-la. A patrola fotografada foi, de acordo com os relatos dos camponeses, alugada para a realização da abertura da estrada, mas terminou apresentando problemas e ficou alojada no lote de um dos camponeses da Área. Autoria das fotografias: Alisson Diôni Gomes. Data das fotografias: março/13 (patrola) e julho/12 (estrada)*

### **3.3.5. Vida e luta pela terra em Canaã**

Feitas as considerações atinentes aos aspectos mais gerais dos camponeses entrevistados, passar-se-á às questões referentes ao próprio processo de construção da Área Canaã e a organização da resistência na terra.

O Canaã possui aproximadamente 12 anos de existência, sendo que os camponeses que nele vivem e trabalham operam dentro da perspectiva da Revolução Agrária. Entretanto, a

luta destes camponeses nem sempre se realizou por esta forma.

A aplicação das diretivas da Revolução Agrária, ou seja, a tomada da terra e a realização do corte popular<sup>30</sup>, data aproximadamente do ano de 2006, sendo que, até então, a Área era apenas um acampamento.

As informações levantadas acerca do período pré-corte popular foram surgindo de modo espontâneo nos depoimentos dos entrevistados, e dão conta de que foi um período de dificuldades, visto que aos mesmos não era possibilitada a tomada da terra, devido ao fato de que a direção até existente era composta por um grupo que, de acordo com as entrevistas, se utilizava do conjunto dos residentes no acampamento para angariar proveitos pessoais

Conforme os relatos, este grupo colocava-se enquanto liderança da área, mas, de um modo geral, não trazia aos camponeses uma perspectiva real de consecução da terra. Entretanto, estando à frente da Associação dos Produtores Rurais do Canaã (ASPROCAN)<sup>31</sup>, eventualmente se dirigiam aos mesmos solicitando contribuições para que pudessem participar de atividades que, de um modo ou de outro, dissessem respeito à área e aos residentes, sem entretanto mostrar resultados concretos destas atividades.

Um aspecto notável deste grupo é o fato de que seus membros costumavam andar armados em meio aos camponeses, de modo que os relatos coletados dão conta de que tal atitude tinha por objetivo intimidar o conjunto dos residentes para que estes ou parte destes não viessem oferecer ao grupo um nível de resistência que pudesse colocar em xeque a sua hegemonia junto ao conjunto dos acampados.

Este grupo atuou de forma hegemônica e com relativa liberdade até o momento em que os camponeses da área começaram a estabelecer contato com a LCP. Ao passo que desenvolveu-se a penetração da linha política da LCP na área, surgiu uma resistência do grupo que até então a dirigia.

*[...] tinha uns companheiros no passado, que falava: “se a Liga entrar, nós vamos sair da associação, porque a Liga atrapalha a associação”. Mas por que a Liga atrapalha a associação? Porque a associação tava usando para usufrutos, só pra embolsar, e quem embolsava era quem pegava o dinheiro, não era o pessoal não*

30 O corte popular é o processo pelo qual os camponeses, trabalhando dentro da perspectiva da Revolução Agrária, realizam, por conta própria, o loteamento da terra e a organização do sorteio que definirá qual será o camponês que ficará com cada porção de terra que for objeto do corte, sendo que, após o corte, cada família trata de começar a organizar sua porção de terra para iniciar sua produção.

31 A ASPROCAN é a associação representativa dos interesses dos camponeses do Canaã. Tem por objetivo organizá-lo em torno de demandas de caráter mais concreto, como a consecução de estradas, ônibus, máquinas e outros bens ou serviços que possam ser prestados pelo Estado.

[...] (GRABOIS)

Esta resistência, entretanto, não foi capaz de frear a penetração da linha da LCP junto aos camponeses, o que os levou então à decisão de tomar a área. Tomada a decisão, os camponeses partiram para a terra e executaram o corte popular.

A partir do caso do Canaã, foi possível perceber que existem ao menos três momentos no processo de construção do que denominaremos aqui como um *assentamento popular*, que é o que constitui atualmente o Canaã.

Este é um termo que estamos cunhando a partir da experiência que foi possível perceber existir no caso do Canaã. Este perfil de organização socioespacial será denominada por esta terminologia em vista dos seguintes fatores: (I) os assentamentos populares não constituem um mero acampamento, uma vez que os camponeses não se encontram aglomerados em um determinado local, e sim dispersos em uma porção de terra relativamente grande, estando cada família alocada em uma porção do conjunto da terra na qual os camponeses encontram-se localizados, possuindo, assim, uma característica não de acampamento, mas sim de assentamento, muito embora o Estado não necessariamente o reconheça oficialmente como tal; (II) a criação dos assentamentos populares não constitui produto de atos do Estado, mas sim da ação organizada dos camponeses, que tomam, por iniciativa própria, a terra e passam a produzir e resistir sobre ela. Este fato torna insuficiente a terminologia *assentamento* na caracterização adequada destes perfis de organização socioespacial camponesa, dado que ela normalmente está associada a assentamentos criados por atos do Estado, tornando-se, assim, necessária uma terminologia que retrate de modo mais exato a realidade da qual se trata quando se trabalha com assentamentos criados e organizados pela ação do próprio campesinato, sendo necessário ainda que esta terminologia não apenas retrate de modo mais exato esta realidade, mas também se diferencie dos assentamentos criados pelo Estado, visto que a criação e organização dos assentamentos populares muitas vezes é marcada por consideráveis lutas e envolve em determinados momentos perdas humanas e materiais aos camponeses que nela estão envolvidos, dado que por diversas vezes estes são vítimas da ação da Polícia e/ou de pistoleiros a serviço do latifundiário com o qual fazem frente quando resolvem tomar por conta própria a terra na qual desejam e precisam trabalhar; e (III) os próprios camponeses entrevistados reconhecem o espaço em que se encontram enquanto um assentamento, sendo, neste contexto, importante tomar em

consideração a perspectiva dos sujeitos da pesquisa.

Os três momentos do processo de construção de um assentamento popular, e, por extensão, da construção do assentamento popular Canaã cuja identificação foi possível são: (I) a tomada e resistência na terra; (II) o relativo estabelecimento na terra; e (III) a conquista efetiva da terra.

### **3.3.5.1. A tomada e a resistência sobre a terra**

O primeiro destes momentos é o que, de longe, apresenta aos camponeses as maiores dificuldades, considerando o conjunto do processo. Nele, estão inseridos um conjunto de atividades que, por um lado, envolvem o ambiente natural circundante e, por outro, as forças conjugadas do Estado e do latifundiário, que buscam agir no sentido de expulsar os camponeses do local.

O ambiente natural se coloca na medida em que é necessário abrir as porções de terra necessárias para que o local de residência e o ambiente de roçado sejam instalados. Neste sentido, é necessário que os camponeses abram o caminho que levará a estes locais.

No caso do Canaã, os depoimentos indicam que a área tomada para a construção do assentamento era constituída, em grande parte, de mata, não havendo estrada que levasse os camponeses aos seus respectivos lotes. Assim, a solução que se colocava era a de se construir picadas que lhes guiassem o caminho. E assim lançaram-se à execução desta tarefa. Conforme novas necessidades vão surgindo, novas picadas são construídas ou amplia-se as já existentes, para que elas possam suportar um tráfego maior ou veículos mais largos. Tudo feito pelas mãos dos próprios camponeses, que organizam-se entre si e juntam o dinheiro necessário ao aluguel de uma patrula para a realização do trabalho necessário à abertura de uma estrada, por exemplo, quando isto se faz necessário. Eventualmente o Estado, por meio das prefeituras dos municípios próximos<sup>32</sup>, realizam trabalhos de manutenção nas estradas, mas, de um modo geral, quem efetivamente realiza estas atividades quando tal se faz necessário são os camponeses. Atualmente o Canaã já possui uma pequena rede viária, composta de estradas de chão, com capacidade de tráfego para pequenos caminhões, tal como o caminhão atualmente utilizado para transportar a produção dos camponeses para as cidades próximas.

---

32 De acordo com os relatos dos camponeses, o assentamento Canaã localiza-se na região de fronteira dos municípios de Ariquemes, Theobroma e Jaru.

Já as relações com o Estado e com o latifúndio e seus pistoleiros envolvem mecanismos bem mais complexos para que seja feito de modo que os camponeses possam de fato conquistar a terra que almejam.

O relacionamento com estes sujeitos sociais é sempre complexo enquanto ainda não foi possível a efetiva conquista da terra. Entretanto, é nesta etapa de tomada e resistência que encontra-se o maior grau de dificuldade aos camponeses que se lançam a esta luta. Tal se dá em virtude do fato de que, quando ocorre a tomada da terra, realiza-se, na prática, uma investida contra uma estrutura já relativamente consolidada, estrutura essa que consiste em um relativo reconhecimento social de que o sujeito que se diz o dono da terra o é, mesmo em casos nos quais a terra é grilada. Neste contexto, para garantir que a terra que diz ser sua – mesmo que não o seja – estará protegida, o latifundiário conta com o apoio do aparato policial do Estado, e, além deste, conta também com a sua *polícia pessoal*, que eventualmente são denominados como seus *seguranças*, mas são conhecidos pelos camponeses por um outro nome, bem característico: *guaxebe*.

O guaxebe, também conhecido como pistoleiro, é um tipo de sujeito que vende ao latifundiário um tipo específico de força de trabalho: a sua capacidade de matar outras pessoas. Ele cumpre, junto a este, a função de *proteger* as terras suas ou que diz ser suas de todo e qualquer outro sujeito social que deseje ocupá-las, sobretudo quando se trata de camponeses pobres.

A pistolagem, entretanto, não cumpre apenas com a função de *proteger* as terras do latifundiário, estas muitas vezes griladas<sup>33</sup>. Comporta-se, na realidade, como uma espécie de milícia armada utilizada também em outras ocasiões, como é o caso de posseiros que estejam trabalhando individualmente em terras que interessam ao latifundiário, sendo que, eventualmente, quando este não consegue induzir o camponês a vender esta terra por meio da conversa, trata de colocar este para conversar com as bocas dos revólveres e espingardas de seus pistoleiros, expulsando estes camponeses da terra que ocupavam.

Este cenário, que pode, à primeira vista, remontar a um filme de faroeste ianque, é uma realidade vivida diuturnamente pelos camponeses pobres ao longo do território brasileiro, sobretudo na região amazônica. Dentre as vítimas da pistolagem encontram-se

---

33 No Brasil, não são poucos os casos de grilagens de terras por parte de latifundiários. Para mais informações, cf. PUHL (2003) e OLIVEIRA (1997). Outro trabalho que pode ser consultado neste sentido é o Livro Branco da Grilagem de Terras (INCRA, 2012).

camponeses, lideranças de movimentos camponeses, indigenistas, missionários que se posicionem em favor de camponeses ou povos indígenas. Enfim, qualquer sujeito que de algum modo se posicione de forma contrária aos interesses do latifúndio e demonstre isso em sua prática social torna-se uma vítima em potencial da pistolagem.

As lideranças de movimentos camponeses são um alvo de especial valor em meio aos sujeitos envolvidos na pistolagem. Em outras ocasiões nas quais foi possível, ao longo da militância da qual resultou este trabalho, trabalhar em conjunto com militantes da LCP, foi possível o acesso a informações de que, em meio à relação existente entre pistoleiros e latifúndio, existe um sistema de recompensas pelo assassinato de lideranças camponesas. Na ocasião, foi possível o acesso à informação de que, pela cabeça de uma liderança em específico, estava, no momento, sendo oferecida a quantia de 35 mil reais.

Embora não haja condições de se investigar de modo mais aprofundado este tipo de relação social ao menos neste momento, devido ao enfoque deste trabalho, este dado permite observar o funcionamento das relações existentes entre camponeses pobres e pistolagem.



*Ilustração 6: Militantes da LCP assassinados por pistoleiros a serviço do latifúndio. Elcio (abaixo, de camisa verde escuro) e Gilson (à direita, vestido de camisa vermelha), quando assassinados, o foram em conjunto, tendo sido submetidos a processos de tortura dotados de requintes de extrema crueldade, o que deixou seus corpos em um estado irreconhecível. Sempre que possível, a LCP presta homenagens aos camponeses mortos na luta pela terra, de modo a tomar as lembranças dos mesmos como uma semente capaz de levar adiante a luta pela terra. Autoria da imagem: Alisson Diôni Gomes. Data: março/13*

Além das difíceis relações que se estabelecem com a pistolagem a serviço do latifúndio, os camponeses terminam enfrentando também o aparato repressivo do Estado: as polícias.

Conforme posto anteriormente, a polícia, de um modo geral, não se atém ao conjunto de tarefas que, a princípio, deveriam cumprir quando se trata da relação com latifundiários. Neste sentido, é possível verificar, em determinados momentos, circunstâncias que indicam a existência de uma relação bem próxima entre agentes policiais e latifúndio, sendo que, desta forma, é possível perceber que em determinados momentos aqueles se tornam uma espécie de agente pessoal de algum latifundiário em específico.

Isto é sentido quotidianamente pelos camponeses em luta pela terra nas diversas ações



tomadas pela polícia. Isto pode ser percebido tanto nas intimidações que são feitas no decorrer do dia a dia a estes como também quando da ocorrência de despejos nas áreas tomadas.

*[...] nós teve grupo de operação pra mandar tirar daqui de dentro que chegou e falou assim: “se vocês forem pro mato, vamo botar cachorro em vocês!”. Eu tenho testemunha disso aí, dentro do Canaã! Eles não ponhou cachorro porque não tiveram capacidade de tirar nós até hoje, mas foi prometido de por cachorro atrás de companheiro: “se vocês se esconder no mato, vamo por cachorro em cima de vocês!”. [...] É mais ou menos assim (GRABOIS)*

O despejo é um momento particularmente dramático para o camponês que se encontra em luta pela terra. Nele, a polícia trata de se utilizar da truculência que lhe é característica quando se trata da repressão a movimentos populares com vistas a expulsar os camponeses da terra em que se encontram. Barracos são derrubados e queimados, criações<sup>34</sup> e instrumentos de trabalho são confiscados, camponeses são agredidos e eventualmente presos, e outras ações são perpetradas por policiais ao longo dos despejos.

*A única sorte que nós tivemos lá dentro [do Canaã] é que não tombou nenhum companheiro lá dentro ainda, foi muita sorte que nós tivemos. De eles terem 8 anos de luta, com fazendeiro, mandando tirar... polícia... já teve companheiro que apanhou da polícia ali dentro, entendeu? Eu não fui não, mas teve companheiro com costela quebrada ali dentro. Então, mandado por quem? Fazendeiro!... é sofrido... E tamos na luta até hoje! [...] Nós tá querendo mais partir pra cima de mais coisa pra tentar melhorar a vida no campo, porque não é fácil não. (GRABOIS).*

Postas estas condições, torna-se necessária aos camponeses a organização com vistas a agir de modo adequado diante da possibilidade de ocorrência de despejo e com a sua efetiva ocorrência, quando esta se dá.

O primeiro aspecto no que se refere à organização em relação a este tipo de circunstância consiste na atenção às movimentações do latifundiário e seus pistoleiros e da polícia, tanto nos arredores da área como em órgãos judiciários nos quais tramitem documentos ou processos referentes à mesma, bem como eventuais notícias plantadas junto à imprensa com vistas a desmoralizar os camponeses diante do conjunto da sociedade, de modo a se apresentar justificativas para uma possível ação violenta da polícia visando a expulsão dos camponeses da terra. Neste contexto, a LCP presta um grande apoio aos camponeses, uma

---

<sup>34</sup> As criações são os animais de pequeno porte que os camponeses criam com vistas ao consumo e eventualmente à venda em momento futuro, dentre os quais encontram-se galinhas, porcos, gansos e outros.

vez que, com a experiência adquirida pelos seus ativistas, colocam à disposição dos residentes na Área uma série de conhecimentos que lhes permitem atuar de modo mais adequado diante dos seus inimigos de classe, e, desta forma, aumentam a probabilidade de vitória e da consequente conquista da terra.

Quando na área, é necessário que os camponeses mantenham forte atenção à atuação do latifundiário e seus pistoleiros e da polícia, uma vez que uma possibilidade existente neste contexto é o despejo sem mandado judicial. Este é um tipo de estratégia utilizada ao menos por parcelas do latifúndio no sentido de expulsar os camponeses da terra de uma forma, por assim dizer, *mais eficiente*. Quando ocorre tal tipo de situação, é possível que ocorra a utilização de guaxebas

Um caso como esse ocorreu em meados de 2008 na região de União Bandeirantes, localizada a aproximadamente 120km de Porto Velho. Nesta ocasião, em que foi possível o acompanhamento direto por parte deste pesquisador, que, em um contexto de atividade de militância, se dirigiu à região para averiguar a situação, havia um acampamento de camponeses sem-terra instalados no local, em uma terra que havia sido grilada por um grande comerciante da capital<sup>35</sup>. Esta grilagem foi efetivamente comprovada pela justiça federal, conforme é possível observar uma nota publicada à época pela LCP de Rondônia e Amazônia Ocidental em conjunto com a Comissão Nacional das Ligas dos Camponeses Pobres (LCP, 2008a). Nestas condições, fora, de acordo com esta nota, emitido um documento de Imissão de Posse para que assim o Incra procedesse ao assentamento dos camponeses.

Ainda que os camponeses dispusessem de todas estas condições, que apontavam para a efetiva conquista da terra, o grileiro que reclamava a terra não hesitou em enviar tropas policiais contra os mesmos, com o apoio de um grupo de pistoleiros que se colocou a seu serviço.

Houve duas ocasiões em que os camponeses sofreram ataques da Polícia e/ou de pistoleiros a serviço do grileiro que reclamava a terra.

Na primeira delas, foi possível a coleta das informações relacionadas à situação diretamente com os camponeses, que encontravam-se no distrito de União Bandeirantes, tendo já passado três semanas da ocorrência. Ela foi realizada em julho de 2008 e, de acordo com os relatos dos camponeses, não houve a utilização de pistoleiros. Entretanto, relatou-se

---

35 Embora tenhamos a informação do nome do sujeito, não será feita referência a ele neste trabalho. Para eventual necessidade de verificação, cf. LCP (2008a).

que cerca de 15 viaturas se deslocaram até o acampamento Nova Conquista – alvo da ação – com vistas a despejar os camponeses lá residentes. Ao perceberem a iminência do despejo, estes trataram de se esconder na mata próxima, e foram obrigados a se colocar na condição de meros expectadores enquanto os agentes policiais derrubavam e queimavam seus barracos. Após a queima destes, os policiais presentes na operação trataram de recolher tudo o que havia sobrado dos pertences dos camponeses, no que se inclui panelas, alimentos, bicicletas e mesmo cães que os camponeses criavam, do que lhes resultou um prejuízo de aproximadamente 1500 reais.

A segunda ocasião ocorreu ao dia 09 de setembro deste mesmo ano. Vale a pena reproduzir parte da nota então publicada pela LCP e pela Comissão Nacional das Ligas de Camponeses Pobres, uma vez que ela retrata bem os fatos ocorridos:

No dia 9 de setembro de 2008 por volta das 14:30 hs as mais de 30 famílias do acampamento Nova Conquista (Fazenda Mutum) em União Bandeirantes foram violentamente atacadas por policiais e bandos de pistoleiros. Cerca de 30 policiais militares de União Bandeirantes, Jaci-Paraná e Porto Velho, chegaram ao acampamento disparando tiros contra os acampados. As famílias haviam retomado a área na madrugada de segunda-feira, dia 8 de setembro.

Durante a operação os policiais gritavam que estavam dispostos a matar, pois ali todos eram vagabundos.

Os camponeses foram rendidos, obrigados a sentar no chão com armas apontadas para a cabeça. Um dos policiais começou a tirar fotos de todos e os que resistiam eram espancados com tapas no ouvido e empurrões. **Um dos acampados perguntou aos policiais se tinham ordens para agirem daquela forma, e eles responderam dizendo que “faziam do jeito deles e todos que estavam ali eram bandidos”, disseram que o governo do estado estava pagando para que vigiassem aquela fazenda** (grifo nosso).

[...] Os policiais não satisfeitos em humilhar e espancar homens e mulheres, tomaram foices, facões, enxadadas, cavadeiras, entraram nos barracos despejando as roupas no chão, chutando os pertences, lançando alimentos ao chão e quebrando utensílios de cozinha. Chamavam os camponeses de porcos. Roubaram ainda remédios, livros, roupas, receitas, bolsas, máquina fotográfica, uma moto, uma motosserra e até bíblia.

Os camponeses foram bastante humilhados com palavrões, principalmente após terem sido levados algemados ao camburão, **policiais ameaçavam o tempo todo dizendo que eles iriam para o inferno** (grifo nosso). Ao todo foram presos sete companheiros e três companheiras. Um dos camponeses que resistiu às humilhações foi agredido, caiu de cara no chão ficando com a boca e o nariz sangrando.

Após terem realizado a ação truculenta, os policiais levaram os camponeses para a sede da fazenda Mutum onde foram torturados diante das companheiras por horas. Só depois (homens e mulheres) foram levados para Porto Velho no presídio Urso Branco.

Os camponeses foram ilegal e covardemente atacados para que os policiais reintegrassem na posse do latifúndio o grileiro que reclamava a área. Uma decisão da justiça federal comprovou que a terra é pública, e que quem não poderia de forma nenhuma reclamar ou utilizar as terras era o latifundiário [...]. A justiça federal deu imissão de posse para o Incra! Os camponeses foram atacados pelos guaxebas e pela polícia (grifo do original).

[...] Sabemos que os camponeses presos estão sendo barbaramente torturados para que a polícia continue seu “minucioso trabalho de inteligência” regado a choque elétrico e afogamentos.

[...] Segundo nota divulgada pelo NAP – Núcleo dos Advogados do Povo – é gravíssima a situação carcerária dos presos:

- 6 camponeses estão detidos no Urso Branco<sup>36</sup> em Porto Velho e destes 4 tiveram as cabeças raspadas para humilhá-los (uma das formas de tortura – na verdade tortura visível, mas sabemos que todo tipo de tortura podem estar sendo praticadas e as vítimas não falam, inclusive pelas ameaças que sofrem);
- As 3 mulheres (camponesas) estão detidas em uma prisão ao lado do URSO BRANCO. Destas, a Valéria amamenta um bebê de 8 meses;
- 1 camponês está detido no Hospital Público João Paulo II – algemado nas mãos e nos pés. Este camponês é GEROLINO NOGUEIRA DE SOUZA, em nome do qual foram feitos pedidos de liberdade. Já havia sido ajuizado Habeas Corpus anterior à sua prisão e agora está proposadamente sofrendo torturas e humilhações. Desde que chegou ao hospital (9 de setembro) tem ficado só sentado e acorrentado. Não havia até esta data recebido visitas de quem quer que seja, apenas na presente data;
- Todos os camponeses estão sendo humilhados em razão de serem camponeses, as mulheres estão dormindo sentadas por falta de espaço (LCP, 2008a).

A nota é relativamente longa, mas esclarecedora em seu conteúdo. Nela é possível observar, de modo prático, o tipo de relação existente entre latifúndio, polícia (ou ao menos parte dela) e pistolagem, e ao mesmo tempo permite verificar o tipo de tratamento que é dado aos camponeses em circunstâncias tais como essa.

Um elemento que é importante destacar é o fato de que o latifundiário, na ocasião ora relatada, tinha um prazo de 09 dias para retirar-se da terra (A NOVA DEMOCRACIA, 2008), o que não lhe impediu, entretanto, de articular a ação relatada na nota publicada pela LCP e pela Comissão Nacional das Ligas de Camponeses Pobres. Uma informação coletada junto aos camponeses à época dá conta de que, em pagamento pela expulsão dos camponeses da área, o latifundiário que reclamava a área, em conjunto com o chefe dos pistoleiros que

---

36 “Urso Branco” é um nome comumente dado à Penitenciária Estadual José Mario Alves da Silva, internacionalmente conhecida por episódios de violações aos Direitos Humanos em seu interior. Diga-se de passagem, a alcunha “masmorra” não seria inadequada para caracterizá-la.

participaram a *operação*, repassara ao sargento de Jaci-Paraná aproximadamente 450 alqueires de terras (PAULA, 2008a).

Outro aspecto cujo destaque é importante é o que se refere ao tipo de tratamento dado aos camponeses na ocasião, digno das mais veementes demonstrações de revolta. Um caso especificamente revoltante é o do Sr. Gerolino Nogueira, com o qual o pesquisador teve a oportunidade de estabelecer contato à época. O Sr. Gerolino possuía, à época, 56 anos de idade, fato esse que não impediu que o mesmo fosse submetido a diversos tipos de torturas e tratamentos degradantes, podendo-se dizer, sem exageros, que fora submetido a um verdadeiro calvário à época.

Este camponês, foi, logo após preso, submetido a seções de tortura, tendo sido, então, internado no hospital João Paulo II, em Porto Velho, hospital esse conhecido pelas condições insalubres às quais são submetidos os seus pacientes. Além disso, foi submetido a condições altamente degradantes, em um momento no qual encontrava-se com a saúde debilitada, apresentando um grave quadro de pneumonia, hepatite, erisipela e anemia profunda, além de ter negado o seu direito de receber visitas no hospital (*ibid.*). “somente após a Liga dos Camponeses Pobres, apoiadores e órgãos democráticos de imprensa repercutirem nacionalmente a denúncia sobre as torturas e maus-tratos, Gerolino foi retirado da cadeira, porém permaneceu acorrentado em uma cama” (*op. cit.*). O camponês foi mantido neste hospital, nestas condições, por 7 dias, e após isso foi levado para a penitenciária estadual Urso Branco, na qual foi mantido por 37 dias. Ainda que lhe tenha sido concedida liberdade provisória ao dia 26 de setembro, o sr. Gerolino ainda teve de passar aproximadamente mais um mês na penitenciária, sendo de fato liberado apenas ao dia 23 de outubro. Ainda que liberto do *cárcere público*, passou a ser mantido em uma espécie de cárcere privado, por parte de agentes da Polícia Federal e da então responsável pela Ouvidoria Agrária Nacional em Rondônia, ocasião na qual fora interrogado e inclusive tentativas de cooptação lhe foram dirigidas, ao passo que em determinado momento lhe fora oferecido um lote em outra área de terra caso cooperasse com o procedimento que estava sendo realizado (LCP, 2008b). Após ser mantido por aproximadamente 3 semanas nestas condições, o sr. Gerolino foi liberto, quando então foi enviado, por militantes e apoiadores da LCP, para outra região do país para tratar de sua saúde, já debilitada em virtude das condições às quais foi submetido.



*Ilustração 7: O sr. Gerolino em dois momentos de sua vida. Na primeira imagem, faz uma fala em um evento cuja identificação não foi possível. Na segunda imagem, faz uma saudação, em meio ao Encontro de Delegados da LCP, evento realizado em 2008 no município de Vale do Anari e que teve por objetivo organizar os preparativos para o 5º Congresso da LCP de Rondônia e Amazônia Ocidental, este realizado entre os dias 22 e 23 de agosto de 2008 e no qual o pesquisador teve a oportunidade de se fazer presente. Imagem construída pelo autor. Fontes das imagens componentes: (PAULA, 2008: 2000).*

Este caso, que buscamos expor em detalhe com vistas a localizar adequadamente o leitor, demonstra a importância da manutenção de um alto nível de atenção por parte dos camponeses quando estes se encontram no primeiro momento da luta por uma determinada porção de terra. Conforme foi possível demonstrar, as ações de despejo nem sempre ocorrem tendo por base um mandado judicial, sendo, nestes casos, levados a cabo por policiais – por vezes em conjunto com pistoleiros – a serviço direto do latifúndio.

Um segundo aspecto da organização em vista da possibilidade de situações despejo é a atenção em relação a eventuais mandados judiciais neste sentido em áreas nas quais camponeses estejam em luta pela terra. Neste sentido, a tarefa essencial que se coloca é a de se observar sistematicamente a tramitação de documentos ou processos judiciais que digam respeito a estas áreas.

O terceiro aspecto, que é de suma importância, refere-se à questão da luta ideológica.

Neste sentido, o que se coloca são tarefas que permitam fazer ecoar a posição da LCP em relação à luta dos camponeses junto ao conjunto da sociedade, por meio da divulgação de informações que lhes digam respeito, ao mesmo tempo que é necessário defender-se de acusações provindas de determinados setores dos veículos de comunicação de massa que visam desmoralizar a LCP, de um modo geral, e os camponeses em luta direta pela terra, de um modo mais específico, visando, além disto, justificar eventuais ações violentas das forças repressivas do Estado e/ou de pistoleiros a serviço do latifúndio.

A LCP, assim como estes camponeses, ao passo que se lançam à luta pela terra, avançam sobre uma estrutura historicamente consolidada no país e responsável em considerável parte pelo atraso social que lhe permeia, estrutura esta materializada no monopólio de classe sobre a terra por parte da classe dos grandes proprietários territoriais, sendo que, no caso específico da região amazônica, em considerável parte isto se dá por meio de processos de grilagem de terras (OLIVEIRA, 1991b; 1997).

Esta classe, ao mesmo tempo que possui um grande poder econômico e político, possui, também, em sua propriedade ou em propriedade de sujeitos próximos, grandes veículos de comunicação de massa por meio dos quais transmitem informações – verdadeiras ou não – que venham a lhe interessar.

Principalmente entre os anos de 2006 e 2008, foram veiculadas notícias em diversos jornais visando este trabalho de desmoralização da LCP e dos camponeses que atuam junto a ela, por meio da criminalização. Uma delas, veiculada por um jornal local denominado *Folha de Rondônia* – um jornal vinculado a latifundiários da região –, veiculou uma notícia com uma manchete nada convencional, dizendo que a “LCP aterroriza em Jacinópolis” e que a “LCP dita leis em Rondônia”. Em notícia publicada em 2007 (RESISTÊNCIA CAMPONESA, 2007), o jornal Resistência Camponesa, que costuma noticiar fatos referentes à luta pela terra, registrou que a LCP enviou ao jornal Folha de Rondônia notas exigindo retratação e direito de resposta, não sendo atendida em sua demanda. Ao mesmo tempo, preocupações surgiram em integrantes do movimento no sentido de que novos ataques viessem a ser realizados aos camponeses, o que veio a se confirmar na madrugada do dia 21 de março daquele ano. Vale a pena mais uma vez reproduzir trechos da nota, que permitem auferir uma realidade diferente daquela noticiada no jornal Folha de Rondônia.

### **Ataques covardes da polícia e do latifúndio**

As previsões se confirmaram na madrugada do dia 21 de março quando uma operação conjunta da polícia militar e civil promoveu o terror entre a população de Jacinópolis, mais de 200 pessoas foram revistadas e humilhadas, vários tiveram suas casas invadidas e reviradas. Participaram ao todo mais de 85 soldados armados com fuzis, metralhadoras e bombas de gás.

O administrador do distrito, Valberto conhecido como “Chapéu” é antigo morador, homem que se dedica a ajudar e dar assistência ao povo, foi humilhado e denegrido pelas forças policiais, teve sua casa invadida e derrubada no chão, pisaram seu pescoço e o algemaram. Os policiais chamaram-no de bandido e perguntaram onde estavam as drogas, assustando suas crianças e sua esposa. Como ele é trabalhador, nada foi encontrado. Mas foi grande a humilhação e constrangimento de sua família e dos moradores que são seus amigos. Valberto ficou algemado por mais de cinco horas sofrendo torturas psicológicas.

Na mesma madrugada os policiais seguiram para o sítio de Sebastião Francisco Sales e derrubaram a porta de sua casa a ponta pés. Sebastião foi algemado, chamado de folgado e bandido na frente de sua esposa e filho, reviraram os objetos da casa. Sebastião que toda sua vida foi evangélico respondia: “Deus sabe que não sou o que estão me acusando e vou provar”. Nada foi encontrado.

Prenderam seu irmão Alceli, dizendo que “é irmão dele, também é bandido”, foi algemado na frente da sua esposa e dos três filhos que ao verem o pai choraram muito e pediram para soltá-lo. Alceli pediu que não fizessem isso, que nunca tinha sido preso, “considere o meu filho como filho seu e se coloque no meu lugar”. O policial falou: “você me respeita bandido, que o meu filho não é igual filho de bandido. Você mora num lugar deste porque é bandido”. Assim o policial respondeu o pai de família, mostrando desconsiderar todo morador desta região.

Ao chegarem ao sítio de Derci [uma liderança da área], ele estava tomando seu café para ir buscar vacas para tirar leite, ele entrega leite na cidade, é muito conhecido e certo em seus negócios. Os policiais gritaram: “parado aí bandido!” Ele não reagiu, foi algemado, derrubado no chão, quando arrancaram sua roupa e começaram a espancá-lo na frente de sua criança e sua irmã. Perguntaram sobre armas e drogas e quanto mais ele dizia que não sabia, mais apanhava. Foi arrastado mais de 30 metros pelo chão até o rio, sofreu mais de vinte afogamentos na água e com saco plástico, teve as costelas fraturadas, a perna desconjuntada na altura do joelho, colocaram uma pistola dentro da sua boca, policiais pisaram e pularam em cima dele, jogaram solvente nas suas costas e continuaram torturando-o durante horas.

**Nenhuma destas ações possuía mandado judicial ou mesmo qualquer acusação contra os camponeses** (grifo nosso). A polícia ainda esteve no acampamento José e Nélio que fica na linha 3 dentro da fazenda Condor e ameaçou os camponeses que se mantiveram firmes. Todas as pessoas atacadas em Jacinópolis são trabalhadores, conhecidos por todos e que moram na região há muito tempo. Nenhum deles é bandido.

Os três irmãos foram levados para Buritis, a polícia tentou impedir que o advogado visitasse seus clientes. Derci estava bastante machucado pelas torturas e espancamentos que sofreu, só foi liberado no dia 29, até hoje não pôde ir ao hospital tratar as lesões, pois está sofrendo ameaças de policiais de Buritis e pistoleiros. Durante sua prisão Derci afirmou que dois pistoleiros entraram na delegacia de madrugada com a conivência dos policiais de plantão. Esta é uma prática comum da PM de Rondônia quando da prisão de lideranças camponesas: deixar que pistoleiros reconheçam os presos para depois assassiná-los.



Derci foi processado e a polícia continua a agir impunemente na região. Durante toda a operação três encapuzados vestidos com o uniforme da PM foram vistos pelos moradores, sendo que algumas pessoas reconheceram os policiais civis Zé Maria de Buritis e “Pé de Ferro” de Campo Novo como dois deles. O interessante é que o ano passado o delegado Claudionor da polícia civil de Buritis declarou em audiência com a Ouvidoria Agrária que: “quem usa capuz é bandido”.

Na última semana de abril policiais civis que fazem blitz nas estradas da região pararam um camponês e sua mãe na linha 2. Após a abordagem a mãe foi levada ao ponto de ônibus enquanto o filho foi conduzido de viatura até Buritis. Ele foi encapuzado e espancado pelos policiais por cerca de 35 km, fizeram interrogatórios querendo saber quem são as lideranças da LCP. **Os policiais afirmaram que estavam agindo fora da lei e que ele teve sorte, pois se fosse o Zé Maria que o tivesse pego, estaria morto. Ameaçaram o companheiro de morte, caso denunciasse as agressões** (grifo nosso). Este camponês estava retornando de Buritis onde já havia se apresentado ao delegado Claudionor, mas os policiais não levaram em conta este fato.

Segundo dizem os camponeses, Zé Maria, policial civil de Buritis, é o principal organizador dos grupos de extermínio que atuam na região, também conhecido por roubar terras de trabalhadores, expulsando famílias de camponeses de seus lotes. Foi assim que ele conseguiu as terras na linha 6 e na BR 421 (RESISTÊNCIA CAMPONESA, 2007).

Ainda que longo, entende-se aqui ser importante a transcrição do trecho supra com o nível de detalhe que fora noticiado pelo jornal Resistência Camponesa, uma vez que ele permite verificar o nível de compromisso existente entre polícia e latifúndio, considerando-se o efetivo de policiais enviado à região na época, sem qualquer mandado judicial que lhe desse causa. Aqui, torna-se possível adentrar em um ponto essencial desta questão: a ação ser precedida por uma campanha de difamação orquestrada por setores dos veículos de comunicação de massa vinculados ao latifúndio.

Martins (2009) permite verificar uma circunstância bastante semelhante quando da ocorrência do episódio do *Massacre de Corumbiara*. Observe-se o que o autor apresenta a respeito:

Conforme a Comissão Pastoral da Terra (CPT) a ocupação foi organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Corumbiara em 14 de julho e apenas cinco dias depois houve uma primeira ação envolvendo 40 policiais militares com o objetivo de fazer cumprir um mandado judicial de reintegração de posse ao fazendeiro. A ordem judicial foi expedida pelo Juiz Substituto Roberto Gil de Oliveira, da Comarca de Colorado d'Oeste em 18 de julho. A reintegração de posse não foi cumprida porque os camponeses reagiram ao despejo das famílias e um camponês foi baleado pela PM. Os jornais locais noticiavam que o INCRA esperava um relatório sobre a ocupação para começar a agir e que a CPT desconhecia a situação atual da fazenda Santa Elina.

Com a tentativa de despejo frustrada, a mobilização dos latifundiários tornou-se intensa, inclusive na imprensa, para que a reintegração de posse fosse cumprida. Segundo o Jornal O Estado de São Paulo de 29/07/1995 o pecuarista Hélio Pereira de Moraes esperava providências do Governo. Da mesma forma em 04/08/95 o jornal Alto Madeira noticiava que o presidente da Sociedade Rural de Rondônia, Roberto Rodrigues, solicitava do governador Valdir Raupp providências para que a ordem judicial fosse cumprida. Segundo a matéria jornalística o ruralista afirmava que “Cumprir a ordem judicial é dever imperativo constitucional” (CPT, 1998).

Destaca-se uma incomum movimentação por parte da imprensa nacional e local sobre a situação da ocupação na fazenda Santa Elina. Todos os jornais locais e jornais de circulação nacional como o *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo* divulgaram constantemente que a ordem de despejo ainda não havia sido cumprida e havia toda uma pressão das organizações dos latifundiários e do Estado para o cumprimento judicial. Da parte dos ocupantes não se havia qualquer notícia sobre sua estratégia, organização e a que grupo se vinculava, com a exceção do apoio dado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corumbiara. O Jornal *Alto Madeira* de 09 de agosto de 1995 noticiava que a CPT de Rondônia ainda não havia definido o apoio aos ocupantes da fazenda Santa Elina porque essa ocupação era liderada por sem terras expulsos do MST, além da informação que mais policiais chegavam à região e a de um suposto acordo para que as famílias no dia seguinte se retirassem do local. A matéria, escrita no dia 08 foi publicada no dia 09, data que a polícia iniciou a desocupação da área, por volta das 04 horas da manhã e que resultou no conflito (CPT, 1998).

Muito embora em cada um destes contextos as notícias, em seu conjunto, tenham sido veiculados em tonalidades bem distintas uns dos outros – uma apresentando latifundiários cobrando providências do governo em relação à garantia do seu direito de propriedade e outra falando do *terror* que a LCP estaria causando em Jacinópolis –, os mesmos expressam um princípio comum: o fato de que existe uma tendência no sentido de que ações violentas perpetradas contra camponeses em luta pela terra sejam precedidas por considerável atividade propagandística contra os mesmos.

O auge da atividade de difamação dirigida contra a LCP e os camponeses que atuam em conjunto com ela se dá no ano de 2008, quando a revista IstoÉ, de circulação nacional, publica um conjunto de três reportagens nas quais trata de operar um peculiar processo de criminalização contra os camponeses e o movimento, ao passo que acusa a LCP de se constituir em um movimento guerrilheiro. Devido ao fato de este não constituir o aspecto central que conduz este trabalho, não vamos entrar em detalhes referentes a este caso em específico.

No contexto da luta de classes, de um modo geral, e da luta pela terra, em um caráter mais específico, é necessário divulgar informações que digam respeito ao movimento ao conjunto da sociedade circundante, sejam elas denúncias, informações de comemorações, de

ações do movimento, e outras; ao mesmo tempo, é necessário dar respostas às parcelas da imprensa que se colocam – de forma aberta ou velada – a serviço do latifúndio, realizando as denúncias correspondentes. Juntado a isso, é necessário travar luta contra os bloqueios de informação que eventualmente são realizados.

No caso do Canaã, ocorre uma situação concreta que é emblemática no sentido de ilustrar este princípio. Assim, tem-se que, quando da ameaça de despejo em 2012, foi realizada uma ampla campanha de denúncia contra este despejo que se buscava operar contra os camponeses na área, sendo que, na ocasião, estes já se encontravam fortemente enraizados sobre a terra, e, tal como já foi possível apresentar, já possuem uma rede viária no interior da Área e um sistema de transporte de sua produção para a cidade, sendo que este transporte é realizado – de acordo com as informações levantadas em campo – por três dos camponeses da área, e, neste contexto, coletivamente os camponeses se organizam para que a produção seja levada até a cidade para ser comercializada.

No contexto desta ameaça de despejo, realizou-se uma ampla campanha de propaganda da situação posta e de solidariedade aos camponeses, e, nesta ocasião, realizou-se o bloqueio da ponte em Jaru. E foi exatamente graças a este trabalho que tornou-se possível sustar o despejo que vinha sendo organizado, e, conseqüentemente, tornou-se possível que as forças de repressão do Estado pudessem se desmobilizar e, ao menos naquele momento, não realizar a ação, visto que, dadas as circunstâncias postas e o apoio que os camponeses estavam recebendo, uma ação neste sentido poderia trazer conseqüências políticas negativas tanto à polícia como ao Governo do Estado de Rondônia como um todo.

Quando da ocorrência do despejo, aos camponeses não resta muita alternativa a não ser se esconder em meio à mata. Desta forma, quando eles percebem que o despejo será de fato realizado, tratam de organizar seus pertences – ou ao menos os mais necessários – e levá-los para a mata próxima, de modo que as agentes da polícia não possam encontrá-lo. Neste contexto, é interessante observar o que foi relatado por um dos camponeses entrevistados ao longo da pesquisa:

*Eu nunca enfrentei [despejo] não. Mas que eu fiz de barraco no mato. Já puxei porco, galinha, coisa de dentro de casa, o que comer, colchão, coberta, tudo, e já foi amoitado no mato, esperando vir, porque só mandavam aviso de que iam vir; iam vir... e nós se prevenia. Fazia nossa chocinha no mato, e ficava entocado lá, igual lobisomem. Mas graças a Deus, nunca veio porque nós já lutemo muito né... (JOSUÉ).*

Há casos em que os camponeses desenvolvem mecanismos de defesa contra as forças policiais que buscam despejá-los, tal como ocorreu, de acordo com um dos camponeses entrevistados, na Área Revolucionária Raio de Sol, em que os camponeses, na ocasião, percebendo que de fato a polícia viria despejá-los, trataram de derrubar a ponte que dá acesso à Área, de modo a dificultar o acesso a ela.

Um outro aspecto de grande importância da resistência às investidas policiais é a solidariedade entre os camponeses residentes em Áreas distintas e próximas. Neste sentido, observa-se que, ao passo que se verifica a movimentação policial em torno das áreas e os camponeses percebem que se trata de uma tentativa de despejo, tratam de fazer a informação se propagar aos demais camponeses, de modo que estes possam se organizar com vistas a evitar que as forças policiais lhes alcancem. No caso do Canaã, torna-se possível visualizar que, dado o fato de o local já possuir uma característica de assentamento, é mais difícil a realização das investidas policiais exatamente em virtude desta solidariedade existente entre os camponeses, juntada ao fato de que os mesmos encontram-se relativamente dispersos ao longo do local.

*Eu acho... é o lado mais prático de você ter uma resistência com mais cabível, mais segura, do que você tem ali uma represa, vamo fazer uma hipótese, igual você tá me falando, se você tem uma represa que tem mil, dois mil peixes tambaqui ali dentro, [...] você passa um arrastão, você pega tudo o que você quiser! Se os companheiro tá, que nem nós tamos na área, com 160 famílias, cada 150 metros tem uma família socada naquele mundão de lote ali, cada qual tem sua casinha, trabalhando... como é que a polícia vai chegar pra tirar esse povo? Vai pegar você aqui, eu tô lá no final... como é que vai fazer pra me achar lá? Se daqui lá é dez quilômetros na extensão do assentamento lá, porque nós tamos numa área de lá, tudo pela Liga dos Camponeses, já tá com mais de 16 quilômetros, uma área assim, toda a vida, foi tudo tocado pelo movimento. Quando acontece algo aqui, na área Raio de Sol, o pessoal do Canaã tá todo mundo unido, tá todo mundo sabendo o que tá se passando nas duas áreas, o que o pessoal faz? Quando a polícia chegasse nesse lado aqui, quando a polícia chegasse lá já não tem como passar pelo outro lado, que nós já tava caçando um meio de atraparlar o meio de eles entrarem. [...] Eu acho muito importante, o trabalho é assim mesmo que faz, deu muito certo, é o lado mais prático que tem até hoje (GRABOIS).*

Quando o despejo é realizado, os camponeses se protegem eu meio à mata, se escondendo, com vistas a evitar que os executores do despejo lhes encontrem e eventualmente os prendam ou lhes submetam a tratamentos humilhantes ou degradantes. Em determinadas ocasiões, tratam de organizar um acampamento nas proximidades, de modo que possam se

manter juntos e organizados. Neste momento, se inicia a organização com vistas à retomada da área.

A retomada é um processo também de grande importância no contexto da resistência sobre a terra. Ela é a mostra de que os camponeses estão dispostos a lutar pela terra que desejam e da qual precisam para trabalhar, ao mesmo tempo em que é uma necessidade posta a eles para que possam chegar à conquista da terra pela qual se encontram em luta. Até que se conquiste efetivamente a terra, é necessário um certo ciclo – longo, por vezes – de tomadas, despejos e retomadas da terra (MARTINS, 2009; PUHL, 2003).

Ao mesmo tempo, a retomada é um tipo de processo que deve ser realizado com grande cuidado, uma vez que, por vezes, o latifundiário, após o despejo dos camponeses da terra, utiliza-se dos serviços de pistoleiros para evitar que haja o retorno à área. Uma ocasião neste sentido pode ser observada no caso do acampamento Conquista da União, localizado na região do município de Campo Novo de Rondônia. Na ocasião, tendo sido efetuada a expulsão das famílias de camponeses por parte dos pistoleiros naquele momento a serviço de uma família de latifundiários da região<sup>37</sup>, estes pistoleiros ficaram responsáveis por evitar que qualquer outra pessoa adentrasse na terra da qual os camponeses haviam sido expulsos. Em certo momento, uma parte destes dirigiu-se ao acampamento com vistas a recuperar motocicletas suas, mas foram recebidos a bala por estes mesmos pistoleiros. É de se observar que, neste caso, os camponeses nem possuíam a intenção de retomar a terra, mas simplesmente recuperar um pertence seu, e ainda assim a pistolagem respondeu o ato dos camponeses com as *doces palavras* de suas armas. A situação naquele contexto ficou de tal forma configurada que mesmo uma equipe de TV que se dirigira à área para investigar o caso foi recebida a bala pelos pistoleiros (PAULA & ASSIS, 2008).

No caso do Canaã, foi relatado pelos entrevistados que o uso de pistoleiros por parte do latifundiário contra o qual se encontram em luta é relativamente pouco intensa, mas ainda assim é necessário haver atenção em relação à atuação dos mesmos, uma vez que ela implica riscos, riscos esses em torno dos quais os residentes do Canaã têm de se organizar e preparar.

O depoimento abaixo permite verificar de modo concreto o ambiente que envolve os despejos e o processo de retomada da terra:

*O primeiro despejo que teve lá dentro. O primeiro... teve dois despejos lá dentro [na*

---

37 Para mais informações, verificar o Jornal Resistência Camponesa (2008<sup>a</sup>).

*Área Canaã!* Eu tava na área, porque você fica na área assim, às vezes... igual a gente tá na área, né... aí às vezes você tira... 15 dias, 20 dias pra você sair fora pra trabalhar, pra manter um... pra pegar um dinheiro pra se manter, trabalhar às vezes ali dentro, quando pensar que não... já cansou levaram... levaram minhas ferramentas tudo, sumiram com tudo... tralha... [...] sumiram com tudo! O que acontece aí, despejo, às vezes pega você não tá lá no dia, mas... só juntamente despejado foi duas vezes junto com o pessoal, entendeu? [...] Jogando aqui... levaram uma vez ali pra Nova Olinda, levaram pra Ariqueemes. De Ariqueemes, voltamos pro Jarú aqui, do Jarú fumo pra beira da estrada, ficamos na beira da estrada um ano e dois meses com pistoleiro ali colado, segurando nós pra não encher aquela área, e nós passemos [...].

[Nos momentos de retomada], dá um pouco de cisma, tem companheiro que fica mais com medo, outros já vai com gosto, “se você encarar, eu vou junto com você... não é possível...”. Um ajuda o outro. A sua capacidade de pessoa faz com que aquele que não tem medo, de maneira alguma que tem muito medo, “ó, um dia eu vou com vocês, mas pelo amor de Deus, chega na frente, chega na frente”, [...] mas não entra com a intenção de brigar. E sim de encarar. Você vê que nas entradas novamente nas áreas, não entra com uma arma de fogo, não tem arma de fogo. Entra com facão, foice, enxada, é isso com que o pessoal entra. Se for o caso de brigar, topar pistoleiro, eles encontra na mão dos camponeses simplesmente ferramenta de trabalho. Não acha carabina, não acha revólver... porque é uma briga que ela leva, primeiramente, pro lado dos camponeses, da Liga dos Camponeses, entra primeiramente, como... combativo, né... nós não quer briga, nós não quer sangue, nós quer só que o pessoal viva na terra e trabalhe. Porque, não adianta matar 10, 15 pessoas e acabar perdendo uma área, perdendo tudo [...] (GRABOIS).

Um aspecto que cabe destacar no contexto deste depoimento é o fato de que as *armas* utilizadas pelos camponeses são suas próprias ferramentas de trabalho: enxadas, foices, terçados, dentre outras. Seu objetivo fundamental é a conquista da terra para que nela possam trabalhar.

A luta pela terra fundada no princípio da Revolução Agrária, conforme apontado em outro momento, possui um grande diferencial no que tange à forma pela qual o camponês poderá ter acesso à terra. Neste contexto, os camponeses, em vez de aguardarem pela *reforma agrária* provinda do Estado – que, de um modo geral, nunca lhes alcança – tratam de, eles próprios, lançarem-se à terra, cortá-la, distribuir os lotes e iniciarem a produção nestas terras.

Este é o primeiro momento em que já se pode observar um elemento fundamental de transformação social levada a cabo pelos camponeses. Isto será expresso pelo próprio fato de que estes já efetuaram consideráveis transformações na porção de espaço geográfico que lhes circunda, uma vez que a terra que um dia fora mato ou pasto será transformada em plantações, e o próprio perfil de ocupação da terra será transformado, na medida em que a terra que um dia foi, se muito, ocupada por bois, será agora ocupada por camponeses e suas criações, bem como por suas plantações.



*Ilustração 8: Detalhe da fotografia de um painel exposto na sede da LCP, em Jaru. Nela, é de se observar a gravura, de Carlos Latuff, na parte inferior do detalhe, em que se retrata um camponês empunhando uma arma que, ao invés de possuir um cano, possui a lâmina de uma enxada, a verdadeira arma utilizada pelos camponeses em luta pela terra, em contraste às armas de seus inimigos, estas sim, portadoras de um cano que muitas vezes é posto para “conversar” com camponeses pobres. Observe-se também a gravura, logo ao lado, retratando a jornada de um estudante camponês se dirigindo à escola, e tendo, neste contexto, de ficar atento à onça que, em meio à moite, lhe espreita em busca de uma oportunidade para atacar. Em 2009, Latuff realizou visitas às Áreas Canaã e Raio de Sol, bem como o distrito de Jacinópolis, ocasião na qual teve a oportunidade de conviver com os camponeses e, neste contexto, declarou que estes merecem, com todo o mérito, ser chamados de “Os palestinos da Amazônia”, fazendo referência às condições de luta desigual que cada um destes sujeitos sócio-históricos enfrenta contra seus respectivos inimigos.*

### **3.3.5.2. Produzindo e transformando o espaço circundante: o momento do relativo estabelecimento sobre a terra**





*Ilustração 9: Imagens de Feiras da Revolução Agrária, organizadas pela Liga dos Camponeses Pobres do Nordeste. As Feiras da Revolução Agrária são uma experiência praticada nesta região e constituem uma excelente oportunidade para que os camponeses possam mostrar suas lutas aos trabalhadores da cidade, de modo que estes possam compreender, na prática, a luta pela terra fundada na proposta da Revolução Agrária e, assim, se possa ter criada uma oportunidade para que venham a apoiá-la. Imagem construída pelo autor. Fontes das imagens componentes: (LCP, 2009; 2010)*



consolidando – ao mesmo tempo em que estes conseguem, com sucesso, enfrentar as dificuldades do período de tomada e resistência na terra – estes vão se enraizando sobre a terra, e, ao mesmo tempo, os frutos de suas plantações começam a florescer, o que permitirá ao camponês individual produzir sua própria alimentação, e, em certo momento, produzir um excedente, que poderá ser convertido em valor de troca e levado à cidade, e, assim, ser convertido em mercadoria que poderá ser comercializada, o que lhes gerará dinheiro, que permitirá, por sua vez, o gradativo progresso material da Área. No período em que as plantações ainda não verteram seus frutos, os camponeses produzem suas vidas materiais por meio da venda de sua força de trabalho a outros camponeses da região, em regime de diária.

A comercialização dos excedentes da produção permite não apenas a aferição deste dinheiro que poderá ser utilizado com o objetivo de ser um fator de catalisação do progresso material da área. Permite, também, o estabelecimento de vínculos com a cidade. Permite, em um caráter mais específico, aos camponeses demonstrar aos trabalhadores da cidade que, em sua luta pela terra, eles, ao contrário do que buscam difundir os setores mais reacionários dos meios de comunicação de massa, não são bandidos, e sim trabalhadores: trabalhadores tão trabalhadores quanto os trabalhadores que vivem na cidade. Este é um fator que, no entendimento aqui apresentado, contribuirá para que os camponeses avancem para o segundo momento do processo de construção do assentamento popular. Neste segundo momento, os camponeses já estão consideravelmente fixados na terra, e, dado que a área já possui uma característica de assentamento, na medida em que os camponeses já estão em seus próprios lotes, produzindo sua vida material, torna-se mais difícil a repressão e a própria possibilidade de ocorrência de despejo é mais remota. É de se observar que, conforme apontado, a nova configuração que adquire, do ponto de vista socioespacial, a Área Revolucionária, será um segundo fator dificultador para a ação dos eventuais sujeitos que busquem levar adiante processos de despejo dos camponeses que se encontram sobre a terra. Quando estes encontram-se aglutinados, tal como ocorre em situações de acampamento, é muito mais fácil expulsá-los da terra, uma vez que a forma costumeira de agir destes sujeitos – por meio de abordagens truculentas, como é o caso da polícia, ou atirando em direção ao acampamento, quando o despejo é obra de pistoleiros a serviço do latifundiário – é o suficiente para que todos os camponeses dispersem-se do local em que se encontravam em direção à mata próxima, e o despejo está, por assim dizer, cumprido, cabendo ao latifundiário deixar seus pistoleiros instruídos a vigiar a área e impedir os camponeses de voltar. Mas quando os

camponeses encontram-se distribuídos ao longo da área, o processo é diferente. Neste sentido, verifica-se que os agentes da polícia / pistoleiros não terão de simplesmente agir da forma truculenta / violenta com a qual costumam agir quando se trata de um acampamento, ou seja, quando estão lidando com uma aglomeração humana localizada em uma porção diminuta de espaço geográfico. Agora, existe uma situação que, pode-se dizer, é o contrário daquela. Portanto, tem-se que os mesmos camponeses encontram-se não em uma área pequena, aglomerados, e sim distribuídos ao longo de uma considerável porção de terra, o que torna o esforço para expulsá-los da área, caso se cogite esta hipótese, muito maior. Junta-se a isto o fato, apontado por um dos entrevistados, de que os camponeses podem fazer a informação do despejo/ataque correr a área, e, assim, seus companheiros de luta ficarão informados da situação e poderão mesmo elaborar mecanismos que permitam bloquear o avanço dos executores do despejo/ataque, o que poderá, por sua vez, inviabilizar a investida. Além disto tudo, surge mais um elemento, derivado do primeiro ponto elencado, que é o fato de que, ao passo que o intercâmbio com a cidade passa a ser realizado de modo mais intenso quando a produção começa a ser comercializada, cria-se a oportunidade para a realização de propaganda da luta dos camponeses no interior da Área Revolucionária, o que se torna um fator para que os trabalhadores da cidade venham a apoiá-los. Uma experiência bem interessante neste sentido são as Feiras da Revolução Agrária, organizadas pela LCP do Nordeste. Nestas, os produtos das Áreas Revolucionárias são levadas para a comercialização na cidade pelos próprios camponeses, e, neste contexto, além de poder comercializar a produção – que vai desde a produção agrícola propriamente dita até produtos mais elaborados, tais como bolos, doces e farinha de mandioca – pode-se também fazer a propaganda da proposta da Revolução Agrária, para que assim os trabalhadores da cidade possam conhecê-la melhor e, assim, se possa ter uma condição criada para que os mesmos venham a apoiá-la ou mesmo participar dela.

O maior nível de estabelecimento sobre a terra não significa, entretanto, que os camponeses possam simplesmente relaxar sobre ela. Eles devem, ainda que tendo avançado no que tange à sua conquista, se manter atentos à movimentação do latifundiário, tanto em relação ao interior da própria Área, quanto aos campos judicial e da luta ideológica. Entende-se aqui que o Canaã é uma área que se encontra, neste momento, na condição de relativo estabelecimento na terra. Ainda que o Estado não o reconheça oficialmente, não tendo sido a

porção de terra tomada pelos camponeses desapropriada e os títulos de propriedade entregues a estes, o Canaã, na prática, tem as feições de um assentamento, estando cada camponês alocado à sua porção de terra e levando adiante o processo de produção de sua vida material.

Um elemento concreto que mostra que, mesmo nestas condições, os camponeses têm de ficar atentos à movimentação dos agentes de polícia e do latifundiário é o fato, que foi apontado em outros momentos, de que em 2012 houve a iminência de um despejo destes camponeses da Área. E, neste contexto, fora feita, por parte dos camponeses, da LCP e de apoiadores uma ampla campanha de denúncia contra tal situação, o que fez com que o despejo fosse sustado, ao menos temporariamente. A relação com o ambiente natural também passa por transformações. Neste sentido, temos que, se no momento da tomada e resistência, os camponeses têm de organizar toda a infraestrutura necessária à produção de sua vida material e ao escoamento de sua produção para as cidades, agora esta infraestrutura já encontra-se construída, e os camponeses desfrutam dela. Assim, verifica-se que o assentamento já possui estradas; é possível observar a existência de casas de alvenaria combinada com estruturas de madeira; as plantações dos camponeses já encontram-se em plena produção; e estes encontram-se em uma circunstância na qual continuam se organizando para trazer novas conquistas ao acampamento. No caso do Canaã, já temos todos estes elementos fazendo parte do processo de produção da vida material dos camponeses. Desta forma, tem-se que estes encontram-se com suas plantações e criações bem estabelecidas; as crianças estudam, e, além disto, possuem ônibus à sua disposição para levar-lhes à escola. É interessante observar que até acesso a serviços de saúde os camponeses têm, sendo que, no primeiro dia da pesquisa de campo, uma equipe de médicos de diversas especialidades foi posta à disposição dos residentes na Área para que estes pudessem realizar consultas e eventuais outros procedimentos médicos, estando esta equipe instalada em uma escola localizada nas proximidades da própria Área, sendo que até mesmo serviço de transporte coletivo fora posto à sua disposição para que se deslocassem até a escola em que se encontravam os médicos.



*Ilustração 10: Esta imagem ilustra a casa de uma das famílias de camponeses residentes na Área Canaã. Apenas sua observação permite verificar as significativas transformações pelas quais passou o processo de produção da vida material destes camponeses, sendo que, quando foi realizada a ida à Área em julho de 2012, antes da realização da pesquisa de campo propriamente dita, o pesquisador teve a oportunidade de se hospedar nesta mesma casa, o que nos foi possibilitado pela família nela residente. Fonte: (PAULA, 2012).*

Este elemento vem a trazer um outro aspecto que caracteriza o momento de relativo estabelecimento sobre a terra, que é o fato de que, ao passo que os camponeses vão se fixando sobre ela, novas demandas e novas lutas vão surgindo. Isto se expressa, por exemplo, na busca dos camponeses no sentido da escolarização de seus filhos, bem como a luta para que sejam realizadas operações de manutenção, por parte do Estado, sobre as estradas da Área, assim como outras lutas. Neste sentido, observa-se, na conjugação dos depoimentos de dois dos

camponeses entrevistados, que a existência de ônibus atendendo a Área, bem como a linha de ônibus escolar para as crianças e o próprio atendimento médico que lhes é dado é fruto da luta que levam adiante.

*Se tem uma fazenda ali que é improdutiva, ninguém trabalha nela, só é capoeira, mato... um lugar que tem que ser explorado. Daí o MST acampa ali ao lado, esperando a decisão do governo. Daí fica 10, 20 anos ali acampado e ninguém dá decisão nenhuma. E nós trabalha por conta própria, nós chega e peita mesmo, e abre aquele trem e enfia de esperar. Aí o governo tem que dar o pulo dele! Mandar uma cesta básica, arrumar médico e pôr aqui pra dentro. Vem cesta básica, vem médico. Hoje mesmo você viu que o pessoal tá tudo pro colégio, atrás de médico, tendo 10 qualidades de médico lá. São tudo é providência deles lá. Tá vendo que o povo precisa. [...] E se nós estivesse acampado lá, ao redor da fazenda? Do lado de fora? Que assistência nós ia ter? Então eu acho que o MST trabalha errado. No meu ponto de vista... agora... por que nós viemos para cá? Por quê que viemos? Porque aqui, ninguém morava aqui, era só capoeira e cacau abandonado, e não tinha ninguém pra tomar conta. Nós viemos porque a terra era improdutiva, aí o povo entrou e... tá aí! Fez a área produzir! (EDSON LUIS).*

*Dos cinco anos [que o camponês está no Canaã], uns três anos foi bem difícil. Bem complicado. Nós encaremo malária aqui... a estrada, não tinha estrada. Devagarzinho foi conseguindo. Não tinha transporte escolar. O ônibus que faz a linha fazia só uma vez por semana, hoje faz três vezes por semana. Tem vários carros que vão sair, Aqui dentro eu fui tirar gente aqui... machucado aqui, que foi trabalhar mas se acidentou. Tive que sair três numa moto até que conseguiu um carro pra poder sair pra fora. E aí tudo a gente passa por essa dificuldade. Isso aí é quando. Aí quando aperta que as coisas não... no começo que eu vim pra cá, não tinha renda. Aí tinha que trabalhar dois dias pra gente, três pro outro, pra poder ir mantendo né... mas agora esses dois anos pra cá, foi uma luta difícil, mas eu tô muito feliz de tá nessa luta... porque hoje eu considero um cidadão rico. Porque pelo... eu não tinha nada, hoje já tenho um pedaço de terra, e eu considero que tô feliz da vida (ALEXANDRE<sup>38</sup>).*

Tomando-se por base estes depoimentos, pode-se observar que, estando sobre a terra e estando em luta por ela, os camponeses desenvolvem lutas paralelas, visando aprimorar sua qualidade de vida no interior da Área. Neste contexto, verifica-se que, mesmo no que tange a demandas deste tipo, ou seja, demandas de infraestrutura, os camponeses fazem uso de meios de luta fundados no princípio da combatividade. Neste sentido, foi possível verificar, ao longo das entrevistas, referências a um método de luta que foi denominado por *greve*. Em específico, dois dos camponeses entrevistados fizeram referência a este mecanismo de luta. E deste ocorrido surgiu a curiosidade por buscar compreender o que viria a ser a greve no contexto da luta de camponeses pobres. Afinal de contas, como um camponês poderia realizar

---

38 Homenagem a Alexandre Vanucchi Leme, estudante de Geologia e militante da Ação Libertadora Nacional, tendo sido preso e assassinado por meio de torturas por parte de agentes a serviço da ditadura militar, em 1973, aos 22 anos.

greves em um contexto no qual ele é, por assim dizer, seu próprio patrão?

Uma pergunta em torno deste termo foi direcionada ao segundo camponês que fez referência a este mecanismo, e na ocasião foi possível observar a ocorrência de uma ressignificação sobre o termo. Neste contexto, é possível observar que, quando o camponês fala em realizar greve, não se trata de parar de trabalhar, o que prejudicaria a ele próprio, mas sim realizar ações que, de algum modo, incomodem o Estado e seus agentes e o faça enviar algum representante com vistas a verificar as condições dos camponeses, bem como formas de resolver ou mitigar os eventuais problemas apresentados pelos mesmos, tal como é possível verificar no depoimento abaixo:

*Seria quase a mesma coisa... diferente por que? Porque lá cada um teve seu salário, e trabalha pro patrão. E nós aqui não, nós não tem salário. Cada um vive, se um trabalha pro outro, mas é sem salário. Um ajudando o outro, o outro ajudando um... então a gente reúne também. A mesma coisa... o que nós vamos fazer? Nós precisa de estrada... precisa de estrada... o prefeito não faz a estrada... o governo não faz a estrada... o que nós fazemos? Nós paramos o ônibus da escola... porque... se nós paramos o ônibus da escola, nós atingimos o governo... e aí o que faz? Aí eles vem até nós, promete, faz que faz a estrada, mas não faz... faz aquela... tapeiam nós... continuam tapeando... e assim nós vive de tapeação... [...] nós paramos ônibus escolares... reunimos o povo aqui... em março do ano passado, fechemo a BR-364, e se for necessário fechar não uma vez só, fechamos mais... 10... 50 vezes... se for necessário... o que nós quer é permanecer aqui... [...] (HONESTINO).*

Muito embora seja de se observar um tom em certa medida pessimista no depoimento deste camponês – o que se dá em virtude do fato de que representantes do Estado terem o costume de celebrar promessas que, de acordo com o relato, raramente são cumpridas – tem-se, neste contexto, a verificação da existência de uma modalidade de luta bem específica em meio ao grupo social estudado, que vai ser identificado, pelos próprios sujeitos participantes deste grupo, por meio da terminologia que utilizam para caracterizá-lo, às lutas empreendidas pelos membros do proletariado quando encontram-se em luta contra seus patrões em busca da conquista de novos direitos ou da reconquista de direitos que lhes foram retirados.

A principal reivindicação que é levantada quando da realização das greves é a execução de operações de manutenção sobre as estradas existentes na Área. Entretanto, ainda que o Estado não realize estes trabalhos, os próprios camponeses, quando entendem necessário, tratam de se organizar com vistas a arrecadar entre eles próprios o dinheiro necessário ao aluguel de tratores com vistas à realização destes serviços, conforme apontou-se em outros momentos. Neste contexto, verifica-se que, mais uma vez, os camponeses deixam

de esperar pelo Estado e tratam de realizar por si próprios aquilo que a eles diz respeito.

### **3.3.5.3. Quando a terra é finalmente alcançada: o momento da conquista da terra**

O terceiro momento da luta dos camponeses na construção de um assentamento popular, ou seja, a conquista efetiva da terra, ocorre quando o Estado finalmente reconhece os camponeses sobre a terra, por meio da entrega dos títulos de propriedade. Aqui, temos que aos camponeses já não é necessário manter todo o nível de atenção que os dois primeiros momentos exigem, uma vez que a propriedade da terra já está reconhecida. Um exemplo de área neste momento é a Área Gonçalo, localizada na região do Município de Theobroma. Em 2007, o autor teve a oportunidade de, enquanto militante do Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR) junto com outros militantes desta corrente do Movimento Estudantil, se dirigir a esta área, que naquele momento se encontrava em condição de despejo. Ao longo da pesquisa de campo realizada ao longo deste trabalho, foi direcionada uma pergunta a outro militante da LCP a respeito da situação desta Área, ocasião na qual o mesmo informou que os camponeses que nela viviam já haviam conseguindo a conquista da terra.

É importante destacar que este momento não significa, em absoluto, o fim da luta dos camponeses que vivem na área que o alcançou. Aqui, pode-se tomar como parâmetro de análise a discussão apresentada na Cartilha Nosso Caminho, produzida pela Coordenação das Ligas dos Camponeses Pobres (LCP, 2006), sendo que, nesta discussão, o movimento entende que o latifúndio é uma força que tende a se expandir, e, caso os camponeses não se mantenham organizados coletivamente desde o início da luta pela terra, não alcançarão seus objetivos de progredir sobre ela, sendo que, após a sua efetiva conquista, é necessário manter a organização coletiva, visando trabalhar por meio de mecanismos de cooperação em que se busque avançar cada vez mais no sentido de se atingir formas mais elaboradas e sofisticadas de cooperação (*ibid.*).

Por fim, é possível destacar, no contexto da luta destes camponeses, um último aspecto, que diz respeito à sua organização no sentido de lutarem por seus interesses e objetivos, sendo que, neste contexto, há dois aspectos fundamentais, que são a sua organização interna e as relações que possuem com a própria LCP.

Conforme apontou-se em outro momento, os camponeses da Área Revolucionária Canaã organizam-se, internamente, por meio da ASPROCAN. Esta, de um modo geral, tem

por finalidade organizar e representar os camponeses em contextos que envolvam elementos referentes a demandas materiais da Área. Por meio dela, os camponeses pleiteiam, junto ao Estado, reivindicações de manutenção na rede viária existente no assentamento, máquinas, implementos, questões referentes a regularização fundiária, bem como outras questões que lhes digam respeito.

Da parte da LCP, é mantido um militante junto à área, que cumpre um papel de coordenação na mesma e presta apoio aos camponeses nela localizados nos aspectos que dizem respeito à resistência sobre a terra.

Um ponto que é importante destacar são as relações entre a LCP, os camponeses e a Associação, sendo que, neste contexto, aquela não impede a existência desta. Ao contrário, é possível perceber um estímulo da LCP neste sentido, e as observações feitas em campo permitem dizer que, ao menos em certa medida, há uma especialização para cada uma no âmbito da luta pela terra, na medida em que a Associação cumpre o papel de servir como intermediadora de demandas dos camponeses junto ao Estado, ao passo que a LCP cumpre um papel voltado mais para as questões de ordem política referentes à Área, sobretudo à manutenção dos camponeses nela.

Em termos de princípios de atuação, a LCP entende que a melhor forma de organização consiste em manter a autonomia dos camponeses quando de sua luta. Assim, ainda que haja um militante seu no interior das Áreas em que opera, este é orientado a não agir à revelia dos camponeses, e deve, ao contrário submeter-se às decisões que estes tomarem nas assembleias que forem realizadas. Em casos nos quais algum camponês solicitar a realização de assembleia, o militante da LCP torna-se o responsável por sua organização.

Estas questões referentes às assembleias dos camponeses e à presença do militante do movimento junto a eles podem ser compreendidas como uma derivação das definições apresentadas na Cartilha Nosso Caminho, na qual a LCP define os princípios fundamentais nos quais se baseia a sua atuação (LCP, 2006). Neste contexto, é definido o dirigente e seu papel (p. 38-9), sendo que, de acordo com estes apontamentos, este deve ser uma pessoa atenciosa, paciente, simples e humilde no trato com as massas, devendo, neste contexto, “servi-las de todo o coração”. Além disso, “deve estar sempre preocupado em se desenvolver, em estudar, [e] em participar de cursos e atividades de formação organizadas pelo movimento” (*ibid.*, p. 39).

O poder atribuído às assembleias deriva também de um princípio definido na Cartilha.



Desta forma, temos que em cada um dos locais em que a LCP possui camponeses organizados, ou seja, nos acampamentos, nas áreas tomadas e nos núcleos de camponeses pobres mobilizados para novas tomadas de terra, as assembleias são o órgão máximo de decisão, sendo que, nelas, “todos os companheiros e companheiras têm o direito de participar, de votar nas propostas que forem apresentadas, de eleger e de ser eleito para as comissões que forem constituídas” (*ibid.*, p. 36-7).

Observe-se que o fato de estes princípios estarem definidos neste documento não implica necessariamente na sua aplicação automática às áreas em que a LCP atua. Assim, é necessário considerar que cada área constitui uma particularidade específica, e a aplicabilidade destes princípios se dará de acordo com a situação concreta apresentada. Ainda assim, a própria declaração explícita destes princípios se torna um parâmetro concreto que permite balizar a atuação dos militantes junto às situações concretas de luta de camponeses que atuem em conjunto com o movimento, permitindo, assim, que se crie uma base de atuação para os mesmos.

### 3.3.6. As transformações provindas da aplicação do caminho da Revolução Agrária

*A minha vida antes... era submiss... era sofrida né!... só que aqui no começo também foi sofrido né... enfrentei picada, é... a mata... entendeu? Só que hoje... do jeito que eu... esses anos trabalhando aqui, mudou muito, é... a despesa da família é garantida... trabalhando, derramando suor, sofrendo, um pouco né... mas... tá bom, é... a vida! (LEÔNCIO<sup>39</sup>).*

Não faria muito sentido realizar uma discussão sobre o caminho da Revolução Agrária e sua aplicação no caso do Canaã sem realizar, neste contexto, uma discussão acerca das transformações relatadas pelos camponeses entrevistados.

Pode-se dizer que, de fato, após a aplicação desta proposta por parte dos camponeses no sentido da conquista da terra, consideráveis transformações têm ocorrido nas suas vidas, expressas não apenas no campo das feições socioespaciais da Área, mas também e sobretudo nas suas subjetividades.

Assim, com vistas a buscar compreender de que forma tem se operado este processo de transformação, apresentou-se, nas entrevistas, uma pergunta específica aos camponeses

---

39 Homenagem a Leôncio Basbaum, intelectual revolucionário brasileiro, autor da obra *História Sincera da República*, utilizada no decorrer desta pesquisa com vistas à busca da compreensão da formação econômico-social brasileira.

entrevistados, solicitando-lhes que descrevessem de que forma percebem o período anterior à entrada no Canaã e o período posterior a esta entrada.

Os relatos dão conta de que a vida anterior ao Canaã era uma vida fundada na submissão, na exploração de sua força de trabalho, expressa no fato de ter que se trabalhar de empregado para outras pessoas, por vezes em trabalho assalariado, por vezes tendo de trabalhar de meia para o proprietário da terra onde trabalhava – isso quando se tinha vagas empregatícias disponíveis, sendo que um dos entrevistados relatou a situação de não se ter empregos disponíveis nos quais pudesse vir a trabalhar. Um dos camponeses chegou a colocar que sua vida era um “viver na turbulência”, em virtude das vicissitudes que se encerram na vida de uma pessoa que tem de vender sua força de trabalho para outrem.

*[...] antes de eu vir pra cá, eu trabalhava fichado, carteira assinada. Era assim... era um viver... na... turbulência... porque quem vive de empregado sabe a situação como é que é... então de cinco anos pra cá, eu senti uma melhora muito grande, muito grande. Porque hoje o que eu faço, é eu que tomo conta, eu que sou dono. Aí... no dia que eu quiser trabalhar eu trabalho, no dia que eu não quiser ninguém me manda, então eu vivo tranquilo, sossegado (ALEXANDRE).*

Após a aplicação da proposta da Revolução Agrária, o cenário começou a mudar. Inicialmente, houve um período de maiores dificuldades, materializado na necessidade de se desbravar a área para se iniciar a produção – o que termina sendo uma expressão concreta do primeiro momento da construção de um assentamento popular de que tratou-se anteriormente –, mas que, superado, gerou grandes transformações nas condições objetivas do processo de produção de suas vidas materiais e em suas subjetividades.

Neste sentido, o que se percebe é que os camponeses, ao passo que trabalham em uma terra que percebem como sua – ainda que tenham de se manter em luta por ela –, adquirem uma grande autonomia para com o seu trabalho. Desta forma, o que se tem é que estes não se veem mais obrigados a trabalhar sob a supervisão de um patrão, e, caso sejam acometidos por uma doença ou estejam cansados em determinado dia, não se veem obrigados a ter de ir trabalhar no roçado ou em outras atividades que exijam esforço físico de sua parte.

*Na situação do camarada trabalhar de empregado, ele não pode viajar... pra longe... pra perto, ele faz uma viagem, mas... domingo de noite tem que chegar em casa... né... eu trabalhando pra mim não... eu faço... mês de maio eu vou viajar pra tal lugar... e eu vou, fico lá uma semana e volto... deixo o vizinho dando uma olhadinha pra mim... alimentando minhas galinhas... tratando... daqui semana que vem eu chego aqui ninguém me manda embora... e eu tando lá... eu dou a febre de*

*noite... amanhã eu amanheço com dor de cabeça... aí... eu sou obrigado a ir pro serviço, senão leva o atestado. Eu vou no médico, o médico não me dá atestado... porque “é só uma dorzinha de cabeça”... e eu chego na firma no outro dia que eu faltei aquele dia... já vou assinar advertência... sou obrigado a assinar, porque eu faltei... e no mato você tem mais liberdade, você passa mal, você toma um chá, toma uma anador, e [...] dá uma descansada [...]. O pobre tem que trabalhar pra viver... não é viver pra trabalhar não [...] (JOSÉ MATA<sup>40</sup>).*

Foi possível perceber que todos os camponeses entrevistados tiveram origem no próprio campesinato, tendo nascido filhos de pais também camponeses. Entretanto, ao longo de suas vidas, uma parte deles terminou tendo de sair do campo, tendo, assim, de viver na cidade, seja na condição de membros do proletariado, seja na condição de mantenedores de um pequeno negócio.

Para estes, o caminho da Revolução Agrária terminou significando um retorno à condição de camponeses, ou seja, realizou-se nestes um processo que entende-se aqui ser possível denominar como uma *recampesinificação*. Para os entrevistados, no que se inclui os que tiveram de ir para a cidade em alguma altura de suas vidas e os que tinham de vender sua força de trabalho a outra pessoa no campo – seja na condição de proletários rurais, seja na condição de meeiros – significou a possibilidade de se produzir em uma terra que, a despeito da luta que ainda têm de travar para se manterem nela, consideram como sendo de sua propriedade. E assim o será na medida em que eles continuarem lutando sobre ela.

### 3.4. O Canaã e a Revolução Agrária

Feita a análise das entrevistas realizadas ao longo da pesquisa de campo, cabe agora tratar de buscar compreender de que forma a experiência do Canaã pode trazer perspectivas mais gerais acerca do que vem a ser, em seus caracteres específicos, o processo da Revolução Agrária tal como proposto pela LCP.

É necessário ter em perspectiva, no contexto desta discussão, que a LCP tem em vista, a longo prazo, a realização de profundas transformações estruturais no Brasil, de modo a superar o modelo de formação econômico-social nele existente, com o fito de alcançar a condição em que o Brasil se torne uma sociedade fundada no modo de produção socialista, no que se tem como elemento fundamental a realização de uma revolução democrática que leve

---

40 Homenagem a José Mata Machado, dirigente da Ação Popular Marxista-Leninista, assassinado em 1973 por forças do aparato de repressão da ditadura militar.

até lá. Entretanto, é importante considerar que transformações deste tipo não se dão em um caráter de imediatez, sendo que, pelo contrário, este tipo de processo é fundamentalmente um processo de longo prazo.

Este movimento trabalha na perspectiva da construção do que denomina como o *poder popular*, por meio da construção, em meio ao povo, de um *ethos* que valorize a construção coletiva das respostas a serem dadas aos problemas que lhes são apresentados quotidianamente, construção essa que se materializa na realização de assembleias com vistas a discutir e resolver estes problemas, um aspecto fundamental da realização das transformações que a LCP se propõe a efetuar a longo prazo, uma vez que não é ela, nem qualquer outro movimento específico, que operará estas transformações, mas sim as massas do campo e da cidade: camponeses, operários, estudantes, intelectuais que conseguiram alcançar a compreensão dos problemas fundamentais do país, bem como os caminhos que levarão à sua resolução, e se colocam a firmemente trilhar estes caminhos. O movimento, materializado na atuação das pessoas que alcançaram esta compreensão, tem, neste contexto, a função de se juntar às massas, e mostrar-lhes estes caminhos, integrando-se às mesmas, organizando-as para a luta que a longo prazo levará a estas transformações, e demonstrando-lhes – não apenas por discursos, mas sobretudo pela prática – a viabilidade destes caminhos e a sua capacidade no sentido de resolver seus problemas, em um âmbito micro, e, em um âmbito macro, os problemas fundamentais do próprio país.

No caso do Canaã, verifica-se que não há uma adesão, por assim dizer, *literal* a especificamente *todos* os elementos apresentados na Cartilha Nosso Caminho. Um aspecto que vem a demonstrar isto é o fato de que não foi possível observar, ao longo da pesquisa de campo, a existência de roças coletivas ou Grupos de Ajuda Mútua (GAM), preconizados na Cartilha *Nosso Caminho* (LCP, 2006), na Área. Disto, é possível surgir um questionamento acerca da efetividade da aplicação da proposta da Revolução Agrária no Canaã. Afinal de contas, como pode esta proposta estar sendo aplicada nesta Área se não são perceptíveis os elementos configurantes destas formas de cooperação preconizadas pela LCP?

Aqui, torna-se necessário observar que as transformações que a LCP se propõe a realizar não são transformações que possam ser efetuadas a curto prazo, sendo permeadas por fatores que a levam a ser um processo que precisa passar por um amadurecimento histórico

Assim, cada Área Revolucionária possui suas características específicas, e cada uma irá se desenvolver em conformidade com estas especificidades. Portanto, não é porque a

proposta não está sendo executada em um caráter, por assim dizer, *literal*, que signifique dizer que ela não esteja sendo executada. Ela o está, na realidade, sendo aplicada pelos próprios camponeses, de acordo com as condições e necessidades que a cada situação estejam postas.

Um aspecto que é comum em meio ao campesinato pobre é o fato de que uma parcela dos mesmos já teve acesso à propriedade individual da terra ou tem este elemento como uma aspiração individual. Ao mesmo tempo, existe um *ethos*, gerado pelo próprio fenômeno da propriedade privada dos meios de produção, que faz com que exista um forte apreço pela propriedade individual destes, dentre os quais a propriedade da terra.

Em contextos de luta pela terra, verifica-se, ao menos enquanto elemento componente deste fenômeno, o fato de que os camponeses se lançam a esta luta em virtude do fato de que não desejam para si a proletarização e/ou a lumpenização, buscando, neste sentido, se manter camponeses, sendo que, em virtude deste desejo, estes camponeses chegam mesmo a desafiar diretamente o monopólio de classe dos proprietários territoriais – reconhecidos ou auto-presumidos, sendo este o caso de grileiros de terra – sobre a terra, mesmo que não haja nenhum movimento social específico à frente desta luta. Este é o caso dos camponeses em luta pela terra na região de Jacinópolis (SOUZA, 2006). Foi também o caso dos acampamentos Adriana, Verde Siringal e Vitória da União, na região do Cone Sul de Rondônia, dado em fins da década de 1980 e início da década de 1990 (MARTINS, 2009), bem como o caso dos camponeses em Santa Júlia, na região de Candeias do Jamary (CEMIN, 1992), e em diversas outras regiões onde se registram condições de luta pela terra entre camponeses e latifundiários.

Nos casos das lutas descritas por Cemin (*ibid.*) e Martins (*ibid.*), nenhuma das duas foram organizadas por movimentos sociais específicos, tendo sido lutas espontâneas, oriundas dos próprios camponeses e de seu desejo de se manterem camponeses. Já o caso de Jacinópolis, estudado por Souza, bem como o de Canaã, estudado neste trabalho, são um tanto diferentes.

Ambas estas lutas surgiram de modo espontâneo, sem estar vinculadas a nenhum movimento social específico, tal como no caso das lutas de Adriana, Santa Júlia, Verde Siringal e Vitória da União. Entretanto, a partir de um determinado momento, passaram a se organizar em conjunto com a LCP, ao passo que estabeleceram contato com ela e sua linha de atuação passa a penetrar junto à massa dos camponeses inseridos nestas lutas.

No que tange à aplicação das diretivas da proposta da Revolução Agrária, observa-se,

conforme apontado anteriormente, que cada Área a aplica de acordo com as condições e necessidades postas aos camponeses que nela encontram-se organizados em determinado momento. No caso do Canaã, a partir do momento em que resolveram tomar a terra e operar o corte popular, já surge um contexto de aplicação da proposta da Revolução Agrária. Muito embora não tenha sido possível perceber, ao longo da pesquisa de campo, a existência de formas mais avançadas de cooperação, tais como a existência de roças coletivas – um dos aspectos apresentados na Cartilha Nosso Caminho (LCP, 2006) –, já é possível observar alguns fenômenos que indicam a construção destes mecanismos. Dentre estes fenômenos, podem ser apresentados os seguintes: (I) a organização coletiva da resistência sobre a terra, por meio da realização das Assembleias do Poder Popular na Área<sup>41</sup>, bem como as ações tomadas, tal como ocorreu com o fechamento da ponte em Jarú, em 2012; (II) o fato, citado por um dos camponeses da Área, de que, quando um dos mesmos prostrou-se em virtude de uma doença que lhe acometeu, foi organizada uma comitiva de camponeses que trataram de ir atrás da máquina de beneficiar arroz de propriedade coletiva, levá-la até o lote do camponês doente e beneficiar o arroz, deixando-o pronto para que o camponês pudesse consumi-lo ou vendê-lo; (III) o próprio fato de existir pequenas máquinas utilizadas em regime coletivo pelos camponeses, por meio da ASPROCAN, tal como ocorre com a máquina de beneficiar arroz; e (IV) o fato de os camponeses realizarem obras em um caráter coletivo, como é o caso de abertura de picadas e estradas, bem como eventuais alargamentos destas, além de organizarem arrecadações de fundos com vistas ao aluguel de máquinas que possam realizar operações de manutenção sobre as estradas que percorrem a Área.

É certo que é necessário, ao longo da luta não apenas da Área Revolucionária Canaã, mas de todos os camponeses pobres em luta pela terra no país, avançar no sentido da construção de mecanismos de organização coletiva não apenas no âmbito da resistência sobre a terra, mas também da produção de suas vidas materiais, o que se expressa no desenvolvimento de mecanismos tais como as roças coletivas e formas superiores de cooperação, tal como nos aponta a LCP (2006). Entretanto, é necessário que se tenha em perspectiva que estes mecanismos não se constroem de forma súbita, sendo, pelo contrário, que o processo de sua construção tem de ser tomado em uma perspectiva de médio e longo prazo.

---

41 As Assembleias do Poder Popular (APP) são definidas pela LCP (2006), como sendo as instâncias máximas de decisão das Áreas Revolucionárias nas quais este movimento social trabalha.

Ainda assim, é possível observar que os camponeses que se lançam à luta pela terra tendo como fundamento a proposta da Revolução Agrária passam a construir, a partir do momento em que aderem a esta proposta, estes mecanismos, o que se inicia a partir da organização coletiva da resistência sobre a terra. Ao mesmo tempo, conforme apontado anteriormente, cada Área Revolucionária desenvolve estes mecanismos de diferentes formas, conforme as condições materiais que lhes são postas ao longo de sua luta.

O avanço na construção destes mecanismos depende, fundamentalmente, de dois fatores: as condições materiais postas aos camponeses em cada Área, conforme apontado anteriormente, e a realização de trabalho político, por meio da demonstração, aos camponeses, da importância da construção destes mecanismos. Ainda assim, este trabalho político tem de ser realizado tendo-se em perspectiva as condições e as possibilidades dos camponeses, devendo-se, neste contexto, haver sensibilidade do movimento social em relação a estas condições, e devendo-se, sobretudo, seus militantes se colocarem a serviço dos mesmos, apoiando-os – não apenas por meio de discursos, mas sobretudo na prática quotidiana –, discutindo conjuntamente com os mesmos os problemas que devem ser superados e as formas pelas quais eles podem sê-lo, bem como contribuir para a sua solução. Assim, será possível demonstrar-se confiabilidade aos camponeses, o que permitirá, por sua vez, uma contribuição mais efetiva do militante para que a organização dos mesmos avance cada vez mais.

### **3.5. Considerações Finais**

Neste capítulo, buscou-se apresentar as informações obtidas ao longo da pesquisa de campo realizada no decorrer deste trabalho, na qual fora possível realizar uma análise preliminar dos dados obtidos por meio de uma conversação dada no próprio decorrer da exposição, bem como uma análise um pouco mais concentrada, em que o caso do Canaã foi relacionado ao processo mais geral que a ele se vincula: a Revolução Agrária.

É importante sempre ter em perspectiva o fato de que os dados observáveis ao longo dos procedimentos de campo não constituem uma realidade isolada, sendo, pelo contrário, parte componente de uma totalidade concreta (KOSIK, 1995), estando a ela vinculada por meio de uma série de interfaces que estabelecem um vínculo de dupla determinação entre um e outro.

Ao longo da exposição, buscou-se ter sempre este princípio em vista, sendo que, neste

contexto, buscou-se, na medida do possível, recorrer a fenômenos que se dão em paralelo à luta do Canaã, mas constituem expressões concretas dos mesmos princípios que se materializam nesta luta.

Os camponeses residentes nesta Área Revolucionária são uma demonstração de coragem e heroísmo dos membros desta classe que se lançam à luta pela terra, ainda mais quando trabalham dentro da perspectiva da Revolução Agrária, uma vez que, trilhando por este caminho, encontram pela frente uma considerável gama de riscos, visto que lançam-se em luta contra uma estrutura secularmente consolidada em nosso país e que é em boa parte responsável pelo seu atraso social: o latifúndio.

Ao mesmo tempo, vêm a nos mostrar a importância da coragem de se levar adiante esta luta, dado que, ao passo que resolvem trilhar os caminhos da combatividade no contexto da luta pela terra, têm alcançado grandes progressos no campo do processo de produção de suas vidas materiais, o que se expressa em sua produção agrícola e também no fato de que a Área já possui, senão todas, ao menos uma considerável parte das características de um assentamento, a despeito do reconhecimento oficial do Estado, sendo que, neste contexto, a atuação deste é percebida pelos camponeses como lenta ou inexistente, e por vezes até mesmo pernicioso, consideradas as formas de atuação de ao menos determinadas parcelas de seus agentes.

O caminho da Revolução Agrária apresenta perspectivas de consideráveis transformações não apenas nas vidas dos camponeses que o vivem, mas também das próprias condições sociais do país, sendo que, neste contexto, observa-se que este processo constitui um elemento de grande importância no sentido de se buscar uma forma pela qual as feições sociais brasileiras sejam transformadas no grau de profundidade aqui considerado necessário e, neste contexto, construa-se uma nova sociedade em seu lugar.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

... E então um novo horizonte se coloca para o movimento camponês...

Ao longo deste trabalho, buscou-se levar adiante um esforço no sentido de se compreender o que vem a ser o processo da Revolução Agrária, proposto pela Liga dos Camponeses Pobres, a partir de sua manifestação concreta no caso da Área Revolucionária Canaã. O trabalho, entretanto, buscou não se restringir apenas ao estudo do Canaã propriamente dito, uma vez que ele não existe enquanto uma realidade isolada, sendo, pelo contrário, parte componente de uma totalidade concreta, que, ao mesmo tempo que o envolve e determina, é também por ele determinada, de modo mais ou menos intenso, conforme as circunstâncias que se fizerem presentes.

Ao passo que o estudo progrediu, percebeu-se que a Revolução Agrária constitui, de fato, um novo caminho para o movimento camponês, um caminho que tem vertido muitos frutos para os camponeses que nele se colocam.

Ele surge como um desenvolvimento histórico das lutas camponesas dadas no país ao longo do século XX. Ao passo que as Ligas Camponesas são desarticuladas na década de 1960 e é aberta a colonização da região amazônica, na década de 1970, um novo espaço na luta pela terra se abre. À medida em que a História se desenvolve, novas lutas vão surgindo, e os camponeses, a partir da resistência sobre a terra, vão a conquistando, até que ocorre o episódio do *Massacre de Corumbiara*. Este episódio abre o caminho para o surgimento da proposta da Revolução Agrária.

Esta proposta indica que os camponeses que almejam a terra para trabalhar e produzir sua vida material não devem esperar pelo Estado para que a ela tenham acesso. Devem, pelo contrário, partir em direção a ela, tomá-la, organizar seu corte e iniciar sua produção

Este caminho de luta termina se configurando como uma resposta à altura diante de políticas repressivas que foram implementadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso no ano de 2001 visando frear o movimento camponês. Ao passo que estas políticas vão sendo implementadas, o número de ocupações de terra – método até então tradicional no movimento camponês, representado sobretudo pelo MST – cai abruptamente. E é exatamente nas proximidades deste período que a LCP lança aos camponeses a consigna de que estes devem tomar por conta própria as terras do latifúndio.

Entretanto, a Revolução Agrária não se limita a isso. Ela constitui um fator para a

construção de um novo modelo de sociedade, fundada nos interesses das massas trabalhadoras, sendo que, neste contexto, tem-se que, no interior das Áreas Revolucionárias, trata-se de buscar gestar novos instrumentos de poder, centrados nas massas e voltados para elas. Neste sentido, é estimulada a discussão coletiva dos problemas coletivos, bem como a execução coletiva das tarefas que digam respeito à Área.

Ao mesmo tempo, a Revolução Agrária coloca a consigna da destruição do latifúndio, no sentido de desestruturá-lo enquanto dado geográfico e enquanto relação social. Assim, ao passo que o latifúndio é posto abaixo, cria-se uma condição para que um novo campo de relações sociais venha a ser construído, na medida em que a terra deixa de ser uma propriedade daquele sujeito social e passa a se constituir em propriedade dos próprios camponeses, organizados coletivamente.

É necessário salientar, entretanto, que estas transformações não se dão de modo súbito, sendo, neste contexto, necessário um trabalho com perspectiva de longo prazo. E a luta imediata pela terra é um primeiro passo rumo a este processo de construção deste novo modelo de sociedade. Desta forma, há de se fazer, junto aos camponeses, um trabalho no sentido de prestar-lhes todo o apoio que se fizer necessário em sua luta. Ao mesmo tempo, é necessário fazer avançar junto aos mesmos a construção de formas coletivas de produção, de modo que, com isto, suas forças produtivas possam ser desenvolvidas.

Cada Área se desenvolve de acordo com suas peculiaridades. Neste contexto, é necessária a realização de um trabalho que, ao mesmo tempo em que tome em consideração esta condição, busque fazer com que a Área progrida em sua organização, sempre trabalhando de modo que os próprios camponeses tomem para si a decisão e, tomada esta, passem a executá-la.

Concomitantemente, é necessário ter em perspectiva o fato de que a Revolução Agrária não é um caminho que os camponeses e a LCP devem trilhar sozinhos. É necessário trabalhar em conjunto com outras classes que vivam de seu trabalho, e possam a eles se unir nesta luta. Em específico, este é um caminho que, mesmo sendo levado adiante pelos camponeses, de um ponto de vista direto, deve contar com o apoio dos trabalhadores da cidade, sejam eles operários ou aqueles que trabalham com seu intelecto, bem como estudantes. Assim, a estes coloca-se a questão de apoiar a luta que é travada de modo direto pelos próprios camponeses. E, em meio a estes trabalhadores, encontramos-nos nós, tanto o autor que escreve este trabalho quanto a pessoa que eventualmente a ele tem acesso. E aqui,

coloca-se a cada um de nós um caminho a escolher. Neste contexto, é necessário ter em perspectiva o fato de que as condições objetivas em que nos encontramos postos colocam, fundamentalmente, dois caminhos a seguir: ou a passividade diante dos eventos que nos circundam em relação à luta pela terra, ou uma postura ativa de apoio aos camponeses que se colocam nesta luta. Assim, temos que, ao passo que os camponeses se lançam à luta pela terra tendo por consigna o caminho da Revolução Agrária e passam a iniciar a produção de suas vidas materiais nestas condições, passam a contribuir para o abastecimento das cidades, ao mesmo tempo em que contribuem para a alimentação de cada um de nós que somos partes componentes das classes trabalhadoras nas cidades. Enquanto isto, o latifúndio, quando produz algo, o faz geralmente visando a exportação (GIRARDI, 2008), contribuindo, assim, para a condição de semicolonialidade em que se encontra o nosso país, ao mesmo tempo em que, em um caráter fundamental, não traz benefícios ao povo trabalhador, seja no campo, seja na cidade.

A isto junta-se as inúmeras violências que comete contra camponeses e povos indígenas para garantir a efetivação de seus interesses, utilizando-se, nestes contextos, tanto de tropas policiais do Estado quanto de milícias privadas, tal como tem ocorrido em eventos recentes no Brasil, sendo um exemplo emblemático neste sentido o caso do povo indígena Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, bem como o povo Terena, na mesma região, que encontram-se atualmente em luta contra latifundiários com vistas a conseguir a demarcação de seu território. É possível citar também os Tenharim, localizados há aproximadamente 200 quilômetros do local onde este trabalho foi produzido, que vem sofrendo um verdadeiro cerco organizado por fazendeiros e madeireiros da região onde vivem.

Assim, o que se tem neste contexto são as escolhas às quais nos referenciamos mais acima. Desta forma, a passividade, em um caráter fundamental, termina sendo uma chancela para que o latifúndio continue seus feitos e suas violências. Por outro lado, o apoio ativo aos camponeses que se lançam à luta pela terra pelo caminho da Revolução Agrária implica uma opção em um outro sentido, pautado na construção desta nova sociedade que vai sendo posta em gestação, sociedade essa que se funda não nas necessidades do capital e do latifúndio, mas sim nas necessidades do povo trabalhador.

Em um trabalho anterior (GOMES, 2013), buscou-se demonstrar a impossibilidade de um efetivo desenvolvimento sob as limitações do capitalismo, ainda mais no caso do Brasil e a forma de capitalismo que nele se desenvolve, discutida no segundo capítulo deste trabalho

que agora se conclui. Neste contexto, é estritamente necessário, para que este desenvolvimento possa se dar, que as estruturas fundamentais de nossa sociedade sejam transformadas, e a resolução do problema da terra é um aspecto essencial neste contexto. Os camponeses que trabalham em conjunto com a LCP encontram-se, já, no processo de construção deste caminho. E este é um caminho que cada um de nós, que buscamos de forma honesta e sincera trilhá-lo, deve construir quotidianamente, seja atuando diretamente por meio das diversas formas de atuação que encontram-se à disposição, seja buscando compreender as estruturas de nossa sociedade e os caminhos pelos quais estas estruturas podem ser transformadas e levadas a um patamar superior. É de se observar que, embora o estudo seja importante, ele deve ser acompanhado da prática, da disposição no sentido de se construir materialmente este caminho que a nós se apresenta, de trilhar os caminhos da Revolução. E a este caminho que convidamos o leitor a trilhar. Afinal de contas, não custa nada, além de um pouco de disposição, cerrarmos nossos punhos, erguê-los ao alto e bradar:

*“Conquistar a terra! Destruir o latifúndio!”*

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. **Linhagens do Estado Absolutista**. Tradução de José Roberto Martins Filho. Editora Brasiliense. São Paulo. 2ª ed.

BASBAUM, L. **História Sincera da República: Volume 2 – de 1889 a 1930**. Ed. Alfa-Ômega. São Paulo, 1986, 5. ed.

\_\_\_\_\_. **História Sincera da República: Volume 4 – de 1961 a 1967**. Ed. Alfa-Ômega. São Paulo, 1983, 3. ed.

BERGER, P.; BERGER, B. Socialização: como ser um membro da sociedade. In: MARTINS, J. S.; FORACCHI, M. M. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio Editora LTC. Rio de Janeiro, 1977.

BOITO JR., A. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV / São Paulo. Disponível em <<http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>>. Acesso em 29.jan.2014.

\_\_\_\_\_. A burguesia no Governo Lula. *En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/basua/C07Boito.pdf>>. Acesso em 29.jan.2014.

\_\_\_\_\_. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. In: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, 28.jun.2007. p. 57-73. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n28/a05n28.pdf>>. Acesso em 29.jan.2014.

\_\_\_\_\_. Governo Lula: A nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR.; GALVÃO, A. (orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Editora Alameda, 2012. Disponível em <<http://lemarxusp.files.wordpress.com/2013/03/armando-boito-jr-governos-lula-a-nova-burguesia-nacional-no-poder.pdf>>. Acesso em 29.jan.2014.

\_\_\_\_\_. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. In: **Revista Crítica Marxista**. n. 3. São Paulo, Brasiliense. 1996. Disponível em <[http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/CM3armando.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/CM3armando.pdf)>. Acesso em 02.fev.2014.

\_\_\_\_\_. A hegemonia neoliberal no Governo Lula. In: **Revista Crítica Marxista**. n. 17. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2003. Disponível em <[http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/ifch-unicamp/20121129113308/Governo\\_Lula.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/ifch-unicamp/20121129113308/Governo_Lula.pdf)>. Acesso em 29.jan.2014.

\_\_\_\_\_. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil. In: **Biblioteca**



FOLHA ONLINE. **Presidente Lula chama usineiros de heróis**. 20/03/2007 – 20h08min. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90477.shtml>. Acesso em 18/04/12.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira** / Eduardo Paulon Girardi. – Presidente Prudente : [s.n], 2008. 347 f. : il. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia.

GOMES, A. D. **Desenvolver p'ra quê(m)? Uma reflexão acerca do conceito de desenvolvimento e seu lugar em meio à Sociedade Capitalista** / Alisson Diôni Gomes. -- Porto Velho : [s.n], 2013, 78 f. : il. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Rondônia, Núcleo de Ciências Humanas.

GUZMÁN, A. **La problemática nacional**: discurso pronunciado no Sindicato de Docentes de Huamanga, Lima, Peru, 1974.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem** / Leo Huberman ; tradução de Waltensir Dutra. -- 21. ed. Rev. -- Rio de Janeiro : LTC, 2008.

IANNI, Octavio. **Colonização e Contra-reforma Agrária na Amazônia** / Octavio Ianni. – Petrópolis: Vozes, 1979. 140p. (Coleção Sociologia brasileira; v. 11)

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Agricultura: O Desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia: 1964 – 1978**. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1986. 2. ed.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Livro Branco da Grilagem de Terras**. 13 de janeiro de 2012. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/livros-revistas-e-cartilhas/file/485-livro-branco-da-grilagem-de-terras>>. Acesso em 22.abr.2013.

ISTOÉ. O Brasil tem guerrilha. In: **ISTOÉ INDEPENDENTE**. Ed. 2003. 26 de março de 2008. Disponível em <[http://www.istoe.com.br/reportagens/2158\\_O+BRASIL+TEM+GUERRILHA?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage](http://www.istoe.com.br/reportagens/2158_O+BRASIL+TEM+GUERRILHA?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage)>. Acesso em 18.abr.2013.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1995. 2. ed. 6. reimpressão.

LÊNIN, V. I. **O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo** / Vladimir Ilitch Lenine ; [tradução Leila Prado]. 3. ed. -- São Paulo : Centauro, 2005.

LIGA DOS CAMPONESES POBRES. Camponeses fecham BR-364 por mais de 10 horas. In: **Jornal Resistência Camponesa**. Qui., 22 de março de 2012. Disponível em <<http://www.resistenciacamponesa.com/noticias/461-camponeses-fecham-br364-por-mais-de-10-horas?highlight=YToxOntpOjA7czo1OiJwb250ZSI7fQ==>>. Acesso em 04.abr.2013

\_\_\_\_\_. Denúncia Urgente. In: **Jornal Resistência Camponesa**. Goiânia, 11 de setembro de 2008. Disponível em <<http://resistenciacamponesa.com/noticias/4-noticias/95-tortura-bandeirantes>>. Acesso em 10.abr.2013.

\_\_\_\_\_. LCP Fecha a BR-364 em Jaru. In: **Jornal Resistência Camponesa**. Seg, 19 de março de 2012. Disponível em <<http://www.resistenciacamponesa.com/noticias/460-lcpro>>. Acesso em 18.jul.2012

\_\_\_\_\_. **Nosso Caminho**. Goiânia: Coordenação das Ligas de Camponeses Pobres, 2006.

\_\_\_\_\_. POLÍCIA FEDERAL MANTEM CAMPONÊS EM CÁRCERE PRIVADO. In: **Jornal Resistência Camponesa**. Qui, 6 de novembro de 2008. Disponível em <<http://www.resistenciacamponesa.com/2008/110-carcere>>. Acesso em 17.abr.2013.

\_\_\_\_\_. SE O CAMPO NÃO PLANTA A CIDADE NÃO JANTA! In: **Jornal Resistência Camponesa**. Publicado em 10/12/2009. Disponível em <<http://resistenciacamponesa.com/noticias/289-se-o-campo-nao-planta-a-cidade-nao-janta?highlight=YToxOntpOjA7czo1OiJmZWlyYSI7fQ==>>. Acesso em 27.abr.2013.

MARIÁTEGUI, J. C. **Ideologia y Política**. Lima: Empresa Amauta, 1969.

\_\_\_\_\_. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARTIN MARTIN, Victor O. **El Papel del Campesinado en la Transformación del Mundo Actual**. Libreando Ediciones. Zambra Iniciativas Sociales. 2007.

\_\_\_\_\_. **La Tesis del Capitalismo Burocrático**. s.d.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil: As Lutas Sociais no Campo e Seu Lugar no Processo Político**. Editora Vozes. Petrópolis, 1995. 5. ed.

\_\_\_\_\_. **O Cativo da Terra**. Ed. Hucitec. São Paulo, 1990. 4. ed.

\_\_\_\_\_. **Expropriação e Violência: A Questão Política no Campo**. Ed. Hucitec. São Paulo, 1991. 3. ed.

\_\_\_\_\_. **Não Há Terra para Plantar Neste Verão: O Cerco das Terras Indígenas e das Terras de Trabalho no Renascimento Político do Campo**. Ed. Vozes. Petrópolis, 1988. 2. ed.

\_\_\_\_\_. **A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na “Nova República”**. Ed, Hucitec. São Paulo, 1986.

MARTINS, M. M. **Corumbiara: Massacre ou Combate? A Luta pela Terra na Fazenda Santa Elina e seus Desdobramentos**. / Marcio Marinho Martins. Porto Velho, Rondônia



2009. 178f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Ciências e Tecnologia (NCT), Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia (PPGG), Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, 2009.

\_\_\_\_\_. **Corumbiara: Massacre ou Combate? A Luta pela Terra na Fazenda Santa Elina e seus Desdobramentos.** Apresentação realizada no contexto do IV Seminário Internacional sobre Capitalismo Burocrático na Explicação do Subdesenvolvimento e do Atraso Social: Brasil e Índia. Maceió, 28.set.2012.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte.** Ed. Martin Claret. São Paulo, 2007

\_\_\_\_\_. **O Capital : crítica da economia política – Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital – Tomo 1** / Karl Marx ; apresentação de Jacob Goerender ; coordenação e revisão de Paul Singer ; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. – 2. ed. – São Paulo : Nova Cultural, 1985. Vol. I. Prefácios, Seções I e II (Caps. I-IV). Pp. 3-145.

\_\_\_\_\_. **O Capital : crítica da economia política – Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital – Tomo 2** / Karl Marx ; apresentação de Jacob Goerender ; coordenação e revisão de Paul Singer ; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. – 2. ed. – São Paulo : Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. **O Capital : crítica da economia política – Livro Terceiro: O Processo Global da Produção Capitalista – Tomo 2** / Karl Marx ; apresentação de Jacob Goerender ; coordenação e revisão Paul Singer ; tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. – São Paulo ; Abril Cultural, 1983. Cap. LII. Pp. 317-8.

\_\_\_\_\_. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas** / Karl Marx ; tradução João Maia. – 7. ed. – São Paulo : Paz e Terra, 2011

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** Ed. Martin Claret. São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. Manifesto do Partido Comunista. Tradução de Sueli Tomazini Barros Cassal. – Porto Alegre: L&PM, 2007

MENDONÇA, S. R. **Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento** / Sonia Regina de Mendonça. – Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MORAIS, R. Caldeirão e Pau de Colher: A História das Lutas Populares é Invencível. In: **Jornal A Nova Democracia**. Ano I, nº 2, setembro de 2002. Disponível em <http://www.anovademocracia.com.br/no-2/1404-caldeirao-e-pau-de-colher-a-historia-das-lutas-populares-e-indestrutivel> . Acesso em 03/08/12.

A NOVA DEMOCRACIA. Velho Estado sem rosto prende sem julgar, tortura e assassina impunemente. In: **Jornal A Nova Democracia**. Ano VII, nº 48. Dezembro de 2008. Disponível em <<http://www.anovademocracia.com.br/no-48/1931-velho-estado-sem-rosto-prende-sem-julgar-tortura-e-assassina-impunemente> >. Acesso em 17.abr.2013.

OLIVEIRA, A. U. **A Agricultura Camponesa no Brasil** / Ariovaldo U. de Oliveira. – São Paulo: Contexto, 1991. – (Coleção Caminhos da Geografia).

\_\_\_\_\_. **Amazônia: Monopólio, Expropriação e Conflitos** / Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Campinas, SP: Papirus, 1997. 5ª reimpressão.

\_\_\_\_\_. **A Geografia das Lutas no Campo** / Ariovaldo Umbelino de Oliveira --- 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 1989.

\_\_\_\_\_. **Integrar para não Entregar: Políticas Públicas e Amazônia** / Ariovaldo Umbelino de Oliveira. – 2. ed. – Campinas, SP : Papirus, 1991.

\_\_\_\_\_. **Modo capitalista de produção e agricultura**. Ed. Ática, 1988. 2 ed.

PAULA, M. L. Advogados internacionalistas em Missão de solidariedade no Brasil. In: **Jornal A Nova Democracia**. Ano VII, nº 49, janeiro de 2009. Disponível em <<http://www.anovademocracia.com.br/no-49/1986-advogados-internacionalistas-em-missao-de-solidariedade-no-brasil>>. Acesso em 17.abr.2013.

\_\_\_\_\_. Criminalização, tortura, prisão e assassinatos de camponeses na Amazônia. In: **Jornal A Nova Democracia**. Ano VII, nº 47, outubro de 2008. Disponível em <<http://www.anovademocracia.com.br/no-47/1876-criminalizacao-tortura-prisao-e-assassinatos-de-camponeses-na-amazonia>>. Acesso em 17.abr.2013.

\_\_\_\_\_. Defender a área Canaã é tarefa de todos os democratas. In: **Jornal A Nova Democracia**. Ano X, nº 91, 1ª quinzena de julho de 2012. Disponível em <<http://www.anovademocracia.com.br/no-91/4071-defender-a-area-canaa-e-tarefa-de-todos-os-democratas>>. Acesso em 04.mar.2014.

PAULA, M. L.; ASSIS, W.F. Perseguição e assassinato de camponeses em Rondônia. In: **Jornal A Nova Democracia**. Ano VI, nº 42, abril de 2008. Disponível em <<http://www.anovademocracia.com.br/no-42/1642-perseguiçao-e-assassinato-de-camponeses-em-rondonia>>. Acesso em 26.abr.2013.

POPPER, K. R. **Conjecturas e refutações**. Tradução de Sérgio Bath. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 1994. 3. ed.

PUHL, J. I. **O tempo do grilo: posseiros na gleba São Domingos – 1979–1983: história da luta no Vale do Guaporé – MT – 1970–1990** / João Ivo Puhl. -- 2003. 305p. : il. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2003.

PUMACAHUA, D. H. **El Capitalismo Burocrático: Hacia una Morfología del Atrazo**. Editora Bubok. 2010. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/164573264/El-Capitalismo-Burocratico>>. Acesso em 19.fev.2014.

RESISTÊNCIA CAMPONESA. Camponeses atacados por bandos armados do Catâneo. In:

**Jornal Resistência Camponesa.** Edição nº 16. Publicado em 17/05/2008. Disponível em <<http://www.resistenciacamponesa.com/jornal-resistencia-camponesa/edicao-n-16/56-camponeses-atacados-por-bandos-armados-do-cataneo?highlight=YTo2OntpOjA7czo5OiJjb25xdWlzdGEiO2k6MTtzOjI6ImRhIjtpOjI7czo2OiJ1bmNDo28iO2k6MztzOjEyOiJjb25xdWlzdGEgZGEiO2k6NDtzOjE5OiJjb25xdWlzdGEgZGEgdW5pw6NvIjtpOjU7czo5OiJkYSB1bmNDo28iO30=>>. Acesso em 22.abr.2013.

\_\_\_\_\_. QUEM SÃO OS BANDIDOS EM RONDÔNIA? In: **Jornal Resistência Camponesa.** Edição nº 15. Publicado em 31/05/2007. Disponível em <<http://www.resistenciacamponesa.com/edicao-no-15/29-quem-sao-os-bandidos-em-jacinopolis>>. Acesso em 17.abr.2013.

RODRIGUES, A. As fotos secretas da guerrilha. In: **ISTOÉ independente.** Edição nº. 2007. 23 de abril de 2008. Disponível em <[http://www.istoe.com.br/reportagens/2808\\_AS+FOTOS+SECRETAS+DA+GUERRILHA?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage](http://www.istoe.com.br/reportagens/2808_AS+FOTOS+SECRETAS+DA+GUERRILHA?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage)>. Acesso em 20.abr.2013.

\_\_\_\_\_. Matança impune. In: **ISTOÉ independente.** Edição 2004. 02 de abril de 2008. Disponível em <[http://www.istoe.com.br/reportagens/2303\\_MATANCA+IMPUNE?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage](http://www.istoe.com.br/reportagens/2303_MATANCA+IMPUNE?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage)>. Acesso em 20.abr.2013.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação e política.** São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1983.

SODRÉ, N. W. **História da Burguesia Brasileira.** Petrópolis. Ed. Vozes. 1983.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro. Ed. Graphia, 1997. 2. ed.

SORIANO, R. R. **Manual de pesquisa social** / Raúl Rojas Soriano ; tradução de Ricardo Rosenbuch. -- Petrópolis, RJ : Vozes, 2004.

SOUZA, M. A. **UMA REVOLUÇÃO NO CAMPO? A questão agrária no Brasil e o surgimento das Ligas dos Camponeses Pobres.** / Maria Aparecida de Souza. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Centro de Ciências Humanas, Departamento de História. Montes Claros, 2007.

SOUZA, M. M. **Capitalismo, questão agrária e meio ambiente em Rondônia: O caso de Jacinópolis.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA, Núcleo de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal de Rondônia, como exigência parcial para obtenção de Título de Mestre. Porto Velho, 2006.

\_\_\_\_\_. **Imperialismo e Educação do Campo: Uma Análise das Políticas Educacionais no Estado de Rondônia a Partir de 1990** / Marilsa Miranda de Souza – 2010. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras,

Campus de Araraquara.

**OBRAS CONSULTADAS**

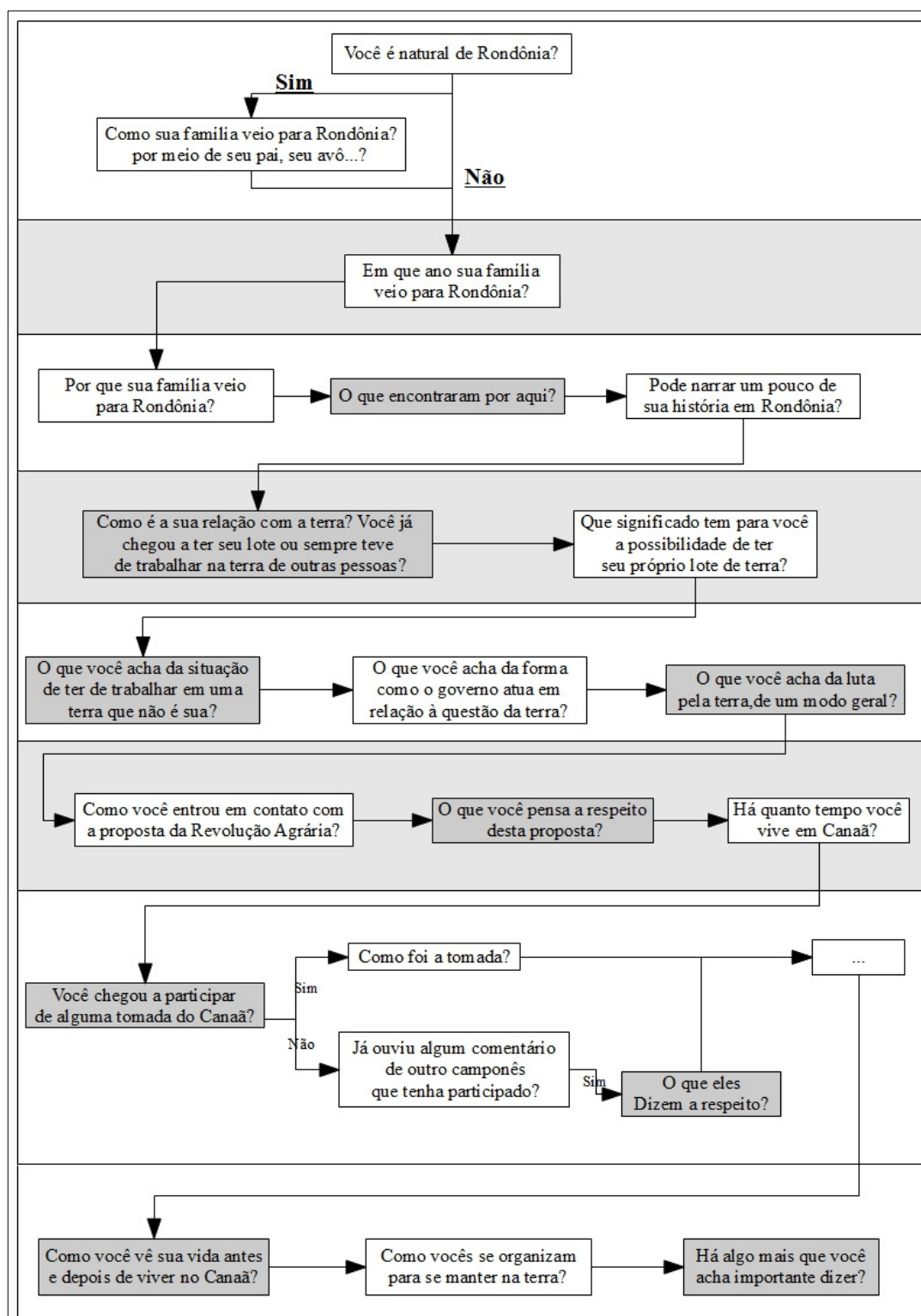
BASBAUM, L. **História Sincera da República: Volume 3 – de 1930 a 1960**. Ed. Alfa-Ômega. São Paulo, 1985, 5. ed.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Tradução de Rith M. Klaus. São Paulo : Centauro, 2006. 3. ed.

\_\_\_\_\_. Sobre o Papel do trabalho na Transformação do Macaco em Homem. In: MARX, K; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. Vol. 2. Ed. Alfa-Omega, São Paulo.

OLIVEIRA, F. **A Economia Brasileira. Crítica à Razão Dualista**. Ed. Vozes. Petrópolis, 1988. 6. ed.

## APÊNDICE A – ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS COM AS FAMÍLIAS CAMPONESAS



## APÊNDICE B -- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a):

Venho convidá-lo a participar voluntariamente no projeto de pesquisa “Conquistar a Terra, Destruir o Latifúndio!": Canaã, a Liga dos Camponeses Pobres em Rondônia e a Perspectiva da Transformação Social a Partir do Campo”, de minha autoria (Alisson Diôni Gomes), sob orientação da **Profª Arneide Bandeira Cemin**. Este projeto tem o objetivo de entender a Revolução Agrária e como ela pode trazer perspectivas para uma transformação da sociedade brasileira, a partir de pesquisa bibliográfica e estudo do caso da área revolucionária Canaã, com realização de entrevistas com camponeses desta área. Esta pesquisa está sendo feita por causa da importância que a LCP tem adquirido nestes últimos tempos na luta pela terra, e pela importância de se buscar entender o caso do Canaã, devido às dificuldades que vêm passando os camponeses desta área, que encontram-se em grave risco de despejo. Para evitar riscos, é importante que você use um apelido ou um número, o que fica decidido por você mesmo(a). Dentro dos objetivos da pesquisa, a entrevista é a melhor forma de se obter as informações necessárias. Os benefícios desta pesquisa referem-se à divulgação que poderá ser dada à luta pela terra em Canaã ao longo destes anos em que os camponeses estão morando aqui, sendo que, assim, poderemos fortalecer os mecanismos de pressão que poderão garantir a sua manutenção na área. Feitas as entrevistas, tratarei de acompanhar a vida da área por meio dos contatos que possuo com a LCP e notícias que forem publicadas a seu respeito, e prestarei assistência, dentro das minhas condições, por meio da ampla divulgação das notícias que digam respeito à área. As gravações, fotografias e filmagens feitas na pesquisa serão mantidas em meu poder e apenas eu e minha orientadora teremos acessos aos arquivos, e os arquivos serão descartados em até três anos depois da realização da pesquisa, podendo ser descartados antes, caso representem algum risco para você ou para o conjunto dos camponeses da área. Me comprometo, enquanto pesquisador, a, tanto antes quanto depois da pesquisa, prestar todos os esclarecimentos que você ver como necessários a respeito da metodologia utilizada, podendo ser encontrado no endereço Rua Afonso Pena, nº 1304, bairro Nossa Senhora das Graças, em Porto Velho; pelo e-mail [alissondioni@gmail.com](mailto:alissondioni@gmail.com) ou pelo telefone (69) 9210-6691. Posso ainda ser encontrado por meio do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIR, localizado no *campus* José Ribeiro Filho, anexo ao Núcleo de Saúde da UNIR, telefone (69) 2182-2111. Você tem plena liberdade para se recusar a participar da pesquisa ou retirar seu consentimento, em qualquer das fases dela, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado. Me comprometo a garantir o sigilo que assegure a sua privacidade quanto aos seus dados confidenciais envolvidos na pesquisa. As eventuais despesas que se fizerem necessárias a você em virtude da pesquisa serão devidamente ressarcidas, em dinheiro, em quantia igual ao que houver sido gasto. Em caso de eventual desconforto comprovadamente causado por sua participação na pesquisa, comprometo-me a dar-lhe a assistência que se fizer necessária.

### Aceite de Participação Voluntária

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima, e concordo em participar voluntariamente dela. Sei que a qualquer momento posso revogar este Aceite e desistir de minha participação, sem a necessidade de prestar qualquer informação adicional. Declaro, também, que não recebi ou receberei qualquer tipo de pagamento por esta participação voluntária.

---

Pesquisador

---

Voluntário

---

Orientador